

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Carlos Alberto Sá Nogueira Borges

**O 5 de julho e o 13 de janeiro na
imprensa Cabo-verdiana: Cobertura
Jornalística nos jornais A Semana e
Expresso das Ilhas entre 2007 e
2012**

Dissertação para Obtenção de Grau de Mestre
em Ciências da Comunicação, com
especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas
e do
Professor Doutor João Carlos Correia

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão especial para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório UM da Universidade do Minho.

Licença concedida a terceiros



Atribuição-Não

Comercial CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Dedicatória

À memória do meu pai Romão Borges, “Pilotinho”, que, à semelhança de muitos cabo-verdianos, escolheu os caminhos da emigração em busca do sustento familiar, tendo de deixar esposa e quatro filhos menores nos idos anos 70 do século passado.

À minha estimada mãe Elvira Duarte Sá Nogueira, pela sua ternura, humildade, heroicidade, resiliência e conspeção do valor da educação, para o futuro dos seus filhos.

Aos meus avós maternos, Félix Duarte Miranda e Helena dos Reis Sá Nogueira (*in memoriam*), que desde os meus primeiros passos na escola me chamavam de Dr. Rosinha (um renomado advogado naquele tempo), devido ao sentido crítico como eu olhava para o mundo, sempre questionando a razão e o sentido menos evidente das coisas.

Finalmente, aos meus filhos, Péricles Sá Nogueira, Elber Sá Nogueira (*in memoriam*), Ivan Sá Nogueira, Jaissa Sá Nogueira e Emanuel Sá Nogueira, que sempre me incentivavam a perseverar neste projeto académico. Sem o exemplo de vida e a inspiração e sem as suas influências motivadoras, com toda a certeza não teria, sequer, sonhado alcançar esta etapa da minha vida pessoal e académica.

Declaração de Integridade

Declaro por este meio ter conduzido este trabalho académico com integridade. Confirmando que não utilizei o plágio ou qualquer forma de utilização indevida de informação ou falsificação de resultados ao longo do processo que conduziu à sua elaboração. Declaro ainda que reconheci plenamente o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Agradecimentos

Ao então Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), através do Serviço de Educação e Bolsas, sem o qual me não teria sido possível frequentar o curso de mestrado em Ciências da Comunicação – Especialidade em Informação e Jornalismo na Universidade do Minho (UM), entre 2006 e 2008, cuja dissertação, por razões ponderosas e dolorosas, só agora pude concluir.

De facto, foi preciso dar tempo ao tempo para recuperar ânimo na sequência do tremendo abalo que foi a morte prematura do meu saudoso filho, Elber Freitas Sá Nogueira, tendo até pensado em desistir deste projeto.

E neste estado de desânimo e de paralisação, louvo a atitude da Professora Rosa Cabecinhas que, com palavras de conforto e compreensão, conseguiu insuflar-me o incentivo indispensável para perseverar no esforço e colocar as minhas energias na missão de concluir este mestrado. Para ela vai a expressão da minha profunda gratidão pelo interesse humano que sempre demonstrou, a par da disponibilidade e atenção em todas as ocasiões em que precisei de orientações e esclarecimentos para prosseguir neste projeto duplamente desafiante.

O trabalho ora submetido à apreciação dos jurados foi elaborado no quadro do mencionado mestrado e nele pude contar com a orientação da Professora Doutora Rosa Cabecinhas a quem agradeço profundamente pelo bom acolhimento do projeto, mas também pelos inestimáveis apoios que se traduziram em desafios e orientações para aprofundar e ampliar algumas das perspetivas importantes que enformam esta dissertação.

Ao Professor Doutor João Carlos Correia, uma palavra de profundo reconhecimento da Universidade da Beira Interior (UBI), onde fui o seu aluno, na licenciatura em Ciências da Comunicação, entre os anos 1999 e 2003, pela

sua disponibilidade em aceitar, juntamente com a Professora Rosa, orientar esta minha dissertação.

Ao Professor Doutor Manuel Pinto, que me abriu as portas de entrada para a UM em 2006 e ao Professor Doutor Moisés Lemos Martins, cuja referência e incentivo ainda guardo comigo, de forma perene.

Não podia deixar de agradecer, de forma muito especial, ao Professor Doutor Silvino Lopes Évora que me acolheu em Braga, em 2006, doutorando em Ciências da Comunicação na UM, na altura, pelos seus preciosos contributos na revisão do texto, bem como a todos os jornalistas e políticos, especialmente, o Doutor José Maria Pereira Neves, atual Presidente da República de Cabo Verde, que comigo colaboraram de forma aberta e útil na recolha da informação, nomeadamente através de entrevistas.

Finalmente, agradeço aos meus pais Romão Borges, (in memoriam) e Elvira Duarte Sá Nogueira, pela sábia decisão que tomaram em orientar-me para os caminhos da escola; aos meus irmãos, Maria Celeste Sá Nogueira, Maria da Conceição Sá Nogueira, Fernando Sá Nogueira, Ângela Maria Sá Nogueira, Octávio Sá Nogueira, pelo respeito e amizade, como o primogénito.

Resumo

Este trabalho tem por escopo a análise da cobertura jornalística sobre duas efemérides que marcaram o processo de formação sociopolítica e institucional de Cabo Verde: o 5 de julho de 1975 e o 13 de janeiro de 1991. A primeira data, 5 de julho de 1975, reporta à proclamação da Independência Nacional que culminou décadas de luta política, ideológica, social, cultural e militar que abrangeu os territórios africanos que no curso do século passado ainda se encontravam sob o domínio colonial português, cada um deles com as suas especificidades. A segunda data, 13 de janeiro de 1991, corresponde ao processo de transição para a democracia que se materializou na abertura ao multipartidarismo, na abolição da censura e instauração da liberdade de imprensa, tudo isso tendo conduzido às primeiras eleições legislativas democráticas, por sufrágio direto e secreto dos cidadãos.

Esta dissertação visa analisar a cobertura destas efemérides nos dois principais órgãos de comunicação social impressos em Cabo Verde – A Semana e o Expresso das Ilhas –, considerando essencialmente a produção discursiva de cada um deles, essencialmente refletida nas peças jornalísticas - notícias, reportagens, editoriais e entrevistas. Regista-se que, de per si, as ideologias dos jornalistas aparentemente não influenciaram as narrativas veiculadas pelos jornais, tendo-se os jornalistas pautado pela transmissão fiel das mensagens dos agentes políticos. Por outras palavras, a ideia de jornalistas constituírem uma comunidade interpretativa não está patente nos diversos discursos mediáticos. No entanto, o que se verificou foi um agendamento noticioso alinhado com determinadas premissas ideológicas expressas nos discursos dos principais partidos políticos que operam na cena política cabo-verdiana. Importante aqui, também, é registar a escassez de estudos sobre a construção histórica que se regista em torno dessas duas datas referenciadas. Por fim, queríamos salientar que o discurso jornalístico operado na imprensa escrita cabo-verdiana que constituiu o nosso corpus de estudo refletiu o dualismo político e, de certa forma, apresenta-se de modo polarizado.

Palavras-chave: Cobertura Jornalística; Análise de conteúdo; Cabo Verde; A Semana; Expresso das Ilhas.

Abstract

This paper scope is the news coverage analysis of two events that stood out the process of Cabo Verde socio-political and institutional formation – the July 5, 1975 and the January 13, 1991 - in two major print media outlets “A Semana” and “Expresso das Ilhas”, which are our corpus of study between the years 2007 and 2012.

The first date refers to the proclamation of national Independence that culminated decades of political, ideological, social, cultural, and military struggle that covered the African territories that in the past century were still under the Portuguese colonial empire, each of them with their specificities. The second date, January 13, correspond to the process of transition to democracy and the opening to multipartyism, the abolition of censorship, and establishment of freedom of the press, all of which led to the first democratic legislative elections, by direct and secret ballot of the citizens.

This dissertation seeks to analyze the coverage of these two dates in the two newspapers, focusing on the discursive production of each, as reflected in journalistic pieces - news, reports, editorials, and interviews.

We observed a news agenda aligned with certain ideological premises expressed in the speeches of the main political parties operating in the Cabo-Verdean political scene. It is also important here to note the scarcity of studies on the historical construction around these two referenced dates. Finally, we would like to point out that the journalistic discourse operated in the Cabo-Verdean written press that constituted our corpus of study reflected political dualism and, to some extent, ended up being presented in a polarized manner.

Keywords: News coverage; Content analysis; Cabo Verde, A Semana; Expresso das Ilhas.

Índice

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros.....	iii
Declaração de Integridade	iv
Agradecimentos	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de figuras, gráficos e tabelas.....	xi
Figuras	xi
Gráficos	xi
Tabelas	xi
Lista de abreviaturas e siglas.....	xii
Introdução	1
Objetivos e questões de partida	4
Breve historial da imprensa em cabo verde no pós-independência	9
Relevância do tema para o jornalismo cabo-verdiano.....	10
Breve enquadramento teórico e problemática	12
Parte I – Enquadramento teórico e contextualização.....	15
1. Jornalismo, Discurso e Poder	15
1.1. Jornalismo e Discurso	15
1.2. Jornalismo e Poder	24
2. Jornalismo, Política e Sociedade	29
2.1. Jornalismo e Política.....	29
2.2. Jornalismo e Sociedade	33
3. Comunicação Social, a Política e a Independência.....	38
4. <i>newsmaking</i> e as Rotinas de Produção Jornalística	42
4.1 Classe Jornalística Enquanto Comunidade Interpretativa	42
4.2. <i>Newsmaking, Gatekeeper e agenda-setting</i>	48
4.3. Notícia, a Cultura Redatorial e os Critérios de Noticiabilidade.....	57
4.4. Valores-notícia e os Processos de Noticiabilidade	63
5. Breve contextualização histórica.....	68
5.1. O fim do império colonial e a independência de Cabo Verde.....	68
5.2 A Abertura ao Multipartidarismo	76
5.3. Percurso da Imprensa Cabo-verdiana	81
6. Narrativas Mediáticas e Regimes Políticos em Cabo Verde.....	89

6.1. Discurso Mediático no Regime Monopartidário	89
6.2 Narrativas Mediáticas no Multipartidarismo	92
Parte II – Pesquisa empírica	97
7. Recolha de dados	97
7.1. A Semana e Expresso das Ilhas	97
7.2. Metodologia	99
7.3. Análise de Dados.....	101
7.4. Número de peças sobre as efemérides.....	102
7.5. Géneros jornalísticos.....	104
7.6. Recurso às fontes.....	107
Considerações finais.....	112
Referências bibliográficas	115
ANEXO	123

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Figuras

Figura 1. Primeira página do A Semana, destacando a vitória de José Maria Neves nas legislativas de 2001	124
Figura 2. Primeira Página do Expresso das Ilhas do 13 de Janeiro, instituído como Dia da Democracia e da Liberdade	125

Gráficos

Gráfico 1. Comparação do número de publicações sobre o 13 de Janeiro e o 5 de Julho, nos jornais A Semana e Expresso das Ilhas	
Gráfico 2. Destaque da efeméride 5 de julho na primeira página, pelos jornais A Semana e Expresso das Ilhas	103

Tabelas

Tabela 1. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 13 de Janeiro pelo jornal A Semana	105
Tabela 2. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 13 de Janeiro pelo jornal Expresso das Ilhas	105
Tabela 3. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 5 de julho pelo jornal A Semana	106
Tabela 4. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 5 de julho pelo Expresso das Ilhas	106
Tabela 5. Resultados da recolha de fontes sobre o 13 de Janeiro pelo Expresso das Ilhas	107
Tabela 6. Tabela de resultados da recolha de fontes sobre o 5 de julho pelo A Semana	108

Lista de abreviaturas e siglas

PAICV	Partido para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional de Defesa de Estado
UNESCO	Organização para as Nações Unidas para Cultura, Ciências de Educação
ILTC	Projeto da Diversidade Linguística na Escola Portuguesa
FD	Formação Discursiva
A.C	Antes de Cristo
RCV	Rádio de Cabo Verde
MUD	Movimento da Unidade Democrático
MpD	Movimento para a Democracia
MPLA	Movimento para a Libertação de Angola
UPICV	União do Povo da Ilha de Cabo Verde
EUA	Estados Unidos da América
UDC	União Democrática de Cabo Verde
ANP	Assembleia Nacional Popular
BO	Boletim Oficial

Introdução

Decorridos 47 anos sobre a data da Independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, que pôs fim ao regime colonial, e inaugurou uma nova era de governação baseado numa estrutura ideológica justificadora dos primeiros 15 anos de regime de partido único, e passados 32 anos sobre a realização das primeiras eleições livres, a 13 de janeiro de 1991, com a consagração do regime democrático pluripartidário, ainda são escassos os estudos sobre os discursos dos media como construção social e como expressão histórica e cultural interpretando os significados destas duas datas importantes para construção de substratos da idiosincrasia que marcam a História de Cabo Verde.

Neste quadro será importante frisar que num inquérito sobre as perceções dos jovens sobre a História de Cabo Verde, realizado em 2007 na ilha de Santiago, Cabo Verde, estes dois acontecimentos – a Independência de Cabo Verde (5 de julho de 1975) e as primeiras eleições livres (13 de janeiro de 1991) - foram considerados pelos inquiridos como os acontecimentos mais importantes da história do país (Cabecinhas & Évora, 2008).

No entanto, as diversas perspetivas sobre a História da Independência de Cabo Verde e do advento da democracia, relatadas na imprensa cabo-verdiana, ainda não foram objeto de um estudo aprofundado em termos de análises de conteúdo e de discurso, considerando os jornalistas como peças fundamentais no relato desses acontecimentos.

Estas duas realidades enfatizam a importância do objeto da presente dissertação na medida em que, citando Cristina Ponte, na sua tese de doutoramento “Quando as Crianças são Notícias: Contributo para o estudo da noticiabilidade da imprensa de informação geral” (1970-2000), a história do jornalismo será também a história de como se conta a experiência de quem a pode contar e de a quem ela é contada, de quem pode ser ouvido e para quem se conta, ou seja, a história da sua tradução pela linguagem, nas várias formas de representação simbólica (Ponte, 2002).

Deste modo, as informações publicadas sobre as efemérides “13 de janeiro” e “5 de julho” parecem-nos merecer um trabalho académico de fundo,

de forma a analisar o discurso da imprensa cabo-verdiana entre 2007 e 2012, com o intuito de informar os cidadãos sobre estas duas efemérides.

Importa justificar que, no contexto específico deste trabalho, o termo “cidadãos” pretende maioritariamente designar a geração do período pós-independência, que têm poucos conhecimentos sobre esses dois importantes acontecimentos da história política, económica e cultural do nosso país. Esta lacuna é bastante assinalável na justa medida em que a notícia desempenha um papel crucial no quotidiano das pessoas. Como salienta Van Dijk (2005, p. 63), a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva dos relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias.

O objeto desta dissertação, que parte quase sem qualquer lastro de apoio ou subsídio teórico sobre a problemática no contexto nacional cabo-verdiano, é o de tentar observar como é que essas duas efemérides são compreendidas ou resignificadas na imprensa cabo-verdiana, particularmente, nos dois semanários de referência: *A Semana* e o *Expresso das Ilhas*.

Neste contexto, a ideia “de referência” engloba os únicos dois jornais já consolidados, de maior tiragem e circulação, com maiores ligações e acolhimento das principais correntes de opinião que impactam a cultura política no país.

Em termos mais diretos, isto constitui a justificação da escolha dos dois semanários, na medida que ambos são profundamente conotados com os dois partidos que se alternam no governo e na oposição, enquanto dão expressão à luta entre as correntes de opinião com maior acolhimento na sociedade.

Considerando o período deste estudo, entre 2007 e 2012, o *A Semana*, conotado com o PAICV, assume o apoio ao Governo e o *Expresso das Ilhas*, conotado com o MpD, dá expressão às ideias e mensagens da oposição, sendo certo que ambos denotam um forte pendor ideológico nas suas pautas e abordagens diferentes e contrárias até na ponderação dos factos. De referir que o MpD esteve no Governo entre 1991 e 2001 e o PAICV entre 2001 e 2016.

Como já dissemos, esta dissertação tem como propósito estudar o discurso jornalístico como um discurso de seleção, configuração e interpretação de duas datas histórico-políticas que contribuíram para que Cabo Verde seja hoje um

Estado de Direito Democrático, tomando como base de trabalho a cobertura jornalística dos dois acontecimentos: o 5 de julho de 1975 e o 13 de janeiro de 1991.

Para a escolha dessas duas datas, contribuiu decisivamente a elevada importância de ambas para o desenvolvimento do país e do seu conhecimento no concerto das nações independentes e democráticas. Contribuiu também a nossa passagem pelos dois jornais, o que nos permitiu ter uma visão *in loco* da cultura corporativa, organizacional e ideológica desses órgãos destes e seus impactos diretos nas suas pautas e no relato noticioso dos acontecimentos que trabalham.

Nestas duas redações pudemos testemunhar o “sistemático assédio daqueles que recolham, selecionam, tratam e produzem a informação para o público, por parte dos poderes político-económicos com o propósito de controlar as mentes” (Van Dijk, 2005, pag 126).

Por isso, esta nossa dissertação emergiu de um espírito epistemológico para tentar perceber, em presença das duas efemérides. Qual é o discurso dos media cabo-verdianos, com destaque para os jornais que escolhemos, no tratamento noticioso destes dois momentos marcantes na história de Cabo Verde, compreendendo que a escolha do objeto científico não é neutra nem desinteressada (Ponte, 2002, pag. 61). Embora o agendamento seja algo que se nos afigura independente das simpatias e das representações político-ideológicas.

Assim, temos a convicção de estarmos a partir para um desafio académico cuja matéria é passível de observação simultaneamente simples e complexa e para isso o recurso a adequados instrumentos do saber científico e com o devido esforço de distanciamento. Acreditamos ter feito esse esforço de distanciamento e com isso ter conseguido evitar muitas das armadilhas colocadas pela visão interessada, algo que é natural na apreciação dos conteúdos através da leitura e análise de situações vividas ou próximas, não apenas respeitante à abordagem das duas datas em causa, sendo de considerar que as indicações que podem ser obtidas mediante a verificação da escolha dos diversos géneros jornalísticos utilizados: a notícia, a reportagem, a entrevista, a opinião, o editorial e acarta

dos leitores – cuja análise muito contribui para a abordagem empírica orientadora da pesquisa científica mais habilitada a apreender as causalidades e influências dos acontecimentos nas conjunturas próximas em que produziram e foram noticiadas, além dos fundamentos de cultura política próprios das duas principais correntes político-ideológicas que inspiram a ação editorial dos dois semanários.

É em torno desta problemática de influência dos poderes e da sua implicação no discurso jornalístico que vamos desenvolver a nossa investigação. Como refere Van Dijk, “o controlo do discurso é uma forma maior de poder e controlar as mentes das pessoas é outro modo fundamental de reproduzir a dominância e a hegemonia”. (Van Dijk 2005, p.38). Com este pensamento, o autor leva-nos a refletir sobre o tão famigerado valor da liberdade no exercício do jornalismo: Como é que a ‘mente controlada’ dos profissionais dos media consegue exercer a tão nobre profissão de se informar, informar e de ser informado? Deste modo, vamos refletir um pouco sobre a liberdade enquanto condição sine qua non para o exercício de um jornalismo credível e honesto, que contribua para a formação da identidade do indivíduo enquanto parte de um todo social.

Objetivos e questões de partida

A liberdade de imprensa é, desde os tempos primordiais, um dos valores matriciais da democracia. Uma imprensa livre que retrata, de acordo com Patrick Charaudeau (2006), todos os fenómenos que se produzem no mundo e que contribui para a justiça social, dando aos cidadãos um tratamento igualitário, a ideia que esteve no lastro da maioria dos movimentos ideológicos que desencadearam batalhas contra os diversos poderes instalados.

Um dos estudiosos que trabalhou as questões da liberdade de expressão e de imprensa, sobretudo, na sua articulação com os processos históricos e sucessivas batalhas que marcaram a luta para a instituição da livre expressão de ideias e de pensamentos, foi John Keane (1991) para quem a revolução euro-americana terá fomentado, no século XIX, a favor da liberdade de imprensa

aquilo que se pode chamar de uma profusão de debates inovadores e rebuscadores, tendo a censura estatal como objeto de incidência. Entende este autor, no entanto, que raramente são analisados os discursos filosóficos subjacentes à ideologia que fundamentava a ação dos revolucionários europeus e norte-americanos, obviamente a favor da liberdade de expressão, publicação e leitura. Keane, citando o famoso advogado britânico Thomas Erskine, que assumiu a defesa de Tom Paine, acusado de calúnia e difamação pela publicação de sua obra “Direitos do Homem” argumentando que “O direito a uma imprensa livre é um triunfo político de que os cidadãos dispõem contra o governo. Sublinha ainda que,” “podem analisar os princípios da sua constituição, apontar os seus erros e defeitos, examinar e publicar as suas manifestações de corrupção e avisar os outros cidadãos das suas consequências ruins” (Keane, 2007, p. 23). É evidente que isso só seria possível em sociedades democráticas, onde os valores da liberdade e do pluralismo são respeitados. Com efeito, o dogma da soberania do povo impõe que muitas vezes os cidadãos entrem em rota de colisão com as instituições de poder, sobretudo quando estes procuram defender, através da imprensa, os seus direitos quando brigam com os interesses instalados dos poderes que dominam a sociedade. Por isso é que nas democracias modernas os valores da liberdade de expressão e de imprensa são, desde logo, estatuídos na Magna Carta como forma de dirimir esta tensão permanente e de salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos, o que nem sempre é fácil.

Alexis de Tocqueville, na sua emblemática obra, *Da Democracia na América*, defende que a independência é a condição *sine qua non* para o exercício da liberdade de imprensa. Para o referido autor, numa sociedade onde reina ostensivamente o dogma da soberania do povo, “[a] censura não é só um perigo, mas também um grande absurdo” (Tocqueville, 2001, p. 154).

Salle diz, citando Tocqueville, que a liberdade de imprensa é tão antiga quanto as colónias e os americanos – contrariamente a povos que não têm esta liberdade e acreditam no primeiro tribuno que aparece (Salle 2010, p. 64)

O que o pensador francês nos diz é que a liberdade de imprensa é fundamental na construção da consciência dos cidadãos. É ela que permite a

divulgação da verdade de forma a evitar que estes mesmos cidadãos acreditem, com espírito acrítico, em quaisquer informações que se lhes apresentam. Por sua vez, Keane (2002, p. 37) salienta: “É através da liberdade de imprensa que se alcança a verdade, assente na discussão pública”.

É, assim, de olhos postos nesta realidade que vamos desenvolver a nossa investigação. Com este trabalho, procuraremos compreender como é que hoje se exerce a liberdade de imprensa num ambiente de claustrofobia em que vivem os jornalistas e os meios de comunicação social em Cabo Verde. Parece-nos que os profissionais e os media habitam numa ‘jaula de aço’ dos poderes político-económico, em que as suas mentes são completamente controladas, ficando o interesse público relegado para o segundo plano.

Senão vejamos: há cada vez mais receio da classe jornalística cabo-verdiana em exercer a profissão com rigor, transparência e verdade dos factos, sob pena de represália ou de perder o emprego. Isto ficou claro na obra “Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa: Para Compreender o Jornalismo e a Democracia em Cabo Verde” (Évora, 2002), onde se espelha a autocensura como um dos principais entraves ao exercício da liberdade de imprensa em Cabo Verde.

O autor chega mesmo a introduzir o conceito de capital ideológico, com vista a explicar que “perante a fraca dimensão do mercado, os órgãos de comunicação social tendem a confiar a sua sobrevivência a forças ocultas, podendo ser partidos políticos, confissões religiosas ou outras” (Évora, 2002). Quase uma década depois, em 2021, Évora volta a olhar para o panorama dos media em Cabo Verde e depara-se com aquilo que classifica de jornalismo sedentário, atendendo a uma falta de trabalhos que impliquem uma investigação jornalística que mexa com o tecido social cabo-verdiano. Destarte, percebe-se que o fenómeno da relação das forças entre os dois maiores partidos (PAICV e MpD) reflete-se claramente no discurso tanto dos jornalistas do “A Semana” como os do *Expresso das Ilhas* no tratamento dos relatos sobre o “5 de julho” e o “13 de janeiro”. Da leitura das diversas peças dos dois semanários saltou-nos à vista que as ideologias dos partidos políticos, quer o da situação, quer o da oposição, estavam bem patentes na linguagem dos profissionais.

Por isso, escolhemos os jornais *A Semana* e *Expresso das Ilhas* para analisar a cobertura jornalística do dia 5 de julho de 1975, dia da independência de Cabo Verde, e do dia 13 de janeiro de 1991, data em que se assinala a realização das primeiras eleições democráticas no país.

O que nos motivou à escolha desses semanários foi o facto de os mesmos terem surgido no mesmo contexto político de democracia pluralista e parlamentar. Porém, estes dois órgãos de comunicação social emergiram em datas diferentes e isso permite-nos fazer um estudo mais sistemático das questões. O *A Semana* surge em 1991, logo após as primeiras eleições democráticas no país, e o *Expresso das Ilhas*, por seu turno, é fundado em 2001, após a derrota eleitoral do MpD. Na sua tese de doutoramento, Évora (2012) olha para datas da fundação destes jornais relacionando-as com as respostas que os partidos políticos procuraram dar na situação de terem perdido a sua esfera de influência mediática com as derrotas eleitorais, num espaço “compresso” de exercício da liberdade de imprensa. O politólogo Onésimo Silveira diz, numa evidente alusão ao MpD e ao PAICV, diz “esses semanários espelham a correlação de forças entre os dois maiores partidos em Cabo Verde” (Ferreira, 2002, p. 21).

Por isso se nota que estes partidos, adotaram, cada um à sua maneira, estratégias de comunicação política através dos órgãos de comunicação social, estratégias essas assentes na concreta relação de forças, com similar objetivo previamente definido – atingir o seu público-alvo e influenciar a sociedade através das suas propostas ou mensagens. Portanto, o tema que nos propusemos desenvolver neste trabalho de investigação leva-nos, obviamente, a discorrer sobre a problemática da comunicação política, entendida por Mesquita como: “um conjunto de técnicas e processos utilizados pelos atores políticos, sejam eles pessoas singulares ou coletivas, a fim de influenciarem a opinião” (Mesquita, 2004, p. 91).

Para o autor, a comunicação política enquadra não só as formas de expressão emanadas diretamente de instituições políticas como também aquelas que são mediadas pelo jornalismo e pela programação televisiva e radiofónica.

Um outro objetivo, muito importante que o nosso trabalho de investigação almeja alcançar prende-se com o grau de assédio político-económico que os jornalistas dos dois órgãos de informação enfrentam da parte dos políticos e das empresas para os quais trabalham, no tratamento noticioso relativo a dois acontecimentos marcantes na história de Cabo Verde. Isto tomando como ponto de partida o trabalho desenvolvido intitulado “Concentração dos media e Liberdade de Imprensa” (Évora, 2011) em que o autor se debruçou sobre o contexto de organização empresarial no sector mediático em Portugal, identificando a existência de padrões que denotam a existência de relações complexas com claros prejuízos para o exercício de um jornalismo acutilante. Daí que tenhamos optado por dirigir esse mesmo olhar para a realidade cabo-verdiana com vista a perceber como é que as forças se organizam nesta matéria e que tipo de discurso político é utilizado por esses órgãos de comunicação social para assinalar essas efemérides.

No âmbito desta dissertação partimos das seguintes questões de pesquisa:

- Será que a cobertura jornalística desses acontecimentos é influenciada pelo dualismo político que se vive em Cabo Verde?
- De que forma é que as ideologias políticas dos jornalistas podem influenciar os discursos que produzem no âmbito do exercício da profissão?

Decompondo estes questionamentos, pretendemos responder às seguintes questões: obter respostas ainda mais concretas, nomeadamente nos termos seguintes:

1. De que forma o “5 de julho” e o “13 de janeiro” são retratados pelos jornais *A Semana* e *Expresso das Ilhas*?
2. O discurso político plasmado nos jornais *A Semana* e *Expresso das Ilhas* reflete o dualismo político que se instalou no país após 13 de janeiro de 1991 entre o PAICV e o MpD?

Breve historial da imprensa em cabo verde no pós-independência

No período de transição para a Independência de Cabo Verde era pequeno o número de jornais que circulavam no país. Segundo Oliveira, tal situação devia-se “ao ambiente político conturbado que se vivia no arquipélago, com o PAIGC, partido da luta de libertação nacional a “controlar todos os meios da comunicação social cabo-verdianos” (Oliveira, 1998, p. 21).

Deste modo, é evidente que não se podia editar um jornal de livre expressão das ideias fora do alinhamento do PAIGC. Ainda assim, em nome da liberdade religiosa e como forma de não hostilizar a Igreja Católica, o poder político emergente tolerou a existência de publicações religiosas, o que à partida não lhe causava muitos problemas, pois a autocensura voltaria a imperar-se, um pouco à semelhança do período de imprensa colonial.

Com a independência, a 5 de julho de 1975, a ideia de um país novo assente na liberdade, na fraternidade e no progresso, dominava a consciência dos cabo-verdianos. Era preciso renovar tudo, incluindo a imprensa. Assim, no mês de abril do mesmo ano, na cidade de São Filipe, Ilha do Fogo, nasceu o jornal “Terra Nova”, propriedade dos Irmãos Capuchinhos de Cabo Verde, sob o impulso e a direção do padre António Fidalgo de Barros. É o único jornal não-oficial que vai para as bancas desde a independência de Cabo Verde. A 17 de julho de 1975, doze dias depois da Independência, surgiu o primeiro número do semanário oficial, “Voz di Povo”, um órgão essencialmente noticioso que refletia oficiosamente as posições e preocupações do Governo. De referir ainda à criação de uma revista intitulada “Raízes” (1977-84). Depois destes, seguiram-se alguns títulos de vida breve, mas com o andar dos anos foram aparecendo cada vez mais títulos de vida mais longa, como foram os casos do “Tribuna” (1984-91), “Ponto & Virgula” (1983-87), “Vida Rural” (1985-91), “Notícias” (1987-94), etc.

Com a abertura política no país em 1990, que pôs fim a censura que durava praticamente desde 1926, a liberdade de imprensa desabrochou e iniciou-se um período de intensa atividade jornalística. Nela vai-se assistir à morte dos jornais mais identificados com o regime político anterior, casos do “Voz di Povo”, do

“Estado” e do “Tribuna”, do PAIGC/CV e mesmo de alguns independentes como “Notícias” e dos jornais ligados ao PAICV. Verifica-se, então, mais uma vez, que, a um novo sistema político, correspondem novos jornais. Destes, os mais representativos são “A Semana”, afeto ao PAICV, partido, atualmente, na oposição, que surgia em maio (Praia, 1991-2016) (cinco meses depois das eleições legislativas, a 13 de janeiro de 1991); propriedade da “Nova Editora, S.A.R.L. e “Novo Jornal de Cabo Verde” (1992-1998) que pode ser visto como órgão oficioso do novo regime (pelo menos nos seus primeiros anos). Este substitui o “Voz di Povo”, com o novo regime político, que mais tarde cede lugar ao Jornal Horizonte, hoje extinto.

Com a derrota do MpD nas eleições de 2001, surge o Expresso das Ilhas, propriedade da Media Comunicações, S.A., visto como um órgão afeto ao Movimento para a Democracia (MpD), então maior partido da oposição, que esteve à frente dos destinos de Cabo Verde por dez anos, durante a década de 90, perdendo as eleições em 2001 e reconquistando o poder em 2016, estando neste momento a atravessar um segundo mandato, depois do regresso ao centro do arco da governação.

Relevância do tema para o jornalismo cabo-verdiano

A cobertura jornalística de um acontecimento requer um ambiente de liberdade de imprensa na empresa de comunicação onde os profissionais exercem as suas atividades. Mas também é fundamental que os poderes públicos criem as condições para que essa liberdade seja efetiva. Como referimos nos objetivos desta dissertação, essa liberdade permite que os jornalistas desempenhem a sua tarefa de informar aos cidadãos, de forma transparente, honesta, imparcial e rigorosa.

“Desta forma, estariam a contribuir para formação da consciência crítica dos cidadãos em ordem a orientá-los para uma tomada de decisão acertada, do que releva o papel cada vez mais importante da informação na vida das pessoas na medida em que estas constroem a sua realidade em função de temas com os quais se identificam”. (Sousa, 2002).

Como diria Cohen (citado por Wolf, 2002, p. 45) na linha da hipótese do *Agenda-setting*, a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar; tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa”

O pensamento de Cohen enquadra-se perfeitamente nos objetivos que nos propomos refletir neste trabalho de investigação. Cremos que a esmagadora maioria dos cabo-verdianos, por exemplo, constrói uma imagem do dia da Independência de Cabo Verde (5 de julho de 1975) e do dia da Liberdade e da Democracia (13 de janeiro de 1991), a partir de informações noticiosas que a imprensa cabo-verdiana lhes dá a conhecer. Ou seja, a imprensa surge aqui como uma instância de mediação simbólica entre os dois acontecimentos marcantes na história do país e dos cidadãos. Ora, esta mediação traduz a importância dos “media” na formação da consciência dos cidadãos, se, aos jornalistas, for garantida a liberdade de imprensa.

Por isso, enquanto investigador, é para nós importante perceber como é que essas duas datas são retratadas por esses dois órgãos de informação, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista do discurso jornalístico, propriamente dito. Escolhemos, assim, estes dois jornais para analisar a cobertura jornalística dessas duas datas, cujos efeitos de agendamentos de conteúdos falaremos de forma mais aprofundada no Capítulo III, sobre *News Making* e as rotinas de produção jornalística.

Em jeito da memória histórica, recorde-se que o PAICV se empenhou na luta para a Independência de Cabo Verde desde 1956, data da sua criação na Guiné-Bissau, pelo seu líder histórico, Amílcar Cabral.

A 5 de julho de 1975, um grupo de altos dirigentes desse partido assumia a governação de Cabo Verde, que durou 15 anos sob o regime de partido único. A 19 de fevereiro de 1990 o Conselho Nacional do PAICV anunciava, pela voz do então Primeiro-Ministro, Pedro Pires, a intenção de pôr fim à prerrogativa constitucional que assegurava o seu monopólio de exercício de atividade política na sociedade cabo-verdiana. Deste modo, e já com o MpD em fase de aglutinação da vontade popular de mudança, vivia-se uma intensa transição

política no país que culminaria com as eleições multipartidárias no dia 13 de janeiro de 1991 e vitória desse partido com uma maioria esmagadora sufragada nas urnas.

Assim, pensamos que o tema escolhido – “O 5 de julho e o 13 de janeiro na imprensa cabo-verdiana: Cobertura no “A Semana” e no “Expresso das Ilhas” - é pertinente para o jornalismo cabo-verdiano, pois, pretendemos com esta dissertação analisar o discurso político dos dois jornais no tratamento das notícias concernentes às duas datas importantes para a história de Cabo Verde. Desta forma, pensamos estar a contribuir para o estudo dos “media” no nosso país que, de resto, como tivemos a ocasião de referir no exórdio desta nossa pesquisa, pouco tem sido feito nesta matéria.

Breve enquadramento teórico e problemática

Para proceder à nossa investigação temos que partir dos conceitos como liberdade de imprensa, democracia e poder. Mas, para aplicar estes conceitos enquanto fios condutores da nossa investigação, recorreremos a três autores clássicos que abordam estas matérias. Relativamente à problemática da liberdade de imprensa, evocamos, desde logo, John Keane (2002), que defende a inexistência da verdade jornalística sem uma discussão pública. O autor acredita que este debate público, através dos media, só é possível se a liberdade de imprensa for garantida. Keane (2002) considera que a censura à imprensa, também, é repugnante porque abafa a liberdade individual de pensar, de discernir e de optar por exercício de uma cidadania plena. Assim, consideramos que uma sociedade é tanto mais democrática quanto maior for o grau da liberdade dos media no exercício da sua tarefa de informar os cidadãos sobre a vida pública do seu país.

O pensamento keaniano ilustra perfeitamente o tema proposto para a nossa investigação. Senão vejamos: sem a garantia da liberdade de imprensa, os jornalistas dos dois semanários não teriam condições para retratar as efemérides que nos propomos estudar: o 5 de julho e 13 de janeiro. Porém, é importante perceber se essa liberdade é exercida sem qualquer pressão político-económica. É, nesta ótica, que vamos analisar a forma e o conteúdo do discurso

sobre a cobertura jornalística dessas duas datas marcantes na história de Cabo Verde.

Se, por um lado, a liberdade é um instrumento fundamental para o exercício do jornalismo, por outro, não é menos verdade que ela só pode ser exercida num ambiente político democrático. De modo algo similar ao pensamento de Keane, Alexis de Tocqueville (2001) vai ancorar a liberdade de imprensa à democracia, quando diz que “a soberania do povo e a liberdade de imprensa são duas ideias absolutamente correlativas” (Tocqueville, 2001, p. 145). De acordo com este autor, a censura e o voto universal são duas coisas que se contradizem e que não podem coexistir por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo. Ou seja, aquilo que Tocqueville nos diz é que a censura é incompatível com o Estado de Direito Democrático, onde aos cidadãos é garantida a liberdade de pensamento e de expressão.

Na sua emblemática obra “Da Democracia na América”, escrita no século XIX, Tocqueville faz uma analogia entre a imprensa americana e a do seu país (França) e conclui que, em ambos os países, “a imprensa tem um poder extraordinário, amálgama tão estranha de bem e de mal que, sem ela, a liberdade não conseguiria viver e, com ela, a ordem tem dificuldade em manter-se” (Tocqueville. 2011, p.33). Há aqui uma clara elevação do poder mediático tanto na sociedade americana como na francesa do século XIX. Porém, o autor reconhece o lado maléfico deste poder que, sem ele, paradoxalmente, a liberdade não pode subsistir. Portanto aqui, quanto a nós, há que procurar o equilíbrio do poder assente no princípio democrático da liberdade, seguindo o princípio segundo o qual a liberdade de cada um acaba onde começa a do outro. Este princípio aplica-se à imprensa, em forma da regulamentação externa, através do Estatuto dos Jornalistas e demais leis que ordenam a profissão e o princípio da liberdade individual.

O poder é, também, um conceito chave deste trabalho. O jornalismo é, sem dúvida, uma das profissões que mais enfrentam as malhas do poder, qualquer que ele seja: político, económico, financeiro, religioso, cultural, bélico, entre outras nuances desta realidade extensa e complexa. Como salienta Michel Foucault, os discursos de verdade são dotados de efeitos poderosos.

“Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer

nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”. (Foucault, 2002, p. 179)

Com isso, pensamos que o que o autor nos diz, é que o que constitui o tecido social são, justamente, as relações de poder assentes numa “economia dos discursos da verdade”. Ora, qual é o ponto de convergência entre aquele autor e o poder que propomos trabalhar nesta dissertação?

Como já tivemos a ocasião de referir mais atrás, em Cabo Verde, após 13 de janeiro de 1991, aliado à democracia pluralista, surgiu um fenómeno político novo que poderíamos designar por dualismo político entre o PAICV e o MpD, que se transformou numa relação de forças que lutam, de forma titânica, por um espaço nos “media” cabo-verdianos, a fim de legitimarem os seus discursos políticos. Podemos constatar que em Foucault, este poder só é legitimado se os discursos corresponderem à verdade e neste sentido entendemos que a verdade jornalística ficará comprometida quando estes profissionais funcionam como uma espécie de vassalos do poder. Por conseguinte, aquela legitimação dos media assenta no relato verídico dos acontecimentos, sem qualquer subserviência aos poderes partidários. Considere-se que, para o nosso estudo, um discurso considerado verdadeiro aquele que só sirva o interesse público, e desprovido de qualquer interesse escondido.

Podemos depreender, a partir da revisão de alguma literatura, alguma tentativa por parte dos dois principais partidos políticos de se servirem daqueles órgãos de comunicação, pela legitimação de sua mensagem, a partir da seguinte citação: “Os partidos políticos em Cabo Verde, sobretudo o MpD e o PAICV,

tentam instrumentalizar os órgãos da comunicação social tanto públicos, como privados, para fazer vincar a sua verdade adulterada” (Onésimo, 2003, p. 23).

No caso particular dos dois jornais em estudo, o “A Semana” funcionava como uma espécie de marionete do antigo partido do Governo (PAICV), já que, em nosso entender, tanto a escolha dos temas, o seu tratamento e as próprias expressões, eram coincidentes. Além disso, era para aquele semanário que eram então canalizadas a grande maioria dos anúncios publicitários de instituições públicas e de empresas afetas ao partido que estava no poder. Já o “Expresso das Ilhas” é um semanário considerado afeto do MpD, alinhado com o pensamento crítico da então oposição, embora, aparentemente sem uma agenda concertada entre eles.

É neste ambiente de correlação de forças partidárias, com claras influências no exercício da liberdade de imprensa, que vamos analisar o discurso político dos “media” na cobertura jornalística do

“5 de julho” e do “13 de janeiro”. Esta dissertação está organizada em duas partes. Na primeira, procedemos à contextualização e enquadramento teórico. Na segunda parte procedemos à apresentação e discussão do estudo empírico realizado.

Parte I – Enquadramento teórico e contextualização

1. Jornalismo, Discurso e Poder

1.1. Jornalismo e Discurso

Segundo Nelson Traquina, o jornalismo é a vida que é narrada nas peças noticiosas de nascimentos e de óbitos, como o nascimento do primeiro filho de uma celebridade famosa ou o falecimento de um historiador que é conhecido mundialmente. Ou seja, é a vida em todas as suas dimensões. “Quando um leitor tem acesso as informações num determinado jornal diário, este vê a vida dividida em blocos informativos que vão desde a sociedade, à política, à

economia, à educação, ao desporto, entre outros” (Traquina, 2002, p. 9). De acordo com o citado investigador, o jornalismo pode ser entendido através da resposta à pergunta que várias pessoas fazem no dia-a-dia: o que está sucedendo no mundo? No meu país? Na minha localidade? Aquele autor diz ainda que, com o passar dos anos, os cidadãos têm tido cada vez mais sede de informação e usam o jornalismo para se manterem atualizados sobre os acontecimentos, para que assim possam estar bem informados e com um vasto conhecimento sobre um certo assunto que lhes permite participar em conversas com outros indivíduos.

No entanto, este entendimento quanto ao interesse dos cidadãos pela informação contrapõe-se à observação da realidade mediática dos nossos dias em que as redes sociais fazem o seu próprio “jornalismo” e até os jornais trabalham as matérias com evidentes lacunas em termos técnicos e deontológicos e a prova é que cada vez se leem mais títulos que não se articulam com o desenvolvimento dos artigos, baseados em fontes ausentes, suspeitas ou irrelevantes para a matéria, sem verificação e sem cruzamento de versões. Em termos práticos, nestes casos trata-se de notícias que não informam, nem esclarecem, antes desinformam para condicionar o comportamento do leitor. Além disso, continua aquele autor:

“Esta profissão é muitas vezes reduzida à competência técnica de uma linguagem e de formatos e, neste caso, os profissionais deste setor são vistos como meros empregados que trabalham numa fábrica de notícias, contrapondo que esta é uma visão equivocada na medida em que o jornalismo é uma atividade intelectual e criativa. Aliás, esta criatividade é vista com nitidez, segundo o autor, pela criação frequente de novas palavras e pela elaboração do mundo em notícias”. (Traquina (2002)

Por seu turno, Freitas (1999) entende que são muitas as pressões com que os “media” se deparam todos os dias, pois, devido ao jogo do poder, dos interesses políticos, económicos e do domínio ideológico, são vistos de forma explícita pelos jornalistas, que lutam para transmitir as informações. Vejamos o que nos diz aquele autor:

“[...] quando os textos são divulgados, são “pasteurizados “ao extremo, e, por causa disso, o público terá em mãos uma informação quase vazia” sobre uma determinada matéria. Muitas vezes, o que é falado tem pouco significado, porque o sentido do discurso está no não falado, ou seja, encontra-se nas entrelinhas, está no que não foi publicado ou no que está subjacente aos conteúdos jornalísticos”. (Freitas, 1999)

Freitas refere ainda que “Há corrupção, medo e esperança nos jornais, mas eles não são feitos com tais substâncias, fazem-se com relatos imperfeitos de acontecimentos” (Freitas, 1999, p. 64).

Todavia, Laje frisa consegue-se alterar o sentido do texto jornalístico e explica que, por exemplo, uma palavra ou uma nota pode revelar com nitidez tudo o que se quer ocultar. É por isso que é preciso procurar os significados ou os sentidos subentendidos. O autor considera, ainda que, principalmente nos órgãos de comunicação social, normalmente se encontra a verdade da censura e do liberalismo, da dominação e da independência (Laje, 1982, p. 43).

Desta feita, os manuais de jornalismo e a deontologia da comunicação social pregam que o repórter, ao divulgar para a sociedade qualquer tipo de informação, seja através da reportagem, entrevista ou dos outros géneros jornalísticos, deve fazer isso de forma imparcial, objetiva e dizer sempre a verdade dos acontecimentos (Freitas, 1999, p. 78).

O autor afirma que é através dessa argumentação que o público fica bem informado e a democracia vai ganhando cada vez mais força. Segundo Macário, “é através da imparcialidade, neutralidade e objetividade, o discurso jornalístico torna-se uma verdade incontestável e universal. Uma verdade visível e firme aos valores e interpretações de quem divulgará e de quem receberá a informação” (Macário, 1999, p. 10).

Entretanto, Rossi (1986) afirma que isso não acontece, alegando que a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade no fazer jornalístico é um mito, pois, os profissionais desta área carregam consigo a formação cultural, um background pessoal, com ideias muito fortes no que concerne ao próprio facto testemunhado. Acrescenta ainda: é impossível pedir aos jornalistas que deixem

de lado todos esses condicionamentos. Voltamos a Laje (1982), que complementa este pensamento, sustentando: a objetividade, a veracidade e a imparcialidade nos órgãos de comunicação social não passam de mitos. Realça ainda que apenas as “pessoas inocentes” acreditam que não há nenhum interesse por detrás que possam levar os jornalistas a adulterar os factos.

Neste sentido tem muita relevância para a comunicação a questão da língua ou linguagem como ferramenta de dominação:

“O indivíduo que, muitas vezes, irá divulgar alguma informação nem sempre fala a verdade por causa de proibições, tabus, seleção do sujeito, da enunciação, dos rituais ou da oposição entre o que é falso e verdadeiro, que são informações exteriores ao discurso. É por causa dessas situações que a análise do discurso oferece instrumentos precisos para que o linguista possa tentar descobrir, no jogo linguístico, a verdadeira intenção do que foi falado e do que não foi falado pelo indivíduo”. (Freitas, 1999, p. 22)

Já Foucault defende que “existem três sistemas de exclusão que marcam o discurso, sendo eles a palavra proibida, a divisão da loucura e o desejo de verdade, precisamente, este último, o desejo de verdade que é a mais relevante. Esses sistemas de exclusão que se efetuam do exterior, acrescentam e referem-se à parte do discurso que coloca em jogo o desejo e o poder” (Foucault, 1971, p.156). O autor afirma ainda que realmente, em todas as sociedades se conhecem processos de exclusão e que aquele que é mais notório e familiar é a proibição. Sabe-se perfeitamente que as pessoas não têm o direito de dizer tudo o que estão a pensar e que não podem fazer tudo o que lhes apetece. Desta maneira, a verdadeira vontade do sujeito não é evidenciada pois vai ao encontro dos interesses e da ideologia dominante, motivo pelo qual não se deve esquecer, diante de qualquer discurso, a presença da subjetividade e também dos processos de exclusão.

Para tanto, Macário (Macário 2018) parte do princípio de que “o discurso jornalístico é verdadeiro, embora seja composto por um conjunto de práticas, valores e regras que podem de certa forma condicionar a produção do discurso que será feito, acrescentando ainda “quando se fala na discussão sobre a

verdade, possibilita o entendimento da complexidade e as características que fazem parte da atividade jornalística enquanto uma prática discursiva que se reflete principalmente no conhecimento social da própria realidade”.

Marques (2008) diz-nos o seguinte:

“O discurso jornalístico são as informações noticiosas que são divulgadas pelos meios de comunicação social. Por outras palavras, pode-se dizer que são relatos noticiosos que circulam diariamente na sociedade através dos diferentes veículos de comunicação. O funcionamento desse resultado dá-se por meio de um processo social de construção da própria realidade, que é organizado por algumas condições factuais, convenções narrativas e regras que começam pelas sintáticas e semânticas e vão até às normas ético-pragmáticas do falar. É a partir do funcionamento dessas convenções e regras que se origina o discurso jornalístico e surge um contrato de leitura entre o jornalista e o leitor”. (Marques, 2008, p. 66)

Destarte, segundo aquele autor os media são, ainda, vistos como a principal janela através do qual o cidadão tem a possibilidade de se conectar com o mundo e a bordagem jornalística torna-se um discurso que relata o que está a acontecer no mundo. Universo este que é caracterizado como um sistema simbólico de entendimento, sobretudo, o que pode ser falado e traduzido em palavras. O autor acaba por concluir:

“Como discurso narrativo, o discurso jornalístico tenta, a todo o custo, dominar o devir; situar racionalmente os acontecimentos; dar sentido à ocorrência dos fenômenos, tanto dos fenômenos provocados pelo desencadear das forças da natureza como dos provocados pela ação do homem. Neste tipo de conhecimento há uma tendência da substituição do fluxo dos acontecimentos e do seu caráter mutável por uma fórmula lógica capaz de descrever com precisão matemática o caráter geral das coisas. A narração pressupõe, portanto, um começo (a tese), um meio (o desenvolvimento dos argumentos e a antítese) e a conclusão (a síntese ou a moral da história) recortando do real o que é necessário para torná-lo suficientemente coerente e pronto a ser assumido como tal. É este processo que dá ao discurso jornalístico o acabamento estilístico necessário para

transformá-lo numa história pronta, acabada, sem sequencialização, legitimando o velho e comum ditado popular de que jornal do dia anterior só serve para embrulhar peixe” (Marques, 2008, pp. 78)

Diversos investigadores, com diferentes preocupações, classificam o discurso de várias formas, mas todos têm o mesmo objetivo que é a de saber como é que o discurso tem influenciado as pessoas e a própria sociedade. É desta forma que Van Dijk (2005), um dos fundadores da ACD, diz desta:

“[...] a ACD é uma investigação que ilustra, primeiramente, a forma de como o abuso de poder social, a desigualdade e a dominância são colocados em prática e de como são apresentados pelo texto e também pela fala no que concerne ao quadro social e político. É através do discurso que sabemos como é que funciona o mundo, além das experiências pessoais que adquirimos, acabamos por formar as nossas próprias opiniões”. (Van Dijk, 2005, p. 175)

Fairclough e Wodak enumeram as principais premissas da ACD da seguinte maneira:

“O discurso é uma forma de ação social; O discurso tem um funcionamento ideológico; A ACD dedica-se a problemas sociais; A análise do discurso é interpretativa e explicativa; O discurso constitui a sociedade e a cultura; As relações de poder são discursivas; O elo entre texto e sociedade é mediado”. (Fairclough e Wodak, 1997, p. 121)

Canale (1997) defende: “o discurso é o conhecimento de como juntar as formas gramaticais e os significados para que se possa elaborar um texto consubstanciado, escrito ou mesmo falado, em géneros distintos.

Por sua vez, Pedro (1997) esclarece:

Discursos são conjuntos de afirmações sistematicamente organizados que dão expressão aos significados e valores de uma instituição. Para além disso, de forma marginal ou de forma central, definem, descrevem, e

delimitam o que é possível dizer e o que não é possível dizer (e, por extensão, o que é possível fazer e o que não é possível fazer) em relação à área de preocupação dessa instituição. Um discurso fornece um conjunto de afirmações possíveis sobre uma dada área, e organiza e dá estrutura ao modo como se deve falar sobre um tópico particular, um objeto, um processo.” (Pedro, 1997, pp. 21-22)

Segundo Rodrigues (2002):

“os veículos de comunicação social elaboram os seus discursos como os arquitetos projetam edifícios, os pintores pintam as suas telas e os músicos compõem as suas músicas. Entretanto, os media também possuem outras finalidades, as quais dispõem no discurso a objetividade e a sua expressão final.” (Rodrigues, 2002)

Assim sendo, para perceber a função dos jornalistas, e do próprio jornalismo é necessário verificar a sua produção discursiva por meio de algumas componentes, tais como: a empresa e a ligação que esta tem com as fontes e o público. Também em Macário são aspetos importantes a serem levados em conta no que se refere à interpretação crítica do que é dito e como é dito: trata-se de uma apreensão focada entre o texto e os requisitos de produção. Para um melhor entendimento sobre o discurso jornalístico, o autor acima citado esclarece:

“O discurso jornalístico apresenta uma posição filosófico-linguística reflexiva, bem como uma construção social que é evidenciada por uma sequência de relações que agregam as fontes que são mencionadas na peça jornalística, o espaço profissional e a própria sociedade que é o público recetor, sendo este o objeto dos acontecimentos que será modificado através do filtro da notícia ou de outros géneros textuais.” (Macário, 2018, p. 17).

No seu livro “Discurso, Notícia e Ideologia”, Van Dijk apresenta formas detalhadas do tratamento das notícias, principalmente na imprensa escrita. O autor evidencia que as peças noticiosas na imprensa são uma das maiores responsabilidades em qualquer investigação sobre os veículos de comunicação

social que se coloca à análise do discurso. A partir desta noção clara sobre a importância do discurso jornalístico, Van Dijk sublinha ainda;

“A maior parte da nossa vivência e do nosso conhecimento político, social e das próprias crenças sobre o pensar do mundo se originam dos acontecimentos noticiosos que vemos ou lemos todos os dias nos media. Talvez não haja outra prática discursiva, para além da conversação quotidiana, que seja tão frequentemente exercida e por tantas pessoas como o são as notícias da imprensa e da televisão.” (Van Dijk, 2005, p. 63).

O discurso jornalístico é visto socialmente como produtor e transmissor de cultura, o qual foi criando ao longo dos tempos uma imagem de confiança e a partir dessa imagem acabou por transformar o jornalismo num discurso autorizado. Ou seja, o domínio que exerce nesse discurso possibilita-lhe elaborar um certo saber, por outras palavras, segundo Foucault “efeitos de poder”, que estão nos enunciados dos órgãos de comunicação social. Tendo os media este poder, o profissional desta área tem o controlo de dizer o que é verdadeiro, ou não, numa época (Navarro, 2016).

No entanto, conforme Macário o jornalista não sabe aproveitar este poder que tem em mãos e apenas faz o papel de conciliador entre a opinião pública e o poder (político ou económico), ao qual deixa de fazer um discurso crítico e investigativo que poderia enfrentar os interesses do público-privado entre o próprio órgão de comunicação social e os governos. O autor entende que:

“A prática jornalística se concentra apenas em servir como um espaço de confissão que não deve ter maiores consequências aos interesses e sujeitos do poder público que compartilham valores e interesses e sujeitos do poder público que compartilham valores e interesses com essas empresas de comunicação” (Macário, 2018, p. 23)

“A análise do Discurso é uma linha metodológica que desperta discussões apaixonadas: há quem a odeie, quem a despreze, quem a tema, quem dela logo queira se livrar. Também há aqueles que nem sequer

chegam perto dela, embora imaginem que sim, e há aqueles que dela querem fazer uma perspectiva teórica, um olhar por meio do qual talvez se possa desvendar o que existe por trás do que parece evidente. Os referidos autores frisam que “como todo campo, também o jornalismo pode ser pensado sob a perspectiva discursiva. Centrado no singular, o que parece evidente no jornalismo é a informação”. (Machado e Jacks, 2020, p.23).

A informação jornalística é um acontecimento que possui valores-notícia que pode ser transformado numa peça noticiosa:

“O jornalismo informativo é um gênero textual que, ao que tudo indica, não é influenciado, nem pela opinião e nem pela ideologia, sendo que este divulga informações à sociedade de forma imparcial e isenta de outros poderes, fornecendo ao público/leitor informações que retratam a realidade de uma forma fiel, visto que não poderia ser de outra maneira, porque o que está em jogo é a credibilidade da informação” (Macário, 2018, p. 23).

Por seu lado, Van Dijk nos diz:

“(…) em outras tradições de investigação marginais, a investigação na área de Análise Crítica do Discurso, para ser reconhecida, tem de ser melhor do que qualquer outra investigação porque enfrenta, antes de tudo, problemas com a sociedade e com os assuntos políticos, em vez de padrões atuais ou modas. Observa-se que uma análise crítica pertinente sobre os problemas que afligem uma sociedade é, frequentemente, multidisciplinar”. (Van Dijk (2005, pag. 211)

E continua:

“Na verdade, a Análise Crítica do Discurso não detalha apenas as estruturas do discurso, vai mais além, faz de tudo para explicar as estruturas do discurso em relação às características da interação social e principalmente da própria estrutura social. Deste modo, pode-se concluir que uma análise crítica se centraliza no procedimento de como as estruturas do discurso se colocam em prática, confirmam, legitimam e reproduzem as relações de poder e de dominância social”. (Van Dijk, 2005, p.208)

E é justamente neste ponto que destacamos a problemática da fraca literacia mediática dos cidadãos cabo-verdianos que, segundo Paula Lopes é a capacidade de aceder, criar, avaliar e compreender as mensagens dos vários meios de comunicação (Lopes, 2018). Com muita evidência, a literacia mediática é fundamental na democracia na medida em que, ainda segundo a mesma autora, potencia o nível de consciência relativamente às mensagens mediáticas com que as pessoas contactam no seu quotidiano e serve para capacitar os cidadãos para serem pensadores e criadores críticos e ativos” contribuindo para o pluralismo dos meios de comunicação e para a qualidade dos conteúdos (Lopes, 2011).

1.2. Jornalismo e Poder

Na sociedade atual os media revestem-se de uma enorme importância, principalmente por causa da globalização que gera maior aproximação entre as sociedades e faz aumentar o interesse pelas informações de outras realidades. A necessidade de se estar informado do que acontece no mundo é cada vez mais sentida.

Com esta sede de informações por parte dos cidadãos, os órgãos de comunicação social passaram a ser vistos como o quarto poder ao qual cabe a responsabilidade de fiscalizar os outros três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário. Segundo Coutinho (2013):

”Com o status que os media alcançaram, estes acabaram por conquistar uma posição privilegiada de democratização de informações pelo facto de deterem o poder de conscientização e mobilização das pessoas no que se refere aos acontecimentos sociopolíticos de importância social”. (Coutinho, 2013, p.53)

Gaye Tchuman (1978) complementa a ideia do enorme poder que os meios de comunicação social têm para informar, sublinhando:

“Nas sociedades contemporâneas o conhecimento constitui um princípio de hierarquização social tão importante como a propriedade, pelo que o poder de informar representa um poder enorme. Os jornalistas e as suas fontes contribuem, conjuntamente, para articular e definir os contornos da sociedade do conhecimento, reproduzindo as estruturas do poder e do saber. Através de processos de seleção e de enquadramento, e ao fazerem circular as informações, os media orientam a opinião pública e estabelecem a agenda dos consumidores de notícias. O público fala dos assuntos de que falam. As notícias são versões da realidade baseadas, em grande parte, em normas e convenções profissionais dos jornalistas. Ao realizarem o trabalho informativo, os jornalistas estão implicitamente a construir significados que dão sentido ao mundo. É a ordenação e o enquadramento dos factos que permite o seu reconhecimento e lhes atribui significado”. (Tchuman, 1978, p.163)

Nesta perspetiva, é notório que o uso dos meios de comunicação social muda, de forma crucial, a estrutura da vida social, elaborando novas formas de ação, de relação e de exercício do poder. Desta forma, o jornalismo operacionaliza a construção social da realidade e também melhora a dinâmica social, regulando-a em acontecimentos, tais como, erupções controladas e comportamentos previsíveis. De entre todas as atividades mediáticas, o jornalismo impresso foi aquele que teve um papel fundamental de estruturação do espaço público e do consenso social. Contudo, de uma forma geral, pode-se dizer que sem o jornalismo não haveria a opinião pública, ou, caso existisse, teria uma configuração sem dúvida diferente daquele que conhecemos.

“O jornalismo redescobriu o seu poder na mesma época da redescoberta dos poderes dos públicos. Esta profissão, ao longo dos tempos, foi ganhando o seu espaço nas diferentes sociedades e é impossível negar a sua importância na formação de uma perceção do mundo adequado às grandes opiniões e na produção dos sistemas de destaque dos atores sociais.”

(Correia, 1995 p.13).

O autor acima citado vai mais além, afirmando:

“A liberdade de expressão, cuja defesa é uma exigência democrática incontornável, exige jornalistas e públicos bem preparados e exigentes. Se o sacrifício da liberdade de imprensa é impensável, esta tem de ser confrontada com a possibilidade de públicos mais exigentes e participativos. A tomada de consciência desta realidade pode, deste modo, traduzir-se em duas consequências. Por um lado, verificar-se-á o aumento da resistência do público, o qual pode tornar-se cada vez mais interventor em relação ao monopólio dos mecanismos de produção simbólica. Esta como já vimos, parece ser uma dinâmica social que, apesar de todas as contradições, parece tomar novo fôlego: a exigência de educação para os media, a criação de observatórios de imprensa, a multiplicação de organizações que procuram refletir sobre as consequências do poder dos media sobre a liberdade dos cidadãos. (Correia, 1995, p. 15)

De uma outra perspetiva, aparenta ser óbvio que quem escreve sobre os acontecimentos tem de lançar um olhar e adquirir uma noção crítica sobre as próprias ferramentas de trabalho. Assim, de acordo com o autor:

“Cada vez mais se verifica que a sociedade está a tornar-se complexa, logo, os jornalistas têm de estar bem preparados para darem respostas às perspetivas das pessoas. Os problemas específicos da legitimidade da própria profissão, o aumento das especializações, a mundialização da indústria cultural e os compromissos sociais que competem à imprensa fazem com que o repórter não diminua os seus conhecimentos em relação ao livro de estilo, à competência narrativa e à dominação da língua portuguesa.” (Correia, 1995 p. 21)

Logo no início do século XIX a imprensa tinha um forte elo com a propaganda política, sendo identificava como fanática. Considerava-se, geralmente, que os jornalistas não passavam de escritores de terceiro nível. Naquela época o poder político era dominante, sendo bastante autoritário e antagónico. Esta perceção está, segundo O’Boyle, bem ilustrada nos

comentários que o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo alemão, Mitternich, em 1819, fazia, dizendo:

“Na Alemanha, particularmente, todos os governos asseguravam de que a imprensa era moldada por um partido antagonista e os jornais faziam de tudo para o bem do partido, este que trabalhava para arruinar tudo o que existia no país. No fim das contas, a atividade jornalística era considerada uma verdadeira conspiração” (O’Boyle, 1968, p. 167).

O autor ainda afirma que este comportamento dos governos era, de uma certa forma, contraditório porque os profissionais da imprensa eram vistos como temidos revolucionários e perigosos. No entanto, segundo ele, também eram considerados como escritores de terceira categoria, que não representavam ninguém. Contraditoriamente, ainda na mesma época, um deputado do Parlamento inglês, McCaulay, se referiu ao jornalismo como “o Quarto Poder”, ou seja, eles eram o maior poder da nação (Boorstin, 1971).

Todavia, Safire (1980) alega que este título tinha sido cunhado no século XIX, em Inglaterra, usado por um escritor, mas que este não se referiu à imprensa no seu todo. Teria apenas sido para um jornalista, temido pela sua habilidade de panfletário, e que esta afirmação do não mencionado escritor não passou de uma ironia. Devida à crise que aconteceu na Itália, o jornalista Jader Jacobelli salienta que o “Quarto Poder” referia-se a uma fraqueza derivada da perda de identidade, prestígio e credibilidade dos jornalistas. O “Quarto Poder” foi muito utilizado pelos profissionais dos veículos de comunicação no debate político, querendo ser aceites no espaço público. Safire diz, ainda, que a maior finalidade da imprensa nesse debate era a de poder estar de igual para igual com as forças políticas de uma nação. Já no século XX, essa expressão foi muito utilizada pelos diretores nos seus debates, mostrando a importância do jornalismo. Entretanto, segundo Mesquita (2004, p. 72) nesse momento, “perdeu a sua natureza apelativa à medida que a teoria dos outros poderes se varreu da memória e possui uma conotação algo bolorenta e afetada”. O autor Keane ainda nos diz:

”A liberdade e o poder que a imprensa conseguiu adquirir não devem ser infringidos por nenhum outro poder, principalmente por governos que exercem as suas funções de uma forma corrupta com a única finalidade de salvar a própria pele. O direito que os media têm em mãos é uma vitória para os cidadãos contra os poderes políticos”. (Keane, 1991, 23)

Com a nova designação de “Quarto Poder”, atribuída à Imprensa, Traquina assegura que o jornalismo precisava dessa valorização para que assim pudesse acalmar os receios e mostrar que estava a evoluir no seio social. Desta forma acabou por encontrar essa legitimidade nos intérpretes que eram pessoas bastante convincentes e influentes da teoria da opinião pública. “A opinião pública fazia parte da teoria democrática do Estado, do qual era um instrumento fundamental para o “controlo social”. Poder-se-ia encontrar numa opinião pública esclarecida num tribunal que reunia “toda a sabedoria e toda a justiça da nação” (Traquina, 2002, p. 32).

Contrapondo a esta ideia sobre o “Quarto Poder”, Mesquita (2004) afirma que esta posição atribuída à imprensa não passava de uma hipérbole, ou seja, não passa de um exagero, onde o principal objetivo era colocar a imprensa em pé de igualdade com as instituições do poder constituído. Complementando ainda este pensamento, Safire (1980) diz que “nos dias atuais, a ideia de “Quarto Poder” que é concedida aos órgãos de comunicação social está desatualizada”, portanto apenas uma ironia. Neste cruzamento de opiniões de diferentes autores sobre se, de facto, o jornalismo pode ser considerado, ou não, o “Quarto Poder”, Traquina (2002) conclui que por causa da importância e da autonomia que os jornalistas conseguiram conquistar nas sociedades, isso fez com que vários jovens acreditassem nesta profissão e as pessoas participassem no debate público. O autor afirma que o jornalismo é um “Quarto Poder” que periodicamente realiza a sua capacidade de contrapoder.

2. Jornalismo, Política e Sociedade

2.1. Jornalismo e Política

A comunicação social tornou-se parte integrante da atividade política e a explosão dos processos de comunicação política é fruto de um conjunto de atores que neles têm interesse. Por seu turno, os mentores de comunicação e os publicitários arranjam estratégias para persuadir os seus clientes latentes a lhes confiarem a preparação das suas prestações mediáticas e das suas campanhas eleitorais, colocando ao seu dispor os serviços de criatividade, de competências técnicas e de saber e procurando, como diz Champagne (1990) que é desenvolver no seio dos políticos a carência do seu produto. Uma outra observação é que os políticos têm uma vida ‘aparatososa’ que atrai os media, principalmente a televisão. Por este motivo, ele diz a política transformou-se num próprio espetáculo. Serrano (1999) aponta a utilização dos media e as sondagens, como duas das muitas estratégias que influenciam a vida política nos dias de hoje. Essas técnicas são usadas principalmente pelos jornalistas e conselheiros de comunicação e, claro, sem se esquecer das práticas do marketing político. A atividade política organiza-se em torno de novas regras de funcionamento, por causa do confronto com esta evolução, adequando-se, assim, à chamada "mediatização da vida política".

Como refere Débray (1993), “desde sempre os Estados preocuparam-se com a sua imagem, fazendo a sua propaganda. Deste modo, remata o autor, hoje isso de publicidade, ou melhor dizendo a comunicação do mesmo, tornou-se o fundamento da sua ação, ou seja, a imagem, a notoriedade e confiança do Estado e dos seus agentes dependem muito da sua estratégia de comunicação política, mormente da sua presença nos media. Serrano consagra que:

“Nas sociedades onde existe democracia e os sistemas políticos consagram o sufrágio universal e as pessoas têm o direito de votar e escolher o seu representante quem elas querem que as governe, os políticos elaboram estratégias de comunicação de forma a criar acontecimentos direcionados para jornalistas para ‘terrenos’ em que os promotores possuem uma capacidade de controle e de influência, superior ou distinta, da estabelecida

habitualmente entre fontes e jornalistas, na medida em que as notícias sobre política são, sobretudo, sobre a luta pelo poder e só secundariamente sobre a governação, isto é, sobre a aplicação do poder, os imperativos de comunicação sobrepõem-se aos imperativos de gestão”. (Serrano 1999, p. 38)

Diz ainda os políticos primam os seus tempos mais para divulgar ou dar a visibilidade às suas ações do que para refletir e decidir.

Schudson (1998) o grande sociólogo americano, põe em questão o papel do jornalismo na propagação das informações. O conceito de opinião pública foi criado por Lippmann no seu livro “Public Opinion (1922)”. Lippmann percebeu, desde logo, que o nível da veracidade dos fatos publicados pelos jornais, dependia das fontes oficiais. Para este autor, os jornais tinham o compromisso de publicar as notícias e a sua capacidade de publicar as melhores notícias dependia apenas da capacidade de lhes serem fornecidas informações credíveis pelo Governo e instituições outras, com elevado grau de reputação.

No entanto, Serrano (1999) afirma que a partir dos anos 20, tornou-se mais nítida a ideia de que o compromisso de publicação das notícias era algo estrita para definir a função da imprensa, sobretudo se a credibilidade do governo e das instituições independentes fosse contestável. Boorstin (1961) assegurava que nessa altura era possível, sim, construir uma carreira política completa com pseudoeventos, e apontava como exemplo o caso de McCarthy, que criou a conferência de imprensa da manhã com intenção de comunicar a conferência de imprensa da tarde. Com estas informações, os jornalistas iam logo escrever os títulos para os jornais do dia seguinte, anunciando as revelações que McCarthy dizia que faria à tarde, a uma hora que não permitia divulgação no dia seguinte. Os jornais que funcionavam desta forma muitas vezes falhavam. Segundo Boorstin (1961):

“Sem a ajuda dos jornalistas, os políticos não poderiam criar os eventos que lhes trazem poder e notoriedade. Os jornalistas são, nesta matéria, aliados dos políticos. As instituições políticas são grandes produtoras de pseudo-eventos. Uma grande percentagem das notícias publicadas na

imprensa escrita inclui informação baseada em comunicados, estudos ou relatórios”. (Boorstin (1961, p. 15).

Os pseudo-eventos, de acordo com Serrano (1999) desenvolveram-se juntamente com as profissões que os criam e ajudam a interpretá-los. É notório que graças às democracias modernas, a desconformidade entre o que os cidadãos precisam realmente saber e o que podem saber, está a aumentar cada vez mais com o crescimento da capacidade de sonegar informação por parte do poder, entende-se, aqui, as fontes oficiais. Segundo o autor, é comum “os jornalistas solicitarem comentários por parte dos políticos a situações hipotéticas, gerando notícias completamente fictícias do ponto de vista da sua espontaneidade. É o que se chama ‘fazer render as notícias’” (Boorstin, 1961, p. 26).

A pressão do tempo, segundo Serrano (1999), tem a ver com a necessidade de conseguir uma corrente contínua de notícias, que leva os jornalistas, sobretudo os correspondentes ou os que são destacados junto de instituições, ao uso de entrevistas e outras técnicas de criação de pseudo-eventos. Esta nova forma de criar pseudo-eventos, principalmente no campo político atrapalha os papéis de políticos e jornalistas. Por parte dos políticos, o autor afirma que estes criam conteúdos. Como exemplo, temos as conferências de imprensa e, por outro lado, os jornalistas pressionam os políticos a concederem entrevistas ou a fazerem comentários, em detrimento de outros assuntos da atualidade. Para Serrano torna-se confuso para os cidadãos distinguirem o que é realmente a realidade já que os próprios protagonistas também não sabem, na medida em que os jornalistas estão em constante procura de novos acontecimentos e os líderes políticos são a sua fonte principal. Este mesmo autor ainda explica que os políticos necessitam dos “media” para transmitirem as suas mensagens e os media, por seu lado, necessitam de fontes credíveis. E na política, eles conseguem promover briefings, garantir acesso a locais e a eventos oficiais e, por vezes, fornecem-lhes espaço de trabalho. A produção de notícias é, assim, um processo de negociação e de renegociação constante no qual os jornalistas

identificam o tipo de pessoas que servirão como boas fontes de informação sobre os acontecimentos, isto é, os jornalistas precisam dos políticos para exercerem o seu trabalho quotidiano. O autor salienta ainda: nos últimos tempos os jornalistas da televisão passaram a fazer convites aos seus colegas da imprensa escrita para apontarem as suas visões sobre determinados assuntos políticos (e outros), tornando-se, em muitos casos, comentadores residentes, ao lado de políticos profissionais. É através deles que são veiculadas as opiniões políticas. Entre estes dois agentes não existem apenas ligações cooperativas, como também existem conflitos por causa do receio que os jornalistas têm de serem manipulados pelos políticos e os políticos temem que as suas mensagens sejam deturpadas. Na afirmação de Hobber:

“O Estado objetiva-se em garantir a paz, entendendo ainda que os Estados totalitários estimulam e executam guerras expansionistas contra seus vizinhos ou acreditam que a guerra é um elemento do jogo político e da natureza das coisas. Como exemplo apresenta-se a luta de classes, que só exige obediência exterior às leis. As pessoas devem seguir as leis do Estado, no entanto, não são obrigadas a acreditar nelas”. Hobber (1994, p.153)

Já para Montesquieu:

“A separação dos poderes de legislar, de executar e de aplicar a lei mediante determinações judiciais, é condição da liberdade: “Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos” . (Montesquieu, 1748, p. 229).

Locke (1979) apresenta em todas as suas teorias uma posição filosófica que dá relevância à liberdade do homem ao “derivar” essa mesma liberdade das leis da natureza. O “liberalismo” procura compreender a liberdade pela natureza dos homens e qualquer instituição de qualquer poder deve trabalhar em função da garantia desta liberdade. Os homens, de uma forma voluntária, criaram o

estado de natureza para assegurar a sua própria preservação. Acrescenta, ainda que é correto o homem confrontar o poder do Estado caso este deixe de exercer a sua função, pois o acordo feito na criação de Estado e seus poderes é que protejam as pessoas, sabendo que sempre haverá quem queira pôr em risco a liberdade dos homens (Locke, 1979). Camponez (2019) explica que em relação ao pensamento liberal, no que toca à liberdade de expressão: esta não eliminou o resultado destas modificações históricas da imprensa e da própria esfera pública do século XIX.

Com a morte do paradigma de imprensa *one-man newspaper* assinalado pela expressão de correntes de opinião de uma classe fundamentalmente burguesa, política e literária, e a emergência da imprensa de massas, mais complexa industrialmente, isso desconjuntou as conceitualizações de liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de empresa que o liberalismo clássico sempre apreendeu como conclusões lógicas, afirmando o papel fundamental do jornalismo nas sociedades democráticas.

2.2. Jornalismo e Sociedade

Ao procurar uma definição para o jornalismo, o fazer jornalístico, ou as suas funções, todos os autores acabam por invocar a sociedade, isto porque o jornalismo é feito para o público, ou melhor, ainda, para a sociedade. Lage (2014) explica a função do jornalismo considerando que esta área tem um compromisso distinto e se torna numa prática social diferenciada das outras. O jornalismo representa a sociedade de duas maneiras, uma delas que é vista de forma mais ampla, como mediador no tráfego social da informação e a outra como agentes ao serviço de causas consideradas nobres, mas que são vistas de uma forma mais estrita. Lage confessa que a razão dessa dupla função afeta aos jornalistas, tem enquadramento histórico e as consequências ganham mais relevância numa altura em que as narrativas impostas se sobrepõem e selecionam os factos. À semelhança das outras áreas sociais, o jornalismo é uma práxis social que resulta da evolução da sociedade e consequente fragmentação de conhecimentos e funções da vida social.

No seu conceito vasto, que os críticos atribuíram o nome de neutro, Laje defende o jornalismo como uma atividade de natureza técnica caracterizada por compromisso ético peculiar (Laje, 2014, p. 21) devendo o jornalista saber selecionar o que interessa e o que é útil ao público (o seu público, o público-alvo); buscar a associação entre essas duas qualidades, dando à informação veiculada a forma mais atraente possível; ser verdadeiro quanto aos fatos (verdade, aí, é a adequação perfeita do enunciado aos fatos, (*adaequatio intellectus ad rem*) e fiel quanto às ideias de outrem que transmite ou interpreta; admitir a pluralidade de versões para o mesmo conjunto de fatos, o que é um brevê contra a intolerância e manter compromissos éticos com relação a prejuízos causados a pessoas, coletividades e instituições por informação errada ou inadequada a circunstâncias sensíveis”. Laje explica que a questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado no meio jornalístico. A expressão, que carrega força e impacto, é comumente usada como bordão de campanhas institucionais e/ou mercadológicas de empresas de comunicação. Tal consagração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser uma tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade. O autor refere ainda que a informação em jornalismo é compreendida como um bem social e não como uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade em relação à informação transmitida e isso vale, não só para aqueles que estão controlando a mídia, mas, em última instância, para o grande público, incluindo vários interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela ajam, em todas as circunstâncias, em conformidade com uma consciência ética pessoal.

Para Lopes e Proença (2003, p. 133), os jornalistas não podem esquecer seu papel e sua importância, peças fundamentais em termos de construção da cidadania, uma vez que é responsável pela transmissão de informações e a ideia de cidadania está subordinada à informação.

Visando a relevância social do jornalismo e a necessidade da prática responsável da profissão, surge o código de ética dos jornalistas.

Segundo Lippmann:

“As pessoas estão sempre à espera de novas verdades partilhadas pelos jornais, para que, assim, possam formar as suas opiniões, destacando a importância da opinião no regime democrático e considerando esta ideia de que a imprensa determina a formação de opinião do leitor/telespetador e/ou ouvinte, contribui para a construção coletiva do espírito público”. Lippmann (1922/2008)

Por seu turno, Park (2008) defende que a sociedade formula as suas opiniões quando a notícia serve como um intermediário com a política, acrescentando que a notícia é de extrema importância para a sociedade. Segundo o autor, “os direitos são a opinião pública numa de suas formas supremas, após essa ter sido incorporada aos costumes” (Park, 2008, p. 78) Esta afirmação demonstra a ideia do autor em relação ao poder da imprensa para manter uma sociedade livre. Park afirma ainda que conhecimento chega ao público de uma forma simplificada e não na forma de uma percepção, como chega ao indivíduo em forma de uma notícia. É notório que a notícia se encarrega das mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo. Explicando melhor, não apenas informa, mas orienta o público, faz com que ele tenha a noção do que passa na sociedade. Max Weber, o sociólogo alemão que analisa as ações sociais e estuda a imprensa a partir da profissão do jornalista, considera que este congrega dois tipos de ação social, uma pertencente à racionalidade visando fins e a outra com relação a valores.

No que diz respeito a valores, o sociólogo, citado por Gallas (2014) entende que a comunicação massiva faz parte da ação social com relação a fins porque os leitores e anunciantes compram a atividade jornalística por a imprensa ser considerada empresa capitalista privada. Já, na parte racional, o jornalismo é considerado como uma atividade que segue as orientações da ética profissional, que anseia por divulgar para a sociedade informações de factos que interessam ao público e que os mais poderosos tentam esconder.

Traquina baseia-se nos deveres e nos ideais concedidos historicamente aos jornalistas, e discorreu sobre o ethos da profissão, na ótica da teoria democrática que determina o jornalismo como sendo um instrumento que permite às pessoas exercerem a sua cidadania. O autor diz ainda que o ethos é

conceitualizado pelo código deontológico que incorpora um conjunto de regras e normas que norteiam a prática da profissão. Traquina nos elucida:

“O código pressupõe conceitos como o universalismo, que implica de forma não discriminativa, o cumprimento das regras por parte dos profissionais, o distanciamento, que desassocia a atuação do próprio interesse, a autonomia em relação aos interesses dos demais agentes sociais e o ideal de serviço à comunidade”. (Traquina 2005, p. 119).

De acordo com o mesmo autor:

“Os códigos deontológicos no jornalismo não têm a força disciplinar que têm no caso dos médicos e dos advogados, em que a organização representativa dos membros da comunidade tem o poder de controlar os transgressores dos códigos, com a possibilidade de os expulsar da profissão [...]. Mas a existência de um código deontológico é reconhecida por todos os estudiosos da problemática das profissões como um atributo indispensável na definição de uma profissão liberal e a sua existência no jornalismo torna insustentável a defesa da posição de que o jornalista é apenas um ‘trabalhador por conta de outrem’”. (Traquina, 2005, p. 120).

Mesquita (2014) diz ser estimulante observar, em algumas circunstâncias, que os códigos deontológicos que passaram por revisão nessa altura “colocam o acento tônico” na importância de avaliar a publicação da notícia. O autor apresenta como exemplo o caso do código deontológico da associação de jornalistas profissionais norte-americanos, traduzido no boletim Passa Palavra do sindicato dos jornalistas, que sugere a importância de reconhecer que a recolha e divulgação da informação pode provocar dano ou desconforto, pelo que a procura da notícia não é uma autorização para a arrogância. O autor prefere deixar o assunto sobre a responsabilidade social de jornalista em termos de um mínimo ético, para que seja “cumprida a partir de respeito de um certo número de procedimentos e de processos, do que solicitar as “grandes causas” da humanidade e de comportamentos heroicos. Para poder evitar que, em vez de um humanismo servido quente na bandeja da tecnologia, o jornalismo se demarque de um mero negocismo servido frio sob o impulso da euforia

tecnológica (Mesquita, 2014). Ainda segundo este autor, o compromisso do jornalista para com a sociedade é um tema ingrato. E justifica dizendo que um discurso moralizador verifica com ar travesso dos tempos que passam e provoca desconfiança pelo que o papel do jornalista na sociedade já não encanta as novas gerações” (Mesquita, 2003, p. 76) Isto é compreensível, reconhece o autor, na medida em que são mais jovens que sentem as distâncias entre as declarações de princípio retumbantes e a frieza de certas práticas quotidianas que estão entre as grandes mitologias que sustentam a imagem pública da profissão e o que exercem realmente.

Em relação a conceitualização da responsabilidade social, aquele autor confirma que foi empregue por diversos “ismos” e isso aconteceu, a partir dos anos 30: “A definição originou-se em volta de personalismo cristão que convocava o compromisso pelo facto de uma pessoa assumir precisamente uma responsabilidade de uma obra a ser realizada no futuro” (Mesquita, 2014, p. 274). Sob o apelo do compromisso social, tiveram atos de heroísmo, no entanto, se instigaram em nome de luz de dia comportamentos impróprios e não toleráveis (Mesquita, 2014).

O mesmo autor situa o período da elaboração dessa doutrina no tempo do pós-guerra, especificamente envolto na cultura anglo-americano, momento este em que contestavam a comunicação social por ser superficial e sensacionalista, em divergência da moral pública e desrespeitando a intimidade da vida privada. Ainda, de acordo com ele, pode-se afirmar que a teoria demandava a responsabilidade dos jornais e dos jornalistas para com a sociedade e o público, contrariando o radicalismo das visões ultraliberais expresso na famosa afirmação que declara que um jornal não deve nada ao público, mas simplesmente responde ao seu dono (Mesquita, 2014).

Em relação às funções fundamentais atribuídas aos jornalistas pela doutrina da responsabilidade social, Mesquita (2004, p. 171) elenca as seguintes:

“Os códigos deontológicos no jornalismo não têm a força disciplinar que têm no caso dos médicos e dos advogados, em que a organização representativa dos membros da comunidade tem o poder de controlar os

transgressores dos códigos, com a possibilidade de os expulsar da profissão [...]. Mas a existência de um código deontológico é reconhecida por todos os estudiosos da problemática das profissões como um atributo indispensável na definição de uma profissão liberal e a sua existência no jornalismo torna insustentável a defesa da posição de que o jornalista é apenas um “trabalhador por conta de outrem”. (Mesquita, 2014, p. 171)

Cornu (1994) refere uma declaração sobre os media, da UNESCO em 1983, que interpreta a informação jornalística como um bem social e não como um simples produto. Isso quer dizer que o jornalista se responsabiliza pela informação transmitida, tendo a obrigação não só para com os que controlam os media, como também em relação à grande diversidade dos públicos que recebem as informações. Os jornalistas sentem que têm o dever de agir de acordo com a sua própria consciência ética.

Contudo, Mesquita proclama que no período de inflação informativa, o jornalista terá de deixar transparecer a sua responsabilidade para com a sociedade, não só em questão da liberdade de expressão, mas equitativamente quando se trata de considerar certa notícia e ponderar se os nomes de pessoas devem ou não ser divulgados. Esta é uma situação de conflito em que o jornalista estará entre o dever de informar e o dever de proteger certos direitos individuais.

3. Comunicação Social, a Política e a Independência

A comunicação social sempre esteve atenta os acontecimentos importantes e marcantes na sociedade e no mundo. Ela esteve ao lado das populações nos eventos mais importantes da humanidade, lutando contra as políticas dominadoras e contra o autoritarismo, sendo que entre os marcos mais importantes se incluem as independências, em relação às quais a comunicação teve um papel crucial.

Segundo Neves (2009), a independência é uma conceitualização cujo significado deve ser bem compreendido para que não seja vista como algo não muito bom ou monstruoso. O autor afirma mesmo que pode ser produzido amargos frutos, caso se entenda que esta palavra signifique cada um fazer o

que lhe convier, sem qualquer tipo de controlo e/ou consequências. Porém, se significar uma nação sair da dominação de outra, será boa ou má, dependendo das circunstâncias e das vantagens, por a nação dominada deixar de a ser e passar a ter o seu próprio governo. Por seu turno, Guerra (1992) defende que o séc. XIX foi o momento decisivo na estruturação do conceito de nacionalidade. “Nesta época, a independência foi observada e estudada pela historiografia oitocentista durante um longo período, como o fim da linha de um processo contínuo e sequenciado, que, desde o século XVII e até mesmo do século XVIII, fingira uma consciência nacional” (Guerra, 1992, p. 14).

Assim sendo, para Neves tinha a ver com um processo exclusivo das Américas que, através de suas revoluções, legalizavam a libertação das novas nações, fruto do advento de ideias liberais. “Estas proporcionavam às colónias antigas se oporem às suas metrópoles com mais rigidez. Constituíam-se em um processo único, analisado sem qualquer vinculação com os fatos e acontecimentos que ocorriam naquela mesma época em Espanha ou Portugal” (Neves, 2009).

Caetano (2006) salienta que a independência passou a ter resultado da crise do sistema colonial dos Tempos Modernos, devido à acumulação primitiva de capital. No entanto, o modelo pode ser procurado na luta anti-imperialista de descolonização dos países africanos e asiáticos a partir de 1945. As independências transformavam-se num litígio dividindo nacionalistas e imperialistas-europeus (Caetano, 2006, pp. 15-22). Por seu lado, podemos encontrar em Giron (1997), a perspectiva de que a batalha das ideias e palavras que correu paralela às guerras de independência teve lugar por causa dos sucessos dos anos de 1808 em Espanha, consideradas a expulsão dos franceses do território espanhol e, depois, as lutas na América hispânica (Giron, 1997)

Ainda de acordo com Neves, foi promulgada em 1810 pela Corte de Cádiz a deflagração do debate e conseqüente do triunfo da liberdade de imprensa. Até os que se posicionaram contra qualquer reforma ou mudança tiveram que, a partir dos folhetos, periódicos e discursos, combater os seus antagonistas liberais, deixando claro que todo o meio de expressão escrita é utilizado, tanto como veículo peculiar de comunicação, quanto como poderosa arma de

combate nos momentos de crise e convulsão política. Os livros, folhetos, panfletos políticos e jornais eram reimpressos na América sem ser necessário contrabandear. “Demonstrava-se, assim, no âmbito da discussão política, a importância desses instrumentos de comunicação, indicando que as sociedades não se limitaram a ler esses escritos de circunstância, mas, sobretudo, a produzi-los” (Giron, 1997, p. 17).

Giron (Giron, 1992) entende que desta forma, essas novas ideias passaram a ser conhecidas pela América hispânica que passou a apreender um vocabulário político em que o submetido se transformava em cidadão, em que a nação representava o conjunto de indivíduos por meio da igualdade civil.

“Em 1827, o semanário mexicano El Sol, manifestava de igual forma também sua apoquentação com esse estado de coisas porque os folhetos mais alarmantes e incendiários, os libelos mais inflamatórios se espalham cuidadosamente e se leem nas praças públicas para enganar aos incautos. Nota-se, pois, que esses discursos se tornaram num alarme coletivo que até agora inexistente em relação ao político, diferentes daquelas práticas que se delimitavam ao círculo privado do soberano”. (Guerra, 1992, p. 292)

De acordo com Guerra, a atribuição do primeiro significado do conceito de Independência entre os anos 1808 e 1809 foi na América Hispânica e não foi por causa da tentativa de secessão do conjunto da monarquia espanhola, mas por causa de uma manifestação do patriotismo hispânico, numa adesão à Península em se libertar do opressor Bonaparte ” (Guerra, 1992) Outrossim, afirma o supracitado autor, proclamar a independência da ‘Espanha americana’ era uma opção óbvia para poder libertar uma parte da Monarquia. Tal independência era concedida à França e aos que em Espanha colaboraram com ela. Apenas depois dos trabalhos das Cortes de Cadiz, ao decidirem fazer da nação espanhola um estado unitário, a possibilidade de se manter os reinos americanos no seio da Monarquia espanhola desmoronou-se. “A situação agravou-se mais ainda após a restauração absolutista de Fernando VII, em 1814. Tal atitude estava, contudo, condenada ao fracasso, pois a crise do Antigo

Regime, inserindo-se nesta independência das colônias americanas era irrevogável” (Guerra, 1992, pp. 17-18).

Neves apresenta exemplo do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* como um contributo para a democracia. Na sua edição de 9 de abril de 1822, enalteceria a sugestão de independência, ao comentar os combates na Bahia e a ação violenta das tropas portuguesas sob o comando de Madeira de Melo:

“Não é com baionetas que se prega a Liberdade; não é derramando-se o sangue de irmãos que a irmandade se une e se ama; o que até hoje têm feito os militares enviados da Europa para o Brasil (com bem pouca exceção) promove mais a independência deste Reino, que a natureza aconselha e que Portugal tanto procura obstar”. (Neves 2009, p. 11)

Este autor observa que, se a rádio serviu para reforçar a colonização, serviu também para desencadear o processo de descolonização. No entanto, o papel da rádio na descolonização dos países anglófonos não parece ter sido tão preponderante como na África francófona. Este meio de comunicação reforçou a tomada de consciência política e contribuiu para uma emancipação progressiva e irreversível. Favoreceu o agrupamento de alguns líderes africanos na aplicação da lei-quadro de Gaston Defferre, de 1956. Essa lei, que foi uma viragem na relação da França com as suas antigas colônias, viabilizou uma certa autonomia dos países sob domínio francês, que algumas das colônias logo aproveitaram.

Tudesq e Nedelec (1998) disseram, a este propósito, que os países, nomeadamente, Senegal, Mali e Costa do Marfim obtiveram, em 1961, suas estações emissoras com potência de mais de 50 kW, capazes de alcançarem para além das suas fronteiras, sendo certo que isto serviu como um poderoso meio de denúncia os abusos da colonização. Outros países, como Níger, Burkina Faso, Benim, Chade, Togo, foram dotados de emissores de menor potência, 1 kW, que permitiam a cobertura apenas da capital e dos seus arredores e de um emissor de 4 kW – ondas tropicais ou curtas – para todo o território (Tudesq e Nedelec, 1998)

A rádio foi, desde sempre, um meio de comunicação muito importante, principalmente na época da colonização, pois era o meio de mais fácil acesso e por este motivo era considerada o principal meio de difusão de quaisquer informações sobre estes assuntos. É neste sentido que Pandolfi (2014) afirma que a rádio auxiliou, tanto nos planos da descolonização, como da colonização, principalmente em África, já que ali a maioria da população é pobre e é o meio de mais fácil acesso. Ela diz que, após as independências, as rádios adotaram um novo estatuto no cenário político nesses países (Pandolfi, 2014).

Segundo Fausto Neto, “o campo da comunicação social não se constitui apenas num lugar de ‘acolhimento’ das compreensões e os processos de interação social”. Como salienta o autor, a comunicação social “destaca-se também como agente que, com base nas regras e poderes singulares, consegue operar a própria construção dos sistemas de representações (Neto, 1999, p. 13).

4. *newsmaking* e as Rotinas de Produção Jornalística

4.1 Classe Jornalística Enquanto Comunidade Interpretativa

A ideia de que a classe jornalística constitui uma comunidade interpretativa parte de Zelizer (1993/2000), investigadora da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, num artigo publicado em 1993. Nesse texto a autora norte-americana procurou estabelecer uma ordem de pensamento segundo o qual o jornalismo não se confina a uma prática profissional, marcada apenas por rotinas produtivas. A componente profissional do jornalismo também é valorizada por Zelizer, para quem essa premissa contribuiu para uma autocompreensão do jornalismo, permitindo que os profissionais que laboram no setor tenham elementos concretos que lhes permitam perceber o funcionamento da atividade profissional, separando o que se pode classificar de jornalismo e o que são as outras atividades ligadas à escrita, mas que não se traduzem na profissão jornalística.

A ideia de comunidade interpretativa defendida pela supracitada autora contribui para engendrar o sentido de classe profissional dos atores que atuam no campo jornalístico, uma vez que a partir de uma premissa de profissão se

desenvolve todo o conteúdo dessa atividade profissional, criando um sentido de coletividade alimentado pela partilha de procedimentos, regras, axiologias e princípios éticos.

Deste modo, a ideia implica a mobilização de um conjunto de valores associados às práticas do jornalismo que devem constituir matérias da sua composição. Dentro deste composto axiológico cabem princípios como a objetividade, a neutralidade, a independência, a isenção, de entre outros, mesmo sabendo que alguns desses princípios se situam mais no plano de idealização e do dever-ser.

No âmbito da problematização do conceito de comunidade interpretativa, Zelizer questiona: “Como é que ser profissional se tornou uma senha para ocultar os elaborados mecanismos pelos quais é construída a realidade?” (Zelizer, 2000, p. 35).

Assim, para a autora, o aprofundamento das ideias em torno da identidade profissional da classe jornalística contribui para o estabelecimento de parâmetros que permitem compreender por que os jornalistas não assumem que, com o desempenho das suas profissões, estariam a ‘construir a realidade’ através do estabelecimento de sentidos sociais, recorrendo à narrativa. Acrescenta, entretanto, que o enquadramento profissional não é o único elemento que concorre para o estabelecimento de um campo de compreensão das dinâmicas textuais que se encontram implicadas no seu trabalho, embora isso não iniba de se constituir uma incidência direta. É desta forma que Zelizer sustenta a necessidade de um enquadramento explicativo alternativo, mobilizando o conceito de comunidade interpretativa para aprofundar a problematização sobre a temática.

O conceito de comunidade interpretativa implica o estabelecimento de uma rede informal que interliga os profissionais da informação, conjugando um conjunto de pressupostos axiológicos como a assimilação e a partilha dos valores da profissão e integrando um conjunto de normas de conduta profissional que permitem demarcar fronteiras. Isso estabelece campos entre o que se pode enquadrar no domínio do jornalismo e o que se pode categorizar como exterior ao campo interpretativo da profissão jornalística. Para chegar a

essa constatação, a autora parte do pressuposto de que os profissionais do jornalismo não são atores isolados na construção da semântica da realidade quotidiana, mas atuam numa rede coletiva que partilha um conjunto de pressupostos profissionais coletivos, agindo como se fossem ‘bandos’ ou ‘matilhas’. Essa extensa rede de constituição e de formulação de sentidos sociais que os profissionais da informação integram ultrapassa o universo das empresas mediáticas e abrange um perímetro maior, que integra as envolventes dessas empresas jornalísticas e das suas redações. A sua materialização consubstancia-se nas trocas sociais desenvolvidas a partir das relações interpessoais que marcam as práticas profissionais no campo do jornalismo. Isso evidencia-nos o facto de a comunicação no seio da sociedade se constituir numa rede de troca de sentidos, que estende o campo da comunicação de massa e resulta de uma convergência de campos semânticos entre os domínios da comunicação interpessoal e da comunicação de massa, num processo de racionalização discursiva. A convergência semântica implica o cruzamento de canais formais e informais de comunicação no seio da sociedade, exercendo uma influência sobre a formulação das práticas discursivas que abrangem toda a envolvência que circunda o espaço de ação dos profissionais da comunicação e da informação.

Analisando o procedimento da comunidade profissional de jornalistas, Zelizer defende que o que mais contribui para o estabelecimento de uma comunidade interpretativa foram os processos sociais difusos que engendram mapas interpretativos comuns à classe.

“Deste modo, as normas de conduta profissional positivadas, como os códigos deontológicos, regulamentos internos, ou a própria lei, têm menos influência no engendramento da comunidade interpretativa do que os elementos axiológicos que emergem das construções sociais semânticas. Assim, toda a produção discursiva que perdura no tecido social contribui para o estabelecimento de padrões de autoridade e de recursos cumulativos da memória, condensados nas ‘boas coberturas’ ou ‘boas práticas jornalísticas’. Isso tem concorrido para a consolidação de uma identidade

profissional, procurando condensar e cristalizar uma forma procedimentalmente jornalística”. (Zelizer 1993/2000, p. 38).

Analisando as teses de Zelizer, torna-se mais fácil compreender o processo de legitimidade social dos profissionais da informação que, de certa forma, autodelegam a si um amplo poder de interpretação dos factos a partir do quadro semiótico da construção da mensagem jornalística. Outrossim, a partir do pensamento de supracitada autora, também é possível compreender como se procede com a materialização de intervenção jornalística sobre o quadro interpretativo da realidade, o que fica presente nos esquemas narratológicos da noticiabilidade que estabelecem formas mais ou menos consensuais de produção das notícias, deixando de fora o que se considera menos adequado ou não consensuais em termos da normatividade e da cultura das práticas profissionais. “No momento em que se dão os acontecimentos, os jornalistas tendem a interpretá-los unidimensionalmente porque veem a si mesmos coletivamente como conduzindo a comunidade em determinado sentido” (Zelizer, 2000, p. 42). Essa leitura que a autora norte-americana faz da questão leva-nos à problemática das boas práticas no seio do jornalismo, o que nos reporta para um conjunto de procedimentos que a profissão incorpora e que se expressam, não apenas no quadro normativo estabelecido pelo Poder Público, mas também nas normas corporativas da profissão muitas vezes alicerçadas na cultura jornalística de um país. E, também, como reconhece Breed (1955/1993), na cultura que se engendra nas próprias redações e que estabelecem parâmetros no âmbito dos quais a profissão pode ser exercida.

“Essas normas corporativas exercem um papel fundamental no estabelecimento da comunidade interpretativa uma vez que atenuam a dimensão instrumental do discurso jornalístico, ao mesmo tempo que estabelecem as fronteiras que contribuem para formatar o campo de ação da comunidade interpretativa”. (Zelizer, 1993-2000, p. 35).

Essa perspectiva de Zelizer amplia o campo de compreensão de uma extensa rede imaterial que regula os processos produtivos no campo do

jornalismo, estabelecendo um território de experiência coletiva da classe, no qual se partilha regras, valores profissionais, códigos de conduta e experiências de práticas e de elaboração do produto noticioso.

A tese associada à ideia de jornalismo como uma comunidade interpretativa estabelece um campo simbólico a partir do qual as práticas profissionais jornalísticas se desenrolam, dando uma interpretação do jornalismo como uma rede processual de relações intersubjetivas que envolve tanto as percepções individuais de cada jornalista sobre a profissão, como, também, a percepção dos outros membros da rede, criando comunidade, percepções coletivas e uma realidade profissional com um corpo próprio. Porém, alguns autores recomendam prudência na aplicação do axioma comunidade interpretativa na compreensão do campo jornalístico, considerando que um outro caminho da sua aplicação é analisá-lo, não tanto como um conceito sólido e consubstanciado, mas, antes, como uma metáfora necessária para estabelecer a rede simbólica informal que concorre para a formatação de um campo de compreensão do jornalismo. Neste sentido, defende-se que subsiste menos a ideia da existência de um vínculo dentro da comunidade, que estabelece um regime de pertença a um grupo social, em relação a um sentimento de pertença a um grupo social consubstanciado num canal intragrupo de circulação de valores, parâmetros profissionais e mapas interpretativos da realidade social. Assim, destaca-se, na expressão, a dimensão ‘interpretativa’, em detrimento da ‘comunitária’.

Olhando para a análise de Zelizer sobre a questão, podemos verificar que, inclusive, ela começa o seu texto como uma pergunta retórica, questionando: o que faz uma comunidade? não chegando a sistematizar uma resposta sólida à volta do que considera ser a comunidade interpretativa dos jornalistas. De qualquer forma, é interessante ver que as próprias redes informais que estabelecem a referida comunidade interpretativa, se por um lado, fornecem parâmetros de avaliação dos procedimentos dentro da dita comunidade, por outro lado, esses fundamentos, processos de fundação e contornos são imprecisos.

No âmbito da comunidade interpretativa subsiste a perspectiva daqueles que se entendem como profissionais da comunicação social e, particularmente, do jornalismo e, em decorrência dessa condição, acham que devem agir como tal. Outrossim, é preciso se destacar o lado performativo das comunidades, que deriva de um regime estético que deve reger a vida comunitária que, para alguns autores, é ténue na comunidade interpretativa dos jornalistas e, para nós, está bem vincada na estética literária do jornalismo, o que faz com que o texto jornalístico obedeça a determinados padrões que o tornam divergentes de outras categorias literárias no âmbito da produção escrita.

Sobre a questão da comunidade interpretativa, Traquina procura aproximar a sua posição à de Maffesoli (1998), recuperando o conceito de tribo e trazendo para o jornalismo uma ideia de comunidade configurada na conjugação de um conjunto de elementos que concorrem para a formação de uma identidade profissional. Não entendemos que o conceito de comunidade interpretativa implique uma globalização da identidade e do quadro interpretativo da profissão, como alguns críticos do termo apontam, mas antes como uma entrada conceptual que, por um lado, estabelece o quadro comum de identidade profissional do jornalismo, deixando, e por outro, o espaço para o surgimento de identidades profissionais locais que resultam de uma interação entre os valores globais e as práticas sociais e culturais locais. Negar a existência de uma dimensão identitária da profissão jornalística – que se fundamenta na procura da verdade, rigor, contraditório, recursos estilísticos do texto noticioso – é abrir espaço para se chamar de jornalismo a qualquer coisa que se publica no espaço público. Portanto, há elementos que devem estar presentes em todas as práticas catalogadas como jornalismo, quanto mais não seja para, por um lado, se separe o jornalismo das outras narrativas (romances, contos, novelas, séries, etc.) e, por outro lado, se afaste o jornalismo de outras profissões da comunicação, como, por exemplo, as assessorias de comunicação, as relações públicas, os publicitários e os profissionais do marketing, dos processos de comunicação organizacional, mercadológica, institucional ou estratégica. Portanto, há um perigo evidente em combater o conceito de comunidade interpretativa de Zelizer (1993/2000) com a negação de uma

identidade profissional mínima, a qual deve ser transversal a todas as práticas profissionais classificadas como jornalismo.

A ideia de haver uma comunidade interpretativa de jornalistas, consubstanciada essencialmente na partilha de valores e de uma visão da profissão, não exclui a possibilidade de se encontrar matizes profissionais diferenciadas, com marcas espaciais, geográficas, culturais, políticas e nacionais. Isso significa que as práticas jornalísticas na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, nos Estados Unidos da América e na Finlândia acabam por ganhar configurações identitárias locais em relação com as práticas sociais, políticas e culturais em cada um desses países. Ainda assim, deve haver algo comum que torne uma prática profissional em jornalismo, segundo as configurações conceptuais modernas, em todos esses países. Se, porventura, nos deparamos, em alguns desses países, com práticas comunicacionais que não pugnam pela verdade, não procuram estabelecer o contraditório, não têm no horizonte do exercício profissional a procura de isenção e de independência dos órgãos de comunicação social, não zela pela afirmação da liberdade de imprensa e, em último rário, não atende o interesse público, com vista a tornar a comunicação social como uma instância de formação avançada da sociedade, não podemos classificar tais práticas de jornalismo no seu verdadeiro sentido, podendo ser enquadrável em outras categorias conceptuais no âmbito dos estudos comunicacionais, desde propaganda, comunicação institucional, comunicação estratégica ou outra classificação derivada da convergência da comunicação, da integração de sentidos e dos novos avanços das práticas comunicacionais que alguns apelidam de 'jornalismo cidadão'.

4.2. *Newsmaking, Gatekeeper e agenda-setting*

As teorias de *Gatekeeper* e de *newsmaking* têm uma função muito relevante na explicação do funcionamento do *métier* jornalístico, contribuindo para explicar como é que, no quadro das produções noticiosas quotidianas, determinados assuntos têm lugar na agenda da comunicação social, em detrimento de outros. Desta forma, acaba-se por enaltecer o papel do jornalista

enquanto selecionador dos assuntos que enformam a pauta noticiosa dos órgãos de comunicação social.

O processo de *newsmaking* incide sobre as rotinas produtivas dos órgãos de comunicação social, procurando perceber o percurso que os acontecimentos fazem desde a sua irrupção no tecido social até à sua veiculação pelos meios de comunicação de massa.

Considerando que o mundo é um palco de acontecimentos permanentes que emergem em todos os contextos geográficos e sem possibilidade de serem todos eles canalizados para o ciclo de veiculação dos órgãos mediáticos, a Teoria de *newsmaking* procura compreender a natureza das escolhas feitas pelos profissionais da comunicação social e, em decorrência disso, as variáveis que são aplicadas na realização dessas mesmas escolhas e, com isso, na realização da pauta ou da agenda. Toda essa preocupação elucidam-nos sobre os processos de noticiabilidade e acaba por incidir sobre os modos e os processos de organização dos trabalhos dentro das organizações mediáticas. Assim, no âmbito dos estudos do *newsmaking*, enaltece-se o estudo da noticiabilidade, com enfoque sobre o grau de conteúdo noticioso existe nas matérias produzidas pela sociedade.

Uma interpretação dos axiomas sobre a noticiabilidade aponta-nos que quanto mais disruptivo e inédito for um acontecimento, mais ingrediente noticioso nele se encontrará incorporado. Porém, esse processo de inclusão dos acontecimentos na agenda não se dá de forma automática, sendo que, para isso se conta com o papel dos *gatekeepers*.

Estes têm a função de escolher, de entre o conjunto de acontecimentos que têm lugar num meio social, país ou no mundo, quais são os assuntos portadores do ingrediente noticioso em volume suficiente que lhes permitam serem transformados em notícia.

Para a compreensão da Teoria de *Gatekeeping* conta-se com os contributos de David Manning White que através de um trabalho de investigação desenvolvido em 1950 com um jornalista de meia-idade, percebeu que as decisões desse profissional na edificação da pauta noticiosa eram o resultado de uma mistura de experiência, atitudes e expectativas. Desde modo, o autor

acabou por perceber que havia, da parte do profissional, a rejeição de um conjunto de acontecimentos, não em função da agregação dos elementos noticiosos, mas em decorrência da falta de espaço no órgão de comunicação social para a inclusão de todas as informações jornalisticamente importantes que chegam ao órgão de comunicação social. Essas constatações e preocupações também se alinham com a temática de *agenda-setting* que é relativamente antiga e muito trabalhada no contexto dos estudos sobre o jornalismo.

Os estudos do agendamento mediático têm mobilizado muitos pensadores e estudiosos, sendo que, grosso modo, a agenda tem sido classificada como um conjunto de assuntos que envolvem um processo de significação, comunicando os assuntos em função da ordem e relevância, momento e época. Assim, cabe-nos aqui elucidar que o estudo da *agenda-setting* tem como ponto de partida a obra de Public Opinion (Lippmann, 1922). Basicamente, é nesse período que começaram os primeiros estudos do campo da comunicação, com a formulação das hipóteses não científicas da “Aguilha Hipodérmica ou Balas Mágicas” nos Estados Unidos da América (Sousa, 2006) e os pressupostos da industrialização da cultura, da arte e da comunicação na Europa, enformando a Escola de Frankfurt. Isto, partindo do pressuposto de que, nos anos 40 do século passado, pensadores e pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, interrogaram as transformações que se registaram no domínio cultural e desenvolveram o conceito de indústria cultural (Évora, 2011, p. 32).

O trabalho de Walter Lippmann (1922) emerge num contexto social de desenvolvimento de novos instrumentos da comunicação de massa, com o surgimento dos meios audiovisuais a reivindicarem terreno aos meios impressos, ampliando a propagação da mensagem e acelerando os processos de mediação. Os meios audiovisuais, ainda, ampliaram a democratização do acesso aos conteúdos, uma vez que, mesmo as pessoas que não sabiam ler, passaram a aceder diretamente aos conteúdos da comunicação de massa, deixando de estar na dependência dos líderes de opinião (Crato, 1992; Sousa, 2006; Wolf, 1999).

A afirmação do terreno da *agenda-setting* só se deu mais tarde com os contributos de McCombs e Donald Shaw (1972) que introduziram o conceito na literatura da área, estabelecendo novos parâmetros para a análise da relação entre as notícias, o público a quem elas são destinadas e os aparatos mediológicos. Estes contributos serviram para imprimir novas ruturas no estudo dos efeitos da comunicação de massa nos indivíduos e na sociedade. McCombs e Shaw (1972) focaram-se nas eleições presidenciais norte-americanas de 1968, essencialmente na relação entre os principais assuntos que envolveram as campanhas eleitoriais. Como afirma Brandi (2017) nos seus estudos, McCombs e Donald Shaw (1972) focaram nas pautas que marcaram os serviços noticiosos de media de grande divulgação. Dionísio (2013), por seu turno, aponta que o resultado do trabalho desses investigadores evidencia a capacidade não intencional dos órgãos de comunicação social em agendar os assuntos para o debate público.

A mesma observação também é feita nos trabalhos de Jorge Pedro Sousa (2006) e de Mauro Wolf (1999), fornecendo-nos elementos para inferir que há uma vinculação entre o *agenda-setting* e a informação noticiosa. Citando Cohen (1963), Dionísio (2013) destaca a ideia de que os órgãos de comunicação de massa conseguem, por um lado fornecer aos destinatários temas sobre os quais devem alocar o seu pensamento, encaixando, por outro uma dimensão impositiva que consiste em apontar a direção para a qual o pensamento deve ser exercido. Portanto, eles não apenas indicam os assuntos sobre os quais se deve pensar, como também, estabelecem os parâmetros sobre como pensar sobre as referidas matérias (Sousa, 2006; (Dionísio, 2013, Cohen, 1963).

Os diferentes autores que trabalham a questão do agendamento colocam a tónica na limitação do espaço dos órgãos mediáticos para a integração de todos os assuntos que sucedem numa jornada informativa, pelo que é necessário estabelecer critérios que sistematizam as escolhas dos profissionais da informação. O processo de agendamento incorpora em si mesmos elementos sistemáticos de construção de sentidos, uma vez que ele acaba por influenciar a formação de opinião pública e, desta feita, quando orientado pelos valores-notícia, destaca os assuntos mais importantes para a atenção mediática. O

agendamento permite que os meios de comunicação de massa forneçam à sociedade uma visão parcelar da realidade, na medida em que os assuntos canalizados para a opinião pública através desses aparatos mediáticos passam por um filtro que outra coisa não é senão os pressupostos que fundam os critérios de noticiabilidade. Assim, importa salientar que, de acordo com Brandi (2007), a Teoria de *agenda-setting* incorpora dois elementos considerados fundamentais que, por um lado, passam pelo poder de que os media se revestem para a formulação e a moldagem social das cognições e, por outro, o poder que eles exercem sobre as atitudes e as opiniões.

Podemos verificar que, associada à *agenda-setting* se encontra a preocupação com os efeitos da comunicação de massa sobre a sociedade e os sistemas sociais, na medida em que os conteúdos simbólicos possuem características importantes para a mudança dos comportamentos, do pensamento, da percepção da realidade e do entendimento sobre as coisas.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa na sociedade começaram nos Estados Unidos da América, nos anos 20 do século passado, com a formulação das hipóteses das Balas Mágicas, tendo-se prolongado por quase um século e se consubstanciado em mais de uma dezena de contributos teóricos (Sousa, 2006; Wolf, 1999). Para além das Hipóteses das Balas Mágicas ou da Agulha Hipodérmica, destacam-se o conjunto das Teorias dos Efeitos Limitados (Teoria da Persuasão, Two-Step-Flow-of-Communication, Multi-Step-Flow-of-Communication), as Teorias dos Efeitos Poderosos (Teoria de agenda-setting, Teoria da Tematização pelos media e Teoria do Espiral do Silêncio) e Teoria dos Efeitos a Longo Prazo (Teoria da Socialização pelos Media, Teoria de Usos e Gratificações, Teoria da Construção Social da Realidade, entre outras).

Porém, há um conjunto de outros axiomas desenvolvidos no campo dos efeitos que não tiveram a mesma profundidade que os primeiros, mas, à sua medida, deram um contributo para a compreensão dos efeitos sociais e pessoais das mensagens da comunicação social e, no caso, incluindo o papel das notícias para mudanças sociais, a partir de mudanças nos indivíduos. Nesta segunda leva de corpo teórico é possível destacar ainda a Third Person Effects, a Teoria

dos Efeitos Fisiológicos, a Teoria do Efeito Vagão ou de Atrelado ou, ainda, a Teoria de Efeito Boomerang. Elas mostram que ao longo de um século, houve pensadores firmemente dedicados a compreender e a explicar os processos sociais de comunicação e os efeitos das mensagens dos *mass media* sobre a sociedade, de forma geral, como também, sobre os indivíduos na sua existência particular. A compreensão do agendamento inclui esse lastro de pensamento desenvolvimento, com vista a compreender-se a influência da comunicação social sobre a opinião pública e, como afirma Castro (2014), sobre a construção social da realidade.

McCombs alerta que o estudo da *agenda-setting* não se traduz num regresso ao passado com vista a recuperar os axiomas da Teoria das Balas Mágicas e das poderosas influências que ela defendia que a comunicação social exercia sobre os destinatários dos seus conteúdos. Os pressupostos das Hipóteses desenvolvidas no âmbito da *agenda-setting* têm, como finalidade, explicar e demonstrar os condicionamentos no âmbito dos quais a opinião pública se expressa, mostrando que ela não constitui uma entidade autónoma e completamente livre de todos os processos e condicionantes originados da socialização, mas, antes, resulta de uma programação dos media, a partir do agenciamento social das notícias, veiculando conteúdos, ideologias, notícias, dados, componentes axiológicas, que em conjunto acabam por estabelecer uma ordem procedimental sobre a formulação da opinião pública (McCombs, 2004)

No âmbito das teorizações dos promotores e defensores da Teoria de agenda-setting, a comunicação social reveste-se de uma ampla capacidade de programar a agenda pública e, a partir dela, estabelecer as condições simbólicas e ideológicas no âmbito das quais o público se expressa. Com isso, estabelece-se aqui o entendimento de que a opinião pública resulta de uma programação da comunicação social por via do agendamento das notícias. De qualquer forma, se analisarmos com atenção os posicionamentos de McCombs e de Castro, podemos verificar que, embora se construa o entendimento de que a capacidade de influenciar as agendas do público, da sociedade ou dos próprios políticos é grande, a comunicação social não tem, porém, poder absoluto de ditar uma agenda para a opinião pública e nem esse processo de influenciar o

estabelecimento de uma agenda decorre desgarrada da própria dinâmica social. Deve haver um entrosamento entre a agenda mediática e a agenda social, uma vez que é na sociedade que os meios de comunicação social irão mapear os conteúdos aos quais recorrem para o estabelecimento de uma agenda. “Portanto, os seus efeitos sobre a opinião pública são poderosos, mas não são efeitos totais no sentido de aniquilarem todo e qualquer sentido de emancipação de pensamento, como se explicava no âmbito das Hipóteses das Balas Mágicas ou Agulhas Hipodérmicas” (Sousa, 2006, p.54)

Dionísio analisa o processo de agendamento a partir da premissa de concurso social de agendas, explicando que há três agendas estabelecidas no meio social, que, desenvolvem relações de competição e de complementaridade. São elas as agendas política, mediática e pública. A primeira, também conhecida como agenda institucional, acaba por ser um primeiro eixo de estabelecimento de um quadro de compreensão do processo de agenda-setting, proporcionando um quadro hierárquico dos centros de decisões portadores de conteúdos noticiosos, como, por exemplo, o governo, seguido do Parlamento, dos partidos políticos, das organizações da alta Administração Pública, dos governos regionais (se existirem), das autarquias locais, etc. Assim, em função do quadro hierárquico, procede-se com a divisão do campo de influência do agendamento, sendo, por exemplo, que o governo está muito mais bem posicionado para estabelecer, junto dos media, um quadro global de leitura da realidade social do que o executivo camarário. Assim, essa hierarquia oferece-nos um quadro macro a partir do qual se estabelece a agenda e, no âmbito do qual, se procede à escolha das temáticas que ocupam o centro das discussões no seio da opinião pública. Para este autor “é importante ver que no estabelecimento da agenda política há um processo inicial em que o assunto nasce no seio da classe e do debate político e, em função da sua problematização e, muitas vezes, da sua polemização, acaba por ser canalizado para a agenda mediática a partir da qual permeia o debate público.” (Dionísio, 2013, p.71). Outrossim, diz ainda que “é importante estabelecer o papel da agenda mediática que resulta do papel mediador da comunicação social no seio da sociedade”. (Dionísio, 2013, p.74).

Deste modo, podemos notar que os temas que mais despertam interesse no seio da opinião pública são assuntos ligados diretamente à vida das pessoas, como a economia, a política ou o desporto. As decisões em torno, por exemplo, das políticas orçamentais, dos regimes de taxas e impostos, dos benefícios sociais ou do estabelecimento do tempo de reforma causam um grande interesse público e têm lugar privilegiado na agenda mediática porque têm o efeito direto e importante sobre a vida das pessoas. Por isso, os meios de comunicação social não ignoram esses temas no processo de agendamento, dando-lhes lugares privilegiados no estabelecimento da pauta noticiosa. O mesmo se pode dizer em relação ao enquadramento mediático dos assuntos ligados à política, sobretudo quando as sociedades e os países enfrentam momentos de tomadas de decisões sérias, como as que resultam dos pleitos eleitorais em que se tem que escolher os dirigentes da nação. Portanto, as decisões que saem desses momentos de disputa (eleições) acabam por influenciar o futuro de todos os que vivem naquele país e até dos cidadãos que residem nas diásporas. Por isso, há um grande interesse social sobre esses assuntos, razão pela qual o espaço mediático é aberto a notícias oriundas desses campos.

No processo de agendamento o jornalista arroga-se ao papel de *gatekeeper* na medida em que ele é o ‘vigilante do portão’ e tem a função de ordenar o que entra e o que não entra na agenda. Portanto, a compreensão da agenda mediática dá-se em estrita relação concetual com a formulação do problema do *gatekeeping* no jornalismo. Isso deve-se essencialmente ao facto de, nos processos de produção noticiosa (*newsmaking*) o jornalista desempenhar um papel central na coordenação dos canais de informação, delineando quais os conteúdos podem ser veiculados pelo órgão de comunicação social para o qual trabalha e, em última análise, exerce uma função de programador da formulação da opinião pública.

Quanto ao debate concetual sobre a agenda pública, importa salientar que ele resulta da problematização do lugar que o público ocupa no procedimento mediático e, deste modo, a importância que ele atribui a determinados conteúdos noticiosos num determinado tempo. Isso também acaba por

influenciar as agendas mediática e política, uma vez que os atores da classe política e os jornalistas não podem agir divorciados do interesse que perdura na sociedade. É a partir do interesse que os destinatários da mensagem demonstram que se poderá estabelecer, desta feita, um regime de inscrição de conteúdos mediáticos e políticos na agenda pública. Deste modo, a preocupação dos atores políticos em relação aos interesses que perduram no seio da opinião pública é demonstrada em momentos fraturantes da vida pública de uma sociedade, em que são recomendáveis estudos de opinião com vista a perceber-se a direção do pensamento e o sentimento geral. Nestes casos, as sondagens desempenham um papel fundamental uma vez que fornecem à classe política certos parâmetros de intervenção e de racionalização discursiva, no sentido de aproximarem as suas posições à da maioria que enforma uma coletividade social.

“No campo dos media, a preocupação com a agenda pública resulta da própria necessidade de estabelecimento da agenda mediática, uma vez que não adianta a produção de conteúdos que não têm aceitação no seio da opinião pública, ou seja, dos radiouvintes, dos telespectadores, dos leitores ou dos cibernautas. Isso deriva, essencialmente, da necessidade que os órgãos de comunicação social têm de formularem um auditório de públicos destinatários, que lhes permitam comercializar a sua atenção junto dos anunciantes”. (Évora, 2022, p. 78).

Por isso, há uma preocupação em conhecerem o conteúdo do pensamento e dos sentimentos dos destinatários dos conteúdos. Para aquele autor é essa necessidade de conhecer o interesse que perdura no sistema da opinião pública que leva aos media a permanentes estudos de audiometria, com vista a conhecerem a orientação do sistema social das opiniões prevalecentes.

A construção das agendas é um jogo muito interessante que envolve os destinatários dos conteúdos mediáticos (público), os produtores desses mesmos conteúdos (jornalistas e profissionais da comunicação social) e as potenciais fontes de informação. Através das construções dos conteúdos da agenda política e das formulações sociais que resultam na matéria-prima do

jornalismo, os meios de comunicação social acabam por estabelecer filtros porosos, que estabelecem canais de passagem das notícias e deixam de fora as não notícias.

4.3. Notícia, a Cultura Redatorial e os Critérios de Noticiabilidade

No mundo em que vivemos regista-se uma superabundância de informação, situação que veio a ser incrementada com a aplicação das tecnologias digitais aos processos comunicacionais e, concomitantemente, com o surgimento das redes sociais, que incentivaram ainda mais, as trocas de conteúdos entre cidadãos de diferentes partes do mundo (Amaral & Évora, 2017).

Deste modo, com a procura de dados que lhes permitem imprimir um melhor sentido de orientação no seio da sociedade, os cidadãos de diferentes países procuram informações capazes de lhes dar um quadro interpretativo da realidade. Essas informações têm diferentes proveniências, uma vez que com os processos de inteligibilidade socio-comunicativas engendrados pelas redes sociais, surgem diferentes categorias de comunicadores, sendo uns profissionais e outros diletantes (Fidalgo, 2006; Ruellan, 1997).

As notícias têm um grande impacto sobre os processos de interpretação do quotidiano, contribuindo para a enformação de uma visão sobre a realidade dos nossos dias. Os profissionais da comunicação social, particularmente os que atuam no campo da informação jornalística, procuram, através do mapeamento da realidade no seu entorno, fornecer à sociedade um conjunto de inputs, que concorrem para a construção de uma visão e de uma perceção sobre a realidade. Grande parte dessas informações é originada nos processos sociais, sendo que, por norma, as pessoas procuram na comunicação social as informações que podem engendrar interpretações sociais que influenciam a sua visão sobre a realidade que as envolvem.

Quanto ao papel social da comunicação social e a sua implicação no processo de construção social da realidade, há uma leva de estudos desenvolvidos que, grosso modo, concorrem para a enformação de um constructo científico sobre a temática. As teorias sociológicas da comunicação,

como a da Teoria da Socialização pelos Media, a Teoria da Construção Social da Realidade ou a própria Teoria do Espiral do Silêncio de Noelle-Neumann, têm contribuído para o enriquecimento do debate sobre a participação da comunicação social no processo de construção social da realidade, dando uma importância ampla à agenda (Sousa, 2006).

Analisando os processos de mediatização da sociedade, salientamos que grande parte das informações emanadas dela e canalizadas para as artérias da comunicação social seguem os canais dos media nacionais. Por isso, o papel desses órgãos mediáticos no agendamento noticioso é importante porque contribuem para a ampliação do debate público, canalizando para os corredores da opinião pública um conjunto de contribuições que exercem um papel catalisador no fomento das discussões sobre estas matérias. Stuart Hall (1978), por exemplo, aborda a problemática de definidores primários, pressuposto conceptual segundo o qual os primeiros a atribuírem um quadro interpretativo da realidade moldam a percepção geral sobre essa mesma realidade (Évora, 2005). Por sua vez, Ericson *et al.* (1989) divide as áreas de comunicação e de interação entre os órgãos de comunicação social e as organizações sociais que processam a informação em regiões, estabelecendo as chamadas regiões da frente e regiões da retaguarda e criando zonas de abertura e zonas de fechamento Évora (2010, 2012). Assim, Silvino Lopes Évora salienta que no estudo de Ericson *et al.* (1989) “sobre como as ‘sociedades organizadas’ se protegem dos jornalistas do desvio e da fuga da informação, identificaram-se regiões de comportamentos orientados por quatro vetores: secreto, confidencial, censura e publicitação” (Évora, 2012, p. 319). Isso evidencia-nos o grau de importância da comunicação social na socialização dos conteúdos que irrompem da sociedade e que são integrados na pauta noticiosa.

Para Lage, a notícia é um modo corrente de transmissão da experiência – isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou” (Lage 2001, p. 49). Deste modo, o jornalista é visto como um contador de ‘estórias’ do quotidiano, tendo como papel fundamental o relato dos acontecimentos quotidianos, com vista a fornecer aos recetores elementos para interpretar a realidade social.

Se, da parte das fontes interessadas há uma estratégia de abordagem ativa aos jornalistas, estes também devem ser profissionais proactivos, destinados a desenvolver um trabalho sério de mapeamento da realidade através da investigação e do estabelecimento de filtros de entrada dos acontecimentos e factos na agenda da comunicação social. As entrevistas, a procura de dados nos arquivos e centros de conservação de documentos, o contacto com os protagonistas das histórias são elementos extremamente importantes para a edificação de uma visão de agenda, empurrando para o terreno noticioso os acontecimentos que, efetivamente, são os mais relevantes para o conhecimento de um determinado público. Ainda sobre a conceção de noticiabilidade, importa salientar os contributos trazidos por Juarez Bahia, para quem a notícia “é o modo pelo qual o jornalismo regista e leva os fatos ao conhecimento do público. Nesse sentido, a notícia é sinónimo de acontecimento, matéria, dado, verdade, mentira, certeza, dúvida, jornalismo, informação, comunicação” (Bahia, 1990, p. 35).

De uma forma geral, as concetualizações sobre o que encerra o conceito de notícia não têm divergido da doutrina. A maioria dos autores que trabalham o problema centram-se na ideia de que a noticiabilidade enforma uma corrente de transmissão dos acontecimentos, factos e ‘estórias’ de vida para a sociedade, veiculando, através do processo de mediatização Dayan e Katz (1999) o essencial daquilo que a sociedade produz durante o seu percurso histórico. Outra questão muito destacada pelos estudiosos dos processos produtivos no jornalismo aponta sobretudo para a função social dos meios de comunicação de massa que, na forma como a interpretam no seio social, alinham-se no sentido promover a informação pública. Partindo da premissa de que o substrato da notícia configura, essencialmente, o campo da informação, Bahia salienta que “toda a notícia é informação, mas nem toda a informação é uma notícia.” (Bahia, 1990, p. 35). Deste modo, o autor deixa antever um sistema de filtragem das informações que são noticiadas, incidindo sobre o campo da noticiabilidade, enquanto um processo melindroso de engendramento da pauta jornalística, desenvolvida a partir do pressuposto da seleção dos acontecimentos.

Os filtros seletivos dos acontecimentos portadores da dimensão informativa, integrados na pauta dos órgãos de comunicação social, são aquilo que no campo dos estudos jornalísticos a doutrina apelida de critérios de noticiabilidade. Estes são uma espécie de métrica de avaliação do conteúdo noticioso dos acontecimentos, com vista a aferir a sua habilitação para integrar, ou não, o campo das notícias no âmbito de um processo de *agenda-setting*.

Considerando a notícia como o principal produto originado pelas rotinas produtivas jornalísticas, devemos considerar que ela tem passado por uma intensa transformação que perdurou no tempo, considerando sobretudo as mudanças no objeto do trabalho jornalístico incrementadas pelas novas tecnologias que transformaram de forma avassaladora o campo da informação e dos media. As novas plataformas de integração das notícias sediadas nas infraestruturas digitais alteraram absolutamente a forma da notícia, com autores a proporem diferentes conceitos para explicar o problema. A ideia de pirâmide horizontal é sintomática de como as plataformas digitais acabaram por mudar os pressupostos de constituição da notícia (Évora, 2022). Outrossim, é importante salientar que, por regra, os órgãos de comunicação têm o hábito de padronizarem os seus processos produtivos, criando uma cultura organizacional e redatorial Breed (1955 e 1993) que acabam por constituir as diretrizes de funcionamento aplicadas a todos os profissionais da área. Quando encontramos nos trabalhos de Évora (2010, 2012 e 2018) um conjunto de instrumentos de autorregulação dos media, podemos verificar que eles incluem tanto as ferramentas intraempresa mediática (estatuto das redações, códigos internos, estatutos editoriais, livros de estilo, etc.), como ferramentas externas (códigos deontológicos, códigos de ética, etc.). Essas ferramentas internas também ajudam a padronizar os procedimentos internos aos órgãos de comunicação social, estabelecendo um conjunto de parâmetros que vão guiar todos os profissionais que exercem as suas atividades no âmbito de um determinado órgão de comunicação social. Alguns autores apelidam os documentos internos das empresas mediáticas, cuja função é estabelecer os parâmetros para as práticas profissionais, de manuais de instrução que devem orientar os profissionais que laboram na unidade empresarial, em especial

aqueles que ali iniciam as suas atividades. Deste modo, estes acabam por encontrar na empresa mecanismos de aprendizagem e de interiorização da cultura empresarial, integrando-se nas práticas redatoriais.

O processo de padronização do sistema produtivo dentro de uma empresa jornalística conduz a situações operacionais semelhantes às das fábricas, com uma sistematização das fases de processamento da notícia, acabando por imprimir uma dimensão industrial das práticas noticiosas, como observa Évora (2011), na sua obra *Concentração dos media e Liberdade de Imprensa*. Para o autor, as empresas mediáticas foram incorporadas em sistemas de processamento industrial da informação, devotando a notícia a uma condição de simples mercadoria no mercado das ideias.

A conversão da cultura em mercadoria provoca uma ‘colonização’ dos media pela economia. Este processo conduz à perda de relevância dos assuntos que comportam o interesse público, face à valorização da cultura do entretenimento que se apresenta como algo *light*, agradável e de fácil digestão, desviando os cidadãos dos verdadeiros assuntos que devem passar pelo filtro do debate público (Évora, 2011, p. 35).

A notícia está no centro da atividade jornalística, embora as empresas mediáticas tenham um conjunto de outros produtos que alimentam a sua cadeia produtiva. “Efetivamente, a notícia é o elemento principal, o produto cimeiro, a base de formação e de manutenção do jornalismo enquanto profissão. Isso, embora as situações socioeconómicas tenham conduzido o jornalismo para uma certa precariedade” (Évora, 2011), resultado de uma crescente perda da autonomia das empresas mediáticas.

De acordo com o autor, o que está na origem dessa perda da autonomia nos países de economia frágil é sobretudo o controlo produtivo do espectro de produção das notícias e 3os fortes movimentos de concentração de propriedade de empresas mediáticas, que reduzem as possibilidades de pluralismo do emprego, dos padrões e da diversidade” (Évora, 2011, p. 65).

Para Bahia (1990), os meios de comunicação social desempenham um papel de grande relevo na enformação da notícia uma vez que em função deles a notícia acaba por ganhar uma configuração própria, adquirindo um conteúdo

e uma forma, uma expressão e um movimento, um significado e uma dinâmica para fixar ou perenizar um acontecimento, fazendo com que ela se torne acessível a qualquer indivíduo. Esta perspectiva acompanha a reflexão do pensador canadiano Marshall McLuhann (1967), quando aponta a premissa de que ‘o meio é a mensagem’, sustentando que o processo de codificação começa no meio e acaba na mensagem. Assim, com os pressupostos teóricos de McLuhann, somos levados a concluir que, no âmbito da produção noticiosa, há uma semântica do meio e há uma outra semântica do conteúdo codificado para nele ser veiculado. A mensagem final que é disponibilizada ao público, ou seja, o conteúdo das notícias, envolve esses dois campos semânticos, na medida em que, como bem observa McLuhann, uma notícia veiculada num jornal ou por telefone não transmite a mesma densidade de conteúdo que se esse mesmo assunto fosse veiculado, em forma de notícia, no meio televisivo. A temperatura e a textura da mensagem, da cor, das imagens e de outros atributos não são iguais em todos os meios, o que significa que a rádio pode ativar determinados campos sensoriais do ser humano no consumo da notícia que a televisão, o jornal, o telefone e a internet, por exemplo, não ativam.

Olhando para o conteúdo da notícia, Patrick Charaudeau, na sua obra *Discurso dos Media*, incide sobre o campo concetual da noticiabilidade sustentando que se pode designar de notícias “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (Charaudeau, 2006, p. 132). Assim, para o supracitado autor, três elementos entram em linha de conta quando o assunto é a elaboração de uma notícia: a) os princípios que regem os processos de seleção dos factos; b) os modos de recorte mediático do espaço cultural; c) a formulação das técnicas de identificação das fontes de informação no texto noticioso. Todos esses elementos são muito importantes para os processos produtivos que envolvem as empresas mediáticas uma vez que a notícia resulta de um processo seletivo que é desenvolvido dentro de um quadro de parâmetros estabelecidos no seio da profissão jornalística e, ao mesmo tempo, necessita de um enquadramento cultural e de suporte das fontes de informação.

O primeiro elemento destacado por Charaudeau, ou seja, os princípios que regem os processos de seleção dos factos, constituem um alicerce fundamental do processo noticioso, uma vez que implica a racionalidade na aplicação dos critérios de noticiabilidade, com vista a uma separação equilibrada da notícia da não notícia. Há aqui um volume de trabalho que recai sobre o profissional da informação e que não se confina ao simples ato de seleção dos acontecimentos, antes se estendendo ao apuramento da veracidade dos factos como forma de testar a sua capacidade de resistência perante o contraditório e o exercício dos direitos de resposta. Isto é especialmente relevante na medida em que o jornalismo é um campo de exercício do contraditório, em que os visados nas notícias podem apresentar elementos que desalicerçam as peças dos jornalistas do terreno da verdade caso o trabalho não seja feito da melhor forma possível para limitar ao mínimo os erros mais suscetíveis de acontecerem nesta área com forte incidência de fatores subjetivos. Daí a importância da verificação e confirmação dos factos como elemento crucial para a sua noticiabilidade.

4.4. Valores-notícia e os Processos de Noticiabilidade

O estudo dos processos produtivos das notícias tem mobilizado diversos autores, pesquisadores e pensadores no âmbito das Ciências Sociais e da Comunicação, que têm contribuído com um conjunto de entradas conceptuais importantes para a compreensão das problemáticas comunicacionais nos últimos cem anos. Na verdade, a literatura tem estado a separar o campo entre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia, assinalando necessariamente a conaturalidade inerente aos dois conceitos numa relação de não exclusão. Portanto, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia constituem metaforicamente duas faces da mesma moeda. Os primeiros (critérios de noticiabilidade) são as variáveis que influenciam as escolhas dos jornalistas dos assuntos a serem transformados em notícia, de entre um manancial de temáticas que ocorrem na sociedade. Por seu lado, os valores-notícias são os elementos endossados aos assuntos que dão crédito aos critérios de noticiabilidade e os tornam candidatos fortes para a entrada na agenda mediática. Outros há, ainda, que procuram estabelecer diferença entre os

valores-notícia e os valores do jornalismo, interpretando este como uma configuração profissional sujeita a condicionantes de espaço e de tempo. Para Traquina (2005) no ambiente da contemporaneidade, a abordagem do campo jornalístico deve estabelecer-se em dois polos: de um lado, o ideológico e de outro o económico. A análise das ideias de Traquina sobre o prisma económico, enquadra o jornalismo como um serviço público destinado a satisfazer as necessidades dos cidadãos, com o objetivo de aprofundamento do sistema democrático através da profusão de ideias na sociedade, resultado do incremento do debate público. Porém, a segunda linha de análise percebe o jornalismo como um negócio entregue ao mercado, alicerçando-se no poder económico. Essa visão é magistralmente trabalhada por Francis Balle, na sua obra “*Et si la Presse N’existait Pas?*”, em que o autor estabelece uma dicotomia entre os mercadores e os mandarins, colocando a imprensa em dois eixos e etapas diferentes, considerando os comerciantes como uma instância de resgate da autonomia e da liberdade de imprensa da alçada dos poderes públicos, consubstanciado e circunscrito, grosso modo, à classe política (Balle, 1987).

As dimensões económicas e ideológicas constituem, nos nossos dias, dois grandes campos axiológicos do universo do jornalismo. O desenvolvimento do campo profissional e do setor das práticas jornalísticas consistiu, em grande maioria dos contextos sociopolíticos, em espaços de coabitação das vocações do jornalismo, resgatando as dimensões comerciais e ideológicas do jornalismo e fazendo coabitar o pressuposto da comunicação social como uma instância de racionalidade crítica através do imperativo democrático de prestação de serviço público e um campo de práticas económicas, em que o mercado publicitário se estabelece em regime de mais-valias, traduzindo-se num conjunto de realizações económicas e financeiras. Évora defende que “o capitalismo avançado’ provocou uma dependência da cultura em relação à economia, obrigando as multinacionais a produzir um tipo de cultura direcionado à massa, acabando a cultura por converter-se numa mercadoria difundida como informação” (Évora, 2011, p. 35).

No que diz respeito aos valores-notícia, eles resultam das convenções estabelecidas dentro da própria profissão. Mauro Wolf (1999) diz que eles se

enformam a partir de uma questão central, que é de procurar saber que acontecimentos são passíveis de serem classificados como suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia. A própria configuração da questão que Wolf (1999) retrata aponta-nos para elementos dos valores-notícia como relevância pública, significado social e interesse público. Isso significa que um acontecimento ou facto possuidor de qualquer um desses valores-notícia concorrem para a formação da agenda mediática. Estes são atributos importantes para a definição da noticiabilidade dos factos que têm lugar no sistema social. Os factos que não são relevantes socialmente, não são portadores de interesse público e nem têm um significado social preponderante dificilmente irão integrar a agenda jornalística.

Ainda a propósito dos valores-notícia enquanto elementos determinantes de um facto ser ou não noticiado, Mariana Müller (2021), na sua tese de doutoramento sobre a cobertura jornalística da cultura na Folha de São Paulo e no Público (2012-2018), recorre a uma proposta de Hall *et al.* (1999), para definir os valores-notícia como critérios considerados por repórteres e editores para definir se um fato pode ser publicado ou não e o destaque que ele deve ter. De acordo com a autora, Hall *et al.* enfatiza a relação do conceito com as rotinas profissionais, já que esses valores, via de regra, não estão escritos em nenhum local específico, mas são compartilhados pelos profissionais nas redações.

Sobre esta problemática há abordagens que apontam que os valores-notícia se formam a partir da intuição dos jornalistas em relação às componentes da vida social que comportam um interesse para uma determinada coletividade. Portanto, seriam os substratos imanentes aos acontecimentos, factos e histórias do quotidiano que conferem importância jornalística a esses mesmos factos e histórias da sociedade. Na extensa literatura sobre esta problemática também se encontram alguns entendimentos de que os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade constituem uma mesma semântica conceptual, mas o nosso entendimento é de que são subcampos do *newsmaking* muito próximos, que desenvolvem entre si uma relação de conaturalidade e que não podem existir um sem o outro. Porém, são coisas distintas. Os critérios de noticiabilidade, como já dissemos, são os

parâmetros ou variáveis aplicados na classificação dos acontecimentos, factos e histórias, enquanto os valores-notícia são a essência da noticiabilidade que existe nessas matérias. O primeiro é externo e o segundo é interno aos factos, acontecimentos, assuntos e histórias.

Wolf aponta um conjunto de requisitos que constituem as premissas da noticiabilidade. Isto quer dizer que quando os factos se revestem de tais qualidades são passíveis de serem transformados em notícias. Esses elementos qualificadores são a atualidade, a negatividade, o significado social, o interesse público, a proximidade geográfica, a proximidade cultural, a magnitude, o desvio da rotina e o imprevisto. José Rodrigues dos Santos (1992) fala no valor imagem, considerando que os acontecimentos noticiosos dos quais existem imagens com uma forte carga simbólica, acabam por conquistar um espaço na agenda jornalística porque constituem pontos de interesse para a atratividade da audiência. Por seu turno, Nelson Traquina aponta para o valor noticioso ‘morte’, desprendendo-a do valor noticioso ‘negatividade’ e dando-lhe uma existência própria e uma autonomia face a esta na classificação da noticiabilidade dos factos. Assim, recuperando a premissa histórica de que “bad news are a good news”, a morte estabelece um campo de atratividade, não só para a agenda jornalística, como também para a agenda pública. Desta forma, podemos notar que a construção das notícias não constitui uma obra de um simples acaso. Outrossim, regista-se que a composição das manchetes dos jornais e das aberturas dos serviços noticiosos da rádio e da televisão resultam de uma conjugação de valores-notícias que muitas vezes concorrem entre si e se sobrepõem. A primeira página dos jornais é a parte que mais condensa valores-notícia nos meios de comunicação social impressos. Isto também é válido para as notícias publicadas nas revistas. A constituição das capas resulta de um produto de intenso debate entre os profissionais do órgão de comunicação social impresso por ser a componente mais importante do jornal. No seu estudo sobre as Mudanças Tecnológicas e Negócios Jornalísticos, Silvino Lopes Évora (2022) tem a preocupação de decompor a estrutura dos órgãos impressos em função da sua importância, enaltecendo a capa, a contracapa, a página 3 e as centrais

como espaços que conservam magnitude de importância no contexto dos jornais e das revistas.

O supracitado autor amplia a sua análise para os media audiovisuais e digitais, mostrando que os negócios das empresas mediáticas resultam de uma estratégia de criação de atratividade nos produtos comercializados no mercado primário para depois se criar um auditório que resultará naquilo que ele classifica de mercado remanescente, catalogando-o do 'mercado secundário'. Para Évora, o mercado secundário resulta de uma estratégia de comercialização da atenção mediática dos telespectadores em que as empresas de comunicação social não comercializam, nesse mercado secundário, os produtos que nascem das suas unidades produtivas (notícias, séries, reportagens, etc.), mas criam, à volta desses produtos, um auditório cuja atenção mediática é disponibilizada aos anunciantes, num processo de troca da exposição dos anúncios pelos dividendos, que podem ser económicos, financeiros ou recursos outros.

Retomando o debate sobre a noticiabilidade, interessa registar a definição de Mauro Wolf que a considera "como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias" (Wolf, 1999, p.195). Deste modo, os valores-notícia passariam a ser uma componente constituinte desse conjunto de elementos que acabariam por interferir nos processos de seleção dos acontecimentos portadores da componente noticiosa. Acabariam, assim, segundo Wolf, por derivar das componentes que enformam os conteúdos dos factos engendradores em notícias (critérios substantivos). Outros elementos que interferem nesse processo, para além da natureza dos acontecimentos e factos, de per si, são as outras partes constitutivas do campo mediático, que é o público, a concorrência, a disponibilidade do material e os critérios relativos aos produtos. Essas partes desempenham um papel preponderante na formação do produto noticioso. O essencial dos pressupostos de noticiabilidade é estabelecer um campo de compreensão dos 'valores-notícia' para além de uma metáfora categorial que nos serve para versar sobre a qualidade dos factos de componentes notícias. Assim, passa-se a entender os valores-notícia como elementos imanentes ao acto de julgamento do gatekeeper, interferindo na

transformação dos factos em notícias. Por outras palavras, diríamos que os valores-notícias são elementos substanciais que interferem no trabalho do gatekeeper. Um pouco na senda da visão com que temos estado a trabalhar o conceito, Wolf (1999) aponta para os ‘valores-notícia’ como ‘características substantivas’ dos factos que os tornam vocacionados para se tornarem matérias-primas das linhas de produção do jornalismo (Évora, 2022).

Em Wolf também encontramos a preocupação de conceber o jornalismo como um processo transformacional, em que as notícias e os factos resultam de simples acontecimentos que passam por processos de transformação e mudanças, ganhando novas formas e roupagens, constituindo-se num produto adequado para o consumo mediático dos destinatários das emissões radiofónicas, televisivas, dos jornais e dos sites informativos na internet.

5. Breve contextualização histórica

5.1. O fim do império colonial e a independência de Cabo Verde

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas/achadas em 1460 pelos marinheiros portugueses que por estas terras se instalaram, apesar de várias adversidades. Durante algum tempo da governação portuguesa em Cabo Verde as populações começaram a sentir a necessidade de liberdade, começaram a ansiar pela própria autonomia. A primeira tentativa, segundo Manalvo (2009), ocorre na segunda metade do século XIX. No entanto, segundo o mesmo autor, esta primeira tentativa não significou, exactamente, que os cabo-verdianos queriam, de facto, a liberdade, mas sim o desejo de ter uma ligação com Brasil. É que foi para ali que tinha sido transferida a corte real portuguesa, após as invasões francesas até à Revolução Liberal de 1820.

Manalvo (2009) afirma que o ideal da revolução francesa exercia uma forte influência sobre a Constituição liberal que veio surgir na cidade de Lisboa, tendo transportado com ela as ideias democráticas e humanísticas fortemente acolhidas em Cabo Verde. Nesta época, mais concretamente, um ano depois, os cabo-verdianos da ilha de Santiago contestaram a exploração económica do território com o intuito de defender uma maior liberalização das condições de produção. É por isso que no ano de 1823, na Ribeira dos Engenhos, houve uma

revolta perpetrada por pessoas armadas e desobedientes às ordens vindas do patrão/colono, em que os rendeiros se recusaram a pagar as rendas aos proprietários, considerando serem propriedades suas, havendo o caso dos escravos que já se consideravam livres, esperando pelas suas cartas de alforria, entre vários outros acontecimentos.

O autor considera que todos esses esforços não surtiram qualquer efeito no sentimento dos patrões donatários, pelo que, segundo o historiador Daniel Pereira, tudo isso foi devido à “insuficiência da maturação das forças produtivas e à inexistência de uma burguesia local suficientemente forte e consciente e intelectuais capazes de assimilar e fazer circular as ideias novas como sementes de fruto” (Lopes, 2002, p. 35). No final do século XIX e início do século XX, houve mais duas revoltas que, de acordo com Manalvo, todas elas decorreram na ilha de Santiago. Uma destas revoltas foi levada a cabo pelos militares oriundos dos Açores que se revoltaram contra os seus oficiais, seguida por uma outra foi feita pelos escravos na zona de Monte Agarro, localizada perto da cidade da Praia. Segundo Manalvo (2009) “eles pretendiam matar os europeus e roubar as casas, com o intuito de tomar a cidade e se fosse preciso a ilha. Entretanto, fracassaram porque foram denunciados e o Poder Colonial acabou por prender e condenar os líderes (o escravo Gervásio, Domingos e Narciso), tendo sido fuzilados os dois primeiros a mando do Governador Joaquim Pereira Marinho, e mandado açoitar a Narciso, juntamente com os restantes implicados”. (Moreira, 2020)

Manalvo, que cita o Jornal “Voz di Povo”, referiu ainda que em setembro de 1918 houve confrontos entre os naturais da ilha de Santiago e as tropas portuguesas, um evento que acabou por ser batizado de Sedição. Após estas tensões, Lopes (2002) atenta que foi só a partir de setembro de 1952, com a chegada de Amílcar Cabral na Guiné-Bissau, é que se assistiu a um novo período de movimento de emancipação. Cabral, que pertencia a uma família com condições económicas médias em Santa Catarina, nasceu em Bafatá (Guiné-Bissau) e estudou o ensino básico e secundário em Cabo Verde tendo posteriormente, seguido para Portugal para estudar engenharia agrónoma.

Cabral acabou por se distanciar dos líderes do Partido Comunista Português, o que segundo Manalvo, ficou a dever-se à perseguição política e policial feita pela PIDE sempre que as pessoas faziam manifestações contra o Estado Novo de Portugal. Esta situação levou Cabral, na clandestinidade, a traçar o seu caminho na luta contra o jugo colonial e, conseqüentemente, da defesa do fim do império e, “desta forma, acabou, também, por formatar na linha do marxismo os jovens africanos que estudavam em Portugal, os quais sem grande cultura democrática e ideológica, bebiam no caminho pró-soviético o elixir que resolveria os males do mundo” (Manalvo, 2009, p. 18). Para Lopes (2002), os estudantes abraçaram os ideais do PAIGC em junho de 1961. Foram 41 estudantes, entre cabo-verdianos, angolanos e outros jovens universitários, oriundos de outras ex-colónias. O autor afirma, na sua obra, que esses estudantes foram acompanhados por um pastor protestante e três cidadãos americanos. De entre os cabo-verdianos estavam Pedro Pires, Elisa Andrade, Maria da Luz Boal, e Virgínia Vieira Lopes. Assim, Manalvo recupera, no seu livro, parte da história de Amílcar Cabral, dizendo que este sempre se demonstrou uma pessoa politicamente ativa, pois já em Lisboa participava em ações de Movimento de Unidade Democrática (MUD), que era contra o regime salazarista.

Para disseminar as suas ideias independentistas, reuniu os seus amigos, nomeadamente, Aristides Pereira, Abílio Duarte, seu irmão Luís Cabral e outros cabo-verdianos que ocupavam altos cargos públicos na administração do território e outros guineenses que, segundo Lopes (2002), foi a primeira estratégia de Amílcar Cabral para avançar com a luta contra o colonialismo. Com isso, formou o seu primeiro núcleo daquilo que seria o futuro PAIGC – Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde.

“Mesmo sabendo que havia certos desentendimentos entre as tribos de Guiné-Bissau e da inimidade entre guineenses e cabo-verdianos, ele acreditou que seria possível uni-los para uma mesma causa, lutando para o fim do colonialismo. Como o próprio autor diz, “a unidade entre todos constituía a condição essencial para a conquista da independência” (Manalvo, 2009, p. 19).

O autor salienta, ainda, que as autoridades locais começaram a notar o movimento da sua atividade política e passaram a fazer vigia, o que resultou no seu reenvio para Portugal e depois em 1954 para Angola, a fim de afastá-lo do movimento independentista, o que não foi possível, já que participou da formação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Como o seu principal objetivo era lutar pela independência da Guiné e Cabo Verde resolve não trabalhar mais para o banco e regressa a Cabo Verde tendo instalado em São Vicente.

Manalvo refere ainda a fundação em 1959 da União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), em Rhode Island, nos EUA. Esta organização política foi liderada por José Leitão da Graça, que enfrentou em Lisboa grupos ligados ao partido comunista e com o seu regresso a Cabo Verde onde a PIDE lhe moveu severa perseguição da qual resultou a sua fuga para o Senegal. Com o mesmo ideal de independência de Amílcar Cabral, Leitão da Graça era, com o seu então grupo de companheiros, contra a ideia da unidade Guiné Cabo Verde por aquele e seu grupo de companheiros. Da Graça afirma, segundo Lopes (2002), que durante o encontro que tiveram em sua casa, Cabral tentara convencê-lo da união dos dois países, dizendo que havia uma vantagem económica. Embora reconhecesse essa vantagem, questionava a razão dos guineenses não alinharem nesse propósito, porque consideravam que os cabo-verdianos foram agentes dos portugueses no passado e continuavam a sê-lo, ainda, naquele momento.

Manalvo (2009) lembra que em 1960 foi criado o movimento para a Libertação da Guiné e posteriormente o movimento para a libertação da Guiné e Cabo Verde, inspirados e motivados pelo exemplo do Senegal que ascendeu à independência no mês de abril do mesmo ano. O movimento político de Cabral já era conhecido, no entanto o PAIGC mantinha-se oculto e só foi reconhecido depois do início da luta armada na Guiné-Bissau em 1963. Assim, o autor afirma que, no ano de 1968, os conflitos estavam mais intensos tendo atingido o seu pico com ações de guerrilha nas proximidades de centros urbanos, incluindo Bissau.

Entretanto, apesar do sucesso do PAIGC, havia fortes desconfianças e tensões que visavam a liderança de Amílcar Cabral que era visto como mais protetor dos cabo-verdianos em detrimento dos guineenses. Para além de um ambiente de revolta das populações nas áreas suprimidas ao domínio português. Estas situações foram assinaladas por Daniel dos Santos na sua obra Amílcar Cabral – um outro olhar, que cita “Aristides Pereira, segundo o qual o PAIGC teve depois do início da luta armada inúmeros problemas organizacionais ligados ao comportamento reprovável de alguns quadros responsáveis em diversas zonas, fazendo perigar as conquistas”, Santos (2014, p.360).

Estas e outras situações de fragilidade e desorganização do PAIGC foram superadas pela retoma da disciplina e organização a partir do Congresso de Cassacá, que deliberou a criação das FARP (Santos, 2014) prosseguindo a luta até à proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 23 de setembro de 1973, facto assinalado por Carlos Lopes como “algo inédito, era a primeira vez que, num território, ainda, parcialmente ocupado pelas tropas coloniais, tal acontecia” (Santos 2014, 366).

Em Cabo Verde, especificamente em São Vicente, continuaram com a luta clandestina (Manalvo, 2009) liderada por Manuel Rodrigues, com o apoio de Luiz Fonseca, Dina Salústio, e vários outros. Estes eram seguidos pela PIDE, no entanto, principiavam abrir os horizontes dos alunos sobre um futuro diferente do que vivenciavam, um futuro independente e democrático. Para Manalvo o PAIGC era a força com maior protagonismo obtida na reclamação internacional da independência de Cabo Verde, na “tensão eufórica” que viveram e por aquilo que o partido representava às pessoas que aderiram de forma espontânea (Manalvo, 2009). Neste contexto, Carlos Veiga, citado pelo autor, diz para a juventude de Cabo Verde, “o reconhecimento do PAIGC advinha do facto de terem sido eles a lutar pela independência de armas na mão. Mais de 90% da população colocou-se ao lado do PAIGC, em função da legitimidade que lhe reconhecia pela via da luta armada” (Manalvo, 2009, p. 33).

O supracitado autor afirma que em 1974 foi criada a União Democrática de Cabo Verde (UDC), que defendiam uma via gradual de conquista para a

independência. No entanto, ela era vista pela população como pertencente a Lisboa e com grande ligação a Portugal e, por conseguinte, foi pouco aceite em Cabo Verde. Também, existia a UPICV que defendia a independência, mas que cada uma das regiões, Cabo Verde e Guiné-Bissau, deveria assumir a sua própria liberdade, de forma separada, fora do quadro de pensamento ‘Unidade Guiné Cabo Verde’, protagonizado por Amílcar Cabral e que vingou no Pós-independência por um período de seis anos.

Olhando para o contexto em que a independência se deu, Furtado (2016) considera que o 25 de abril de 1974 determinou a última etapa dos processos de independência das colónias. O estado de alma de Cabo Verde, neste dia, era de enorme silêncio. Outrossim, citando Pedro Martins – um dos presos políticos do regime de Salazar no Campo do Tarrafal – Lopes (2002) afirma que a primeira coisa estranha que notou neste dia foi que os detidos se encontravam sem acesso à emissão de rádio e, por este motivo, suspeitaram e procuraram saber, de forma oculta, o que se tinha passado para além das grades. Por isso, nesse dia, as autoridades de então reforçaram a segurança da prisão.

Desta feita, para Furtado (2016), o que parecia é que nem mesmo os membros e dirigentes da célula do PAIGC no arquipélago tinham a noção do que se passava, pois teriam sido apanhados de surpresa e, em decorrência, ficado sem reação. Eles não noticiaram o golpe de estado em Portugal nem pelas rádios Sotavento e nem Barlavento e imprensa escrita. Assim, uma das razões deste silêncio poderia ter sido, eventualmente, por um lado, por causa do receio de uma eventual reação violenta da polícia política e das demais forças da ordem instaladas em Cabo Verde e, por outro lado, da esperança de uma consolidação irreversível do golpe de estado. “A movimentação em massa das pessoas para a manifestação aconteceu no dia 30 de abril de 1974 e no dia 01 de maio, os presos no Tarrafal de Santiago, em Cabo Verde, foram libertados. A partir deste momento, movimentações sociais e políticas se sucedem, sem dúvida alguma, sob impulso da célula local do PAIGC e de ativistas políticos nacionalista” (Furtado, 2016, p. 852). Deste modo, o PAIGC já tinha em mãos muitas armas. Isso tudo decorreu entre os finais de 1974 e o princípio de 1975. Eles estavam organizados em grupos de vigilância, a fim de protegerem as casas dos seus

dirigentes, as sedes dos meios de comunicação social, que controlavam toda e qualquer movimentação realizada nas ilhas, numa tradicional estratégia paramilitar.

Entretanto, com a eclosão do 25 de abril, a Guiné não teve, pois, de fazer mais do que exigir da antiga metrópole o reconhecimento “de jure” de uma soberania que efetivamente já exercia sobre a maior parte do território nacional (Querido, 2011).

Conforme avança Pedro Pires, antigo Presidente da República e ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde e responsável pelo PAICV na altura, a decisão de se fazer a abertura política veio do próprio partido. Acrescenta ser uma decisão tomada porque os representantes do regime ficaram preocupados com os ventos de mudança que bafejaram o Leste da Europa e com o aumento da espiral de violência contra os regimes monopartidários que eclodiram no continente africano. O político afirma, ainda, que o partido colocou em cima da mesa a situação em que o país se encontrava e acabaram por verificar que fracassaram na ligação entre o Poder e a Sociedade por causa da falta de controlo da sociedade sobre o poder, não havia uma circulação da elite dirigente e mais tarde o partido poderia passar por vários problemas (Évora, 2001).

O cenário externo também contribuiu muito para a mudança de um regime monopartidário para um regime multipartidário. O arquipélago sempre foi dependente do exterior, mas não é o único. Os países africanos que dependiam também das ajudas externas eram pressionados pelos países externos para fazerem as suas aberturas políticas. No final da década de 80, o continente africano passava por uma forte pressão para a instauração do multipartidarismo para que as eleições diretas fossem realizadas, e assim pudessem continuar a receber as ajudas externas para o desenvolvimento (Évora, 2001).

Quanto a Cabo Verde, na sequência das negociações entre o PAIGC, representado por Pedro Pires, Amaro da Luz e José Luiz Fernandes e o Governo português por Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos, no dia 19 de dezembro de 1974, em Lisboa foi assinado o acordo de independência do qual resultou a criação do governo de transição com a missão primordial de preparar para a realização do primeiro sufrágio universal agendado para o dia 30 de junho

de 1975 para eleger uma Assembleia representativa com poderes constituintes e o direito soberano de declarar a independência de Cabo Verde. Destarte, “estes princípios viriam a ser consignados na lei nº 13/74, de 17 de dezembro, que aprovou o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, estipulando o seguinte, no artigo 31 do Capítulo V”:

1 – Ao Governo de Transição de Cabo Verde competirá executar, nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania as operações conducentes à eleição por sufrágio direto e universal, em 30 de junho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição política desse Estado. 2 – O ato da declaração oficial da independência do Estado de Cabo Verde coincidirá com o da investidura dos representantes eleitos do povo de Cabo Verde e terá lugar na cidade da Praia, em 5 de julho de 1975, com a presença ou a representação do Presidente da República Portuguesa para o efeito da assinatura do instrumento solene da transferência total e definitiva da soberania, devendo esse instrumento ser também assinado pelo Presidente da Assembleia Constituinte que entretanto tiver sido por esta designado. Se é verdade que o quadro legal acordado para o processo de transição não inibia nem a existência nem a participação de outras forças políticas na disputa pelo poder do Estado independente, que viria a ser declarado em 5 de julho de 1975, não existiam “condições objetivas” para uma efetiva disputa em condições de igualdade” (Furtado, 2016: 866-867).

Depois seguiram-se os primeiros 15 anos da Primeira República com a criação das instituições do Estado, infraestruturas e serviços cuja carência era total e a começar pela falta de quadros qualificados. No entanto, a consolidação e a centralização do poder foi dando espaço, oportunidade e incentivo para os excessos do partido único que geraram pressões que se tornaram incontroláveis a partir da derrocada dos regimes comunistas que deixou os regimes de partido único sem sustentação num cenário repentino em que na nova ordem estabelecida.

“Aos governantes dos pequenos países, cuja sobrevivência dependia, em larga medida, da ajuda do Ocidente não restava outra saída: contrafeitos ou não, preparados ou não, tiveram que à pressa e por vezes desajeitadamente, renegar as suas antigas convicções ou conveniências e declarar os respetivos países abertos ao pluralismo político”. (Querido, 2011, p. 245)

5.2 A Abertura ao Multipartidarismo

Foi neste contexto interno potenciado pela nova conjuntura internacional que no dia 19 de fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), se pronunciou pela abertura política do regime, permitindo assim que grupos de pessoas participassem nas eleições legislativas. Entretanto, não é autorizada a participação de partidos organizados, deixando apenas as listas de cidadãos, a par das do PAICV. Nesta dinâmica, um mês depois da abertura política, nasceu o Movimento para a Democracia (MpD), procurando interpretar ‘a fome’ que os cabo-verdianos tinham de uma democracia (Manalvo, 2019). O MpD era constituído por jovens que rondavam os trinta e cinco anos, que tinham despertado o interesse pela política desde 1974-79. Logo no processo de independência, muitos deles tinham sido atraídos pelo pensamento heroico do PAIGC, porém, acabaram por se decepcionar com as ideologias que foram implementadas que não tinham nada a ver com o ideal de liberdade e de democracia que clamavam, ainda segundo Manalvo, que prossegue:

“Em 1979, muitos deles haviam entrado em conflito com a direção do regime. Foi por causa deste confronto que tiveram com o partido é que começaram a ganhar consciência política e uma vasta clareza no que se refere aos valores e as ferramentas políticas que iam servir de melhor forma o interesse do país. Com o surgimento do MpD em 14 de março de 1990 e com o já referido Manifesto Político que veio a ser assinado por setecentas pessoas que não estavam de acordo com a política do PAICV e que, ao mesmo tempo, queriam uma sociedade e um Estado mais realista, levando em conta o desafio do desenvolvimento que o regime de Partido Único não conseguiu vencer. Com a adesão dos cidadãos a esta mensagem política,

faria com que a sociedade libertasse dos ditames ideológicos do PAICV”. (Manalvo, 2019, p. 48).

O advogado e jurista David Hoppfer Almada (2011) sublinha:

“O PAICV notou que o MpD estava a ganhar terreno e que vários cidadãos estavam a começar a se interessar cada vez mais por este partido. Com a visibilidade que adquiriu o MpD, o Chefe do Estado de então, Aristides Maria Pereira, que foi Secretário-Geral do partido-Estado, acabou por reconhecer o movimento e o PAICV aceitou estabelecer negociações com o objetivo de estudar e discutir a conjuntura política imposta, acabando por definir, estabelecer e acordar para a transição de um regime democrático. Estabelecido esse acordo, os partidos políticos foram reconhecidos e, por isso, houve a necessidade da revisão da Constituição da República que levou a queda do artigo 4º e, posteriormente, a aprovação de uma nova legislação que orientasse a Constituição e as suas atividades, mas também as condições imprescindíveis à sua própria ação na sociedade, em pé de igualdade com o Partido Africano da Independência de Cabo Verde. Desta feita, na sequência da aprovação das Leis por parte da Assembleia Nacional Popular (ANP) em setembro a outubro de 1990, foram criadas condições políticas e legislativas essenciais à instalação de um regime político multipartidário e plenamente democrático devido à aprovação de vários diplomas, entre os quais, “se devem assinalar os referentes ao Regime Jurídico dos Partidos Políticos, às Leis relativas às Eleições para a Assembleia Nacional Popular e para Presidente da República, ao Tempo de Antena e de Resposta Política, aos direitos de manifestação (Almada, 2011, p. 96).

Diz ainda aquele jurista, que “as primeiras eleições legislativas multipartidárias foram realizadas a 13 de janeiro de 1991, em que o Movimento para a Democracia venceu-as com vasta maioria. Com esta vitória do partido aprovou-se assim uma nova Constituição, com novas leis eleitorais, na medida em que tem se realizado eleições em todos os níveis. Consagraram-se também muitos diplomas das mais variadas áreas de atividade, desde política, social, económica e cultural, estruturaram-se e consolidaram-se as instituições do

poder político e do Estado de direito democrático. Organizaram-se e produziram-se serviços e organismos, fortificaram os relacionamentos políticos e diplomáticos com vários países, instituições e organizações internacionais e o arquipélago começou a abrir-se para o mundo, ganhando mais notoriedade, mais respeito e conquistando cada vez mais solidariedade por parte da Comunidade Internacional.

Almada é ainda perentório em afirmar: a abertura política foi uma enorme surpresa, tanto para os que residem em Cabo Verde, como para aqueles que estavam no exterior, em especial, surpreendeu no seio da emigração. Desde então, realizaram-se já muitas sucessivas eleições, presidenciais, legislativas e autárquicas, tendo havido muitas mudanças no poder, desde a nível nacional ao autárquico. Deste modo, foi construído um Estado autónomo e soberano e se fez a democratização do poder no país! (Almada, 2011).

Após a abertura política, os governos eleitos de forma democrática necessitavam fazer uma segunda mudança, que é algo mais complexo do que a primeira transição, que foi a do regime autoritário de Partido Único para o Multipartidário. Nesta segunda mudança, o partido que foi eleito democraticamente deveria encontrar formas para institucionalizar a democracia, para que o regime pudesse ser sólido. Embora os cidadãos pudessem eleger um governo pela via democrática, não quer dizer que iria garantir que esse governo fizesse a transição para o fortalecimento da democracia. Na verdade, pode aparecer três cenários na transição de um regime autoritário para o democrático: há situações em que a nova democracia retrocede para um novo autoritarismo; há situações em que o regime fica paralisado, ou seja, não se desenvolve e cai num estado vulnerável e incerto; e, há casos em que o regime não fortalece. O'Donnell (1994) acredita que, com a instauração do regime democrático em Cabo Verde, não há possibilidades para um regresso ao autoritarismo. Uma das grandes razões para não haver mais este tipo de regime é pelo facto de o país ser muito dependente das ajudas externas e, caso houvesse uma regressão para o autoritarismo, colocaria em risco a sobrevivência do arquipélago e todo o projeto nacional de desenvolvimento.

Na análise de Évora (2001), nos primeiros dez anos da abertura democrática, pode-se verificar que, no que se concerne ao processo democrático, o regime parou. O partido que foi eleito democraticamente nas duas primeiras eleições (1991 e 1995) não se fortaleceu. Assim sendo, logo na primeira transição, paralisou, levando o governo a ser eleito pelo próprio voto popular. Porém, quase nada foi feito para a institucionalização da democracia. É a partir desta percepção que se levanta a seguinte hipótese: somente pela transferência de votos é que se pode falar da possibilidade de se começar o processo de fortalecimento. Considera-se que, “enquanto não houvesse a troca de governo, de uma forma calma e seguindo os princípios democráticos, as possibilidades para começar o processo de consolidação seriam escassas” (Évora, 2001, p. 73). Outrossim, sublinha que o regime democrático, em Cabo Verde, já se iniciou de forma desequilibrada entre os poderes políticos constituídos pelo governo e pela oposição” (Lopes, 1999). Na mesma senda vão as considerações de Évora, que discorda de que devido aos resultados eleitorais, “o sistema do Partido Único acabou tenha acabado por ter sido trocado por um Sistema de ‘Partido Dominante’ ou ‘Hegemónico’ por causa das duas maiorias qualificadas conquistadas pelo MpD, logo nas duas primeiras eleições legislativas” (Évora, 2001, p. 79).

O autor discorda dessa ideia, afirmando que, mesmo o Movimento para a Democracia tenha sido eleito com maioria nas duas primeiras eleições, o regime do próprio país admite a possibilidade de mudança de poder, algo que não é tolerado nos regimes de Partido Único (Évora, 2001). O investigador complementa esta ideia, sublinhando que no regime cabo-verdiano há competição pelo poder e há a possibilidade de mudança. Caso não existisse a possibilidade de operacionalizar a mudança, poder-se-ia dizer que o regime faz parte de um Sistema de Partido Único, transformando o país numa democracia minimalista, assente no voto secreto, com eleições regulares com suporte na disputa pelo poder pelos partidos (Évora, 2001).

A fragilidade deparada pela democracia minimalista é fundamentada exclusivamente nas suas características formais e procedimentais. Ela cria condições para que um governo possa ser eleito democraticamente. Porém, não

garante que, por exemplo, a igualdade social e económica e o respeito à oposição política sejam agregados. Com a vitória do MpD logo nas primeiras eleições, com uma maioria absoluta, o novo governo fez aprovar uma nova Constituição englobando os princípios e as garantias para que o povo pudesse ter uma democracia pluralista. Essa nova Constituição estabeleceu uma série de liberdades, direitos e garantias antes nunca vistos na sociedade cabo-verdiana, em rutura com a prática do regime anterior, autoritário, que estabelecia que os poderes do Estado fossem dominados pelo partido, na nova Constituição é totalmente diferente. O novo governo é pautado no equilíbrio entre os poderes e, também, na independência do sistema judiciário. Em termos municipais, os titulares dos órgãos para a Presidência das Câmaras Municipais e para a Assembleia Legislativa iriam ser eleitos por princípios democráticos, fundamentados pelo voto direto” (Évora, 2001, p. 86).

Deste modo, o autor enumera os direitos e as liberdades consignados na nova Constituição:

“O direito à liberdade, ao habeas corpus, à liberdade de expressão e informação, à liberdade de associação, de reunião e de manifestação da imprensa, da associação sindical e do direito à greve; os titulares de órgãos públicos passaram a ter responsabilidade política, civil e criminal sobre os seus atos, a tortura passou a ser condenada por lei. De maneira geral, esses direitos e liberdades permitiram aumentar as garantias dos cidadãos em relação aos direitos referentes à liberdade e à justiça. [...] Além dessas novas implementações feitas pelo novo regime, também foram abolidos os instrumentos de repressão e de controlo político e social do antigo regime monopartidário. O novo governo acabou com a polícia política, os tribunais populares e as milícias populares que faziam parte da repressão do partido único, e despartidarizou a polícia de ordem pública, retirando e melhorando a sua direção. Contudo, os partidos da oposição, principalmente o PAICV que tem o maior número de cadeiras no parlamento, têm criticado o governo pelo pouco esforço que tem feito para incentivar o pluralismo político. A maior crítica que o governo recebe é que usa os órgãos de comunicação social do Estado para se beneficiar e marginalizar a oposição, acabando os

media por não transmitir ao público informações do interesse geral, além de dar beneplácito ao governo para fins eleitorais”. (Évora, 2010, p. 95).

Fonseca (1997) conclui que esse problema poderia ser ultrapassado caso Cabo Verde tivesse uma sociedade civil forte e ativa. Todavia, a sociedade cabo-verdiana é caracterizada por ser fraca e com lenta movimentação da sociedade civil, pouco reivindicativa e sem grandes capacidades de requerer, do Estado, a assunção dos compromissos vinculados nos momentos eleitorais. O país é caracterizado pelo modelo arcaico e autoritário do colonialismo português cujos laivos resplandeceram durante o monopartidarismo. A cultura de uma capacidade reivindicativa e cívica um pouco amorfa que se instalou durante o regime de Partido Único não mudou muito com a abertura política. Mesmo com a nova Constituição e com a implementação das liberdades e direitos, a sociedade continuou, ainda, a enfrentar barreiras no seu processo de desenvolvimento. “Tudo isso tem acontecido porque o governo não incentiva o pluralismo de concepções e tem neutralizado os partidos da oposição” (Évora, 2010, p. 107).

5.3. Percurso da Imprensa Cabo-verdiana

Foi falar do percurso da imprensa cabo-verdiana é necessário que ele seja enquadrado no processo histórico do país, pois a imprensa evoluiu de acordo com a situação que Cabo Verde se encontrava.

Nos primeiros momentos de Cabo Verde, no período do colonialismo portuguesa, não havia a imprensa, porque de acordo com o João Nobre de Oliveira (1998) durante séculos Portugal achou desnecessária a introdução da imprensa nas suas colónias africanas.

Passando uns tempos, diz Oliveira (1998) “o governo português, através do titular da pasta da marinha e ultramar, ordenava pelo decreto de 7 dezembro de 1836, artigo 13, que nas províncias ultramarinas se imprimisse um Boletim Oficial que teria como redator o secretário do Governo, e para que isso seja possível em África eles tinham de disponibilizar todas as condições necessárias, que no caso é a instalação de tipografia. Foi por isso, que “devida à situação

geoestratégica de Cabo Verde em relação ao mundo e à Portugal, o arquipélago acabou por ser o primeiro país da África portuguesa premiado com uma imprensa. As primeiras impressões foram feitas no ano de 1842” (Oliveira, 1998, p.519).

De acordo com Évora (2018), várias publicações internacionais tornaram-se possíveis por terem sido introduzido através dos correios, e para que as pessoas pudessem inteirar-se da atualidade política nacional e internacional, no século XIX, principiaram o surgimento de Gabinetes de Leitura, que foram instaladas praticamente em todas as ilhas, e os sócios recebiam coleções específicas das mais diversas categorias.

O Boletim Oficial foi instalado na vila de Sal Rei na ilha de Boa Vista, diz Oliveira (1998) que explica igualmente que “eles preferiram esta ilha ao invés de Praia, na Ilha de Santiago, que era capital do país. Isto é devido ao comércio do sal que havia no Sal Rei, permitindo assim uma suavidade económica e desenvolvimento social, esse comércio atribuía a ilha uma grande importância económica e política. Na ilha residiam importantes governadores, pois queriam fugir do calor e dos dias tão ensolarado da Praia”. Oliveira (1998) O referido autor refere que com a morte do Prefeito Manuel António Martins, no dia 6 de junho de 1845, a ilha começou a decair em termos políticos, pois era uma importante figura que tinha grandes influências, atraindo os governadores para consultas e pelas grandes conferências feitas por ele. A outra causa foi a febre-amarela. Estas duas grandes causas fizeram com que a imprensa seja transferida para ilha Brava. Foi Brava e não outra, porque ali havia um clima parecido com o da Boa Vista” (Boletim Oficial do Governo-geral de Cabo Verde, nº 2; Portaria circular nº 58 de 15 de maio de 1850).

Ele profere também que a primeira imprensa cabo-verdiana, o Boletim Oficial passou por diversas dificuldades técnicas, políticas, económicas e humanos, a falha de uma dessas apontadas, a imprensa seria paralisada, ou melhor dizendo não funcionaria até o problema ser resolvido, como o caso dos estoques das matérias que deveriam estar sempre dispostos, o caso também do redator que era único e não havia qualquer substituto, sendo que, qualquer problema que acontecesse com ele a imprensa nestes dias não funcionaria.

Mesmo sendo pioneiro na instalação de imprensa, Cabo Verde, foi das últimas na África a ter um jornal, o jornal Independente que nasceu no ano de 1877, com a sua sede instalada na ilha de Santiago, especificamente, Praia. Évora (2018), explica que este periódico passou por fases difíceis e cheias de dificuldades. Diz ele ainda que estas barreiras foram por causa do isolamento do país no meio atlântico que dificultava o abastecimento de matérias de trabalho. Uma outra razão que Évora aponta é o não favorecimento climático para produção de materiais como o papel, sendo assim, tudo era e ainda é importado, e finalmente como explicado anteriormente pelo facto de o país obter apenas um único tipógrafo, quando ele estivesse doente tudo ficava paralisado pois toda produção dependia dele.

Num período em que Oliveira (1998) considera ser de letargia é um momento em que o número de jornais da época era quase nada, a circulação em simultâneo era rara e até teve uma ocasião em que nenhum jornal circulava no arquipélago.

A este propósito, o autor apresenta esse período dividido em cinco estágios:

O Primeiro, de 1842 a 1876: o Boletim Oficial;

O Segundo, de 1884 a 1898: Nasceram alguns de vida curta;

O Terceiro, de 1905 a 1910: Nesse período apenas um título apareceu, um número da comemoração da passagem da sua Alteza Real Dom Luiz Filipe;

O Quarto, 1925 a 1930: não teve nenhum número impresso em circulação;

O Quinto, de 1935 a 1975: em 38 anos houve 25 publicações, a média inferior a um por ano;

Já os períodos considerados pelo autor de intensa atividade são marcados por quatro fases:

A primeira 1877 a 1883, em que apareceram sete jornais unicamente da cidade da Praia, sendo mais relevantes O Independente (1877-1879), O Echo de Cabo verde (1880), A Imprensa (1880-1881) e A Justiça (1881).

O segundo, 1899 a 1904, foi o período mais curto de circulação de jornais e ali o autor Oliveira (1998) afirma que foram editados no total sete títulos nas duas ilhas, momentos este que calharam com a crise dos alimentos em Cabo Verde (fome de 1900 a 1903). A ilha de São Vicente, concretamente a cidade do

Mindelo, dominou o país, visto que o porto estava no auge permitindo assim a exuberância da economia da ilha.

Oliveira (1998) lembra que nesta época só havia tiragens no barlavento. Os jornais nasceram e morreram quase um atrás do outro, todos no Mindelo. Primeiramente temos os casos da Revista de Cabo Verde (1899), A Liberdade (1902-1903), A Opinião (1902-1903) e O Espectro (1904). Foi feita tiragem comemorativa do Salve no ano de 1902, foi publicada também a primeira revista literária cabo-verdiana, A Esperança, que teve a direção dividida entre Braga – Portugal, e Boa Vista (Vila Ribeira Brava). A Esperança que era o suplemento literário do Almanach Luso Africano do Cónego António Teixeira, cujo 2º volume para o ano de 1899, saiu em 1898. Estas iniciativas do Barlavento contrastam com a aparente apatia do Sotavento. Como curiosidade Estatística, note-se que três dos quatro títulos impressos fora de Cabo Verde, referenciados no Quadro V, são deste período. (Oliveira, 1998, pp. 23-24)

O período mais extenso é explanado por Oliveira (1998) e foi o terceiro que iniciou a partir do ano de 1911 a 1924: nesta época surgiram 15 jornais, e desta vez não apenas na Praia, ilha de Santiago e no Mindelo, ilha de São Vicente, foram estas, e mais duas (Fogo e Brava). Foi logo a seguir à queda do regime monárquico e da proclamação da República em Portugal em 5 de outubro de 1910, que se deu o início da terceira fase. Fase esta que por pouco não coincidiu com a duração da 1ª República portuguesa (1910-1926).

Esta fase, afiança o autor, foi dividida em duas partes sendo que a primeira durou entre 1911 a 1919, dominada pelo jornal praiense A Voz di Cabo Verde, e a segunda que durou de 1920 a 1924. Na primeira parte o governo criou vários jornais como O Independente (1912-13), O progresso (1912-13), O Futuro de Cabo Verde (1913-16), O cabo-verdiano (1918-19), estes são de Praia. Criaram também um de São Vicente, O Popular (1914-18), que teve desavenças com o jornal praiense e todos estes jornais eram a fim de combater A Voz do Povo que foi um jornal fundado pelo empresário Abílio Monteiro de Macedo que posteriormente fundou a própria tipografia, tornando-se independente do Governo, e contribuindo para surgimento de outros jornais independentes como:

A Tribuna (1913-14), da ilha Brava, A Defesa (1913-14), do Fogo e O Mindelense (1913) de São Vicente surgiram por causa do jornal A Voz de Cabo Verde. A ilha de São Nicolau contribuiu para circulação de O Recreio (1911), A Fénix Renascida (1911-13) e A Esperança (1915), sendo estes, jornais académicos literários, porém todos policopiados e que tiveram vida curta. E para terminar a primeira parte desta fase, desaparecem os dois jornais que sobreviveram no ano de 1919.

Nos primeiros momentos de Cabo Verde, no período do colonialismo portuguesa, não havia a imprensa, porque de acordo com João Nobre de Oliveira (1998) durante séculos Portugal achou desnecessária a introdução da imprensa nas suas colónias africanas.

Passando uns tempos, diz Oliveira (1998) “o governo português, através do titular da pasta da marinha e ultramar, ordenava pelo decreto de 7 dezembro de 1836, artigo 13, que nas províncias ultramarinas se imprimisse um Boletim Oficial que teria como redator o secretário do Governo, e para que isso seja possível em África eles tinham de disponibilizar todas as condições necessárias, que no caso é a instalação de tipografia. Foi por isso, que devido à situação geoestratégica de Cabo Verde em relação ao mundo e a Portugal, o arquipélago acabou por ser o primeiro país da África portuguesa premiado com uma imprensa. As primeiras impressões foram feitas no ano de 1842” (Oliveira, 1998, p.537).

De acordo com Évora (2018), várias publicações internacionais tornaram-se possíveis por terem sido introduzido através dos correios, e para que as pessoas pudessem inteirar-se da atualidade política nacional e internacional, no século XIX, principiaram o surgimento de Gabinetes de Leitura, que foram instaladas praticamente em todas as ilhas, e os sócios recebiam coleções específicas das mais diversas categorias.

O Boletim Oficial foi instalado na vila de Sal Rei na ilha de Boa Vista, diz Oliveira (1998) que explica igualmente que “eles preferiram esta ilha ao invés de Praia, na Ilha de Santiago, que era capital do país. Isto é devido ao comércio do sal que havia no Sal Rei, permitindo assim uma suavidade económica e desenvolvimento social, esse comércio atribuía a ilha uma grande importância

económica e política. Na ilha residiam importantes governadores, pois queriam fugir do calor e dos dias ensolarados da Praia”(Oliveira, 1998, p. 419). O referido autor refere que com a morte do Prefeito Manuel António Martins, no dia 6 de junho de 1845, a ilha começou a decair em termos políticos, pois era uma importante figura que tinha grandes influências, atraindo os governadores para consultas e pelas grandes conferências feitas por ele. A outra causa foi a febre-amarela. Estas duas grandes causas fizeram com que a imprensa seja transferida para ilha Brava. Foi Brava e não outra, porque ali havia um clima parecido com o da Boa Vista” (B.O. do Governo-geral de Cabo Verde, nº 2; Portaria 58, de 15/5/1850).

Ele profere também que a primeira imprensa cabo-verdiana, o Boletim Oficial passou por diversas dificuldades técnicas, políticas, económicas e humanos, a falha de uma dessas apontadas, a imprensa seria paralisada, ou melhor dizendo não funcionaria até o problema ser resolvido, como o caso dos estoque das matérias que deveriam estar sempre dispostos, o caso também do redator que era único e não havia qualquer substituto, sendo que, qualquer problema que acontecesse com ele a imprensa nestes dias não funcionaria.

Mesmo sendo pioneiro na instalação de imprensa, Cabo Verde foi dos últimos países da África a ter um jornal: Jornal Independente que nasceu no ano de 1877, com a sua sede instalada na ilha de Santiago, especificamente, Praia. Évora explica que este periódico passou por fases difíceis e cheias de dificuldades. Diz ele ainda que estas barreiras foram por causa do isolamento do país no meio atlântico que dificultava o abastecimento de matérias de trabalho. Uma outra razão que Évora aponta é o não favorecimento climático para produção de materiais como o papel, sendo assim, tudo era e ainda é importado, e finalmente como explicado anteriormente pelo facto de o país obter apenas um único tipógrafo, quando ele estivesse doente tudo ficava paralisado pois toda produção dependia dele.

Num período em que Oliveira (1998) considera ser de letargia é um momento em que o número de jornais da época era quase nada, a circulação

em simultâneo era rara e até teve uma ocasião em que nenhum jornal circulava no arquipélago.

A este propósito, o autor apresenta esse período dividido em cinco estágios:

O Primeiro, de 1842 a 1876: o Boletim Oficial;

O Segundo, de 1884 a 1898: Nasceram alguns de vida curta;

O Terceiro, de 1905 a 1910: Nesse período apenas um título apareceu, um número da comemoração da passagem da sua Alteza Real Dom Luiz Filipe;

O Quarto, 1925 a 1930: não teve nenhum número impresso em circulação;

O Quinto, de 1935 a 1975: em 38 anos houve 25 publicações, a média inferior a um por ano;

Já os períodos considerados pelo autor de intensa atividade são marcados por quatro fases:

A primeira 1877 a 1883, em que apareceram sete jornais unicamente da cidade da Praia, sendo mais relevantes O Independente (1877-1879), O Echo de Cabo verde (1880), A Imprensa (1880-1881) e A Justiça (1881).

O segundo, 1899 a 1904, foi o período mais curto de circulação de jornais e ali o autor Oliveira (1998) afirma que foram editados no total sete títulos nas duas ilhas, momentos este que calharam com a crise dos alimentos em Cabo Verde (fome de 1900 a 1903). A ilha de São Vicente, concretamente a cidade do Mindelo, dominou o país, visto que o porto estava no auge permitindo assim a exuberância da economia da ilha.

Oliveira (1998) lembra que nesta época só havia tiragens no barlavento. Os jornais nasceram e morreram quase um atrás do outro, todos no Mindelo. Primeiramente temos os casos da Revista de Cabo Verde (1899), A Liberdade (1902-1903), A Opinião (1902-1903) e O Espectro (1904). Foi feita tiragem comemorativa no Salve no ano de 1902, foi publicada também a primeira revista literária cabo-verdiana, A Esperança, que teve a direção dividida entre Braga – Portugal, e Boa Vista (Vila Ribeira Brava). A Esperança que era o suplemento literário do Almanach Luso Africano do Cónego António Teixeira, cujo 2º volume para o ano de 1899, saiu em 1898. Estas iniciativas do Barlavento contrastam com a aparente apatia do Sotavento. Como curiosidade Estatística, note-se que

três dos quatro títulos impressos fora de Cabo Verde, referenciados no Quadro V, são deste período. (Oliveira, 1998, pp. 23-24).

O período mais extenso é explanado por Oliveira (1998) e foi o terceiro que iniciou a partir do ano de 1911 a 1924: nesta época surgiram 15 jornais, e desta vez não apenas na Praia, ilha de Santiago e no Mindelo, ilha de São Vicente, foram estas, e mais duas (Fogo e Brava). Foi logo a seguir à queda do regime monárquico e da proclamação da República em Portugal em 5 de outubro de 1910, que se deu o início da terceira fase. Fase esta que por pouco não coincidiu com a duração da 1ª República portuguesa (1910-1926).

Esta fase, afiança o autor, foi dividida em duas partes sendo que a primeira durou entre 1911 a 1919, dominada pelo jornal praiense A Voz de Cabo Verde, e a segunda que durou de 1920 a 1924. Na primeira parte o governo criou vários jornais como O Independente (1912-13), O progresso (1912-13), O Futuro de Cabo Verde (1913-16), O cabo-verdiano (1918-19), estes são de Praia. Criaram também um de São Vicente, O Popular (1914-18), que teve desavenças com o jornal praiense e todos estes jornais eram a fim de combater A Voz do Povo que foi um jornal fundado pelo empresário Abílio Monteiro de Macedo que posteriormente fundou a própria tipografia, tornando-se independente do Governo, e contribuindo para surgimento de outros jornais independentes como:

A Tribuna (1913-14), da ilha Brava, A Defesa (1913-14), do Fogo e O Mindelense (1913) de São Vicente surgiram por causa do jornal A Voz de Cabo Verde. A ilha de São Nicolau contribui para circulação de O Recreio (1911), A Fénix Renascida (1911-13) e A Esperança (1915), sendo estes, jornais académicos literários, porém todos policopiados e que tiveram vida curta. E para terminar a primeira parte desta fase, desaparecem os dois jornais que sobreviveram no ano de 1919.

Na segunda parte em 1920, Oliveira (1998) assegura que vieram a surgir alguns outros jornais como: A Seiva da Praia e o Cabo Verde do Mindelo. No ano seguinte surgiu A Acção (1921-22), A Verdade (1922) e O Manduco, da ilha do fogo (1923-24). Esta fase coincidiu com a Fome de 1920-1923 e terminou em 1924 com a publicação de uma folha de comemoração de Vasco da Gama e

como diz bem o autor, terminou assim o brilhante período do jornalismo Político de Cabo Verde.

No quarto e último período, Oliveira (1998) declara que em 1931 a 1936, surgiram quatro jornais em quatro ilhas diferentes, no entanto foi dominada pelo jornal Notícias de Cabo Verde (1931-62), jornal este que bateu o recorde de “longevidade”, este que pertenceu a Leça Ribeiro, que montou uma tipografia (Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda.).

Sabendo que essa época, nos anos 30, estava sendo dominada por Salazar, Oliveira (1998) atenta que o jornal Notícias de Cabo Verde sofreu bastante com a censura do regime salazarista. O jornal teve ajuda de outros que o acompanharam, como o caso dos jornais académicos no Mindelo, a Alma Arsinária (1932), Alma Nova (1933), Boletim dos Falcões de Cabo Verde (1936) e Juventude (1936), também tem o caso de revista literária Claridade (1936-62). Nas outras ilhas, entre os anos 1933 a 1935, surgiram os jornais a Defesa (1933-34), da ilha de São Nicolau, o Ressurgimento (1933-35) de Santo Antão e por fim a Mocidade Caboverdeana (1935) na Praia (Santiago). De entre isso tudo o autor deixa uma nota dizendo que é importante lembrar que a literatura moderna cabo-verdiana surgiu a partir da revista Claridade.

6.Narrativas Mediáticas e Regimes Políticos em Cabo Verde

6.1. Discurso Mediático no Regime Monopartidário

Um regime monopartidário é constituído por um único partido, em que este tem o total poder e tem a liberdade de ação política num determinado país, ao qual estabelece uma instituição importante do regime” (Monoillesco, 1988, apud Évora, 2001). Os sistemas de Partido Único surgiram na Europa logo no início do século XX, com o objetivo de superar o Estado Liberal, criando assim um Estado forte e com um vasto poder popular (Évora, 2001). Assim sendo, verifica-se que no regime de Partido Único não havia uma democracia nos moldes que a conhecemos hoje e as diferentes conceções no que se concerne aos trabalhos que os políticos exerciam eram feitos nos bastidores.

Em relação às notícias, segundo Fernando Gonçalves, editor do semanário Savana, no caso de Moçambique, durante o sistema de Partido Único, as peças noticiosas que eram selecionadas e transmitidas pelos órgãos de comunicação social diziam respeito ao aparelho do Estado. Naquela época, o ato de produzir uma notícia, de relatar os factos, era apenas concentrado na divulgação para a sociedade de notícias plasmadas no discurso original daqueles que se encontravam no Poder, ou seja, no discurso oficial. O Estado controlava a prática jornalística de uma forma rigorosa, sendo que havia um olhar ideológico mais dirigente ou escrutinador. O dirigismo político e económico influenciava muito o trabalho jornalístico (Leite, 2019).

Assim sendo, no sistema de partido único a imprensa tinha como principal propósito ajudar o governo na promoção das suas ideologias através de informações oficiais, que visam mobilizar, organizar e, principalmente, educar as pessoas. No fundo, o jornalismo era visto como uma profissão partidarizada e sobretudo, politizada e sempre sob o controlo da esfera do partido-Estado. Os jornalistas que acompanharam a época do partido único eram, essencialmente, pessoas que gostavam de escrever, estudantes do ensino secundário que estavam entusiasmados com esta profissão. Todo este entusiasmo veio depois da descolonização, um tempo em que o povo aguardava a tão esperada liberdade. Assim, esses jovens que embarcaram nessa carreira profissional eram, muitas vezes, os primeiros a divulgar o que os políticos diziam nos seus discursos (Leite, 2019). No caso de Moçambique, de forma muito particular, os jovens eram vistos como revolucionários e não havia lugar melhor para expor o seu espírito revolucionário do que na imprensa. Este autor traz à tona, ainda, a opinião do editor Fernando Gonçalves, realçando que eram forçados a pensar coletivamente e tinha de ser da mesma forma. Isso era inegociável, pois, não tinham o direito de ir de encontro às decisões do regime, não podiam questionar, investigar ou fugir da linha dos interesses do governo. Estava fora de questão colocar questões comprometedoras a políticos e a pessoas consideradas influentes no sistema político e económico do país (Leite, 2019: 49).

Com estas limitações impostas pelo período do Partido Único, o subchefe de redação do Jornal Notícias, em Maputo, Alfredo Macaringue, (MACARINGUE,

2021) afirma: não havia estímulo por parte dos jornalistas, porque não conseguiam investigar casos do sistema central.

Segundo Macaringe, os media acabavam por se autocensurarem para não denegrirem a imagem do próprio governo. Caso algum veículo de comunicação social publicasse conteúdo que criticasse o governo, este dizia que estava a trabalhar para alguma oposição clandestina, sendo considerado, imediatamente, inimigo da luta armada. Nota-se, também, que nos órgãos de comunicação social estatais existia muita formalidade, até mesmo na maneira de conduzir as perguntas durante as entrevistas. Desta forma, segundo Leite (2019), “o público foi perdendo o interesse em ler, ouvir ou ver determinadas notícias” (Leite, 2019).

Olhando para o cenário cabo-verdiano, Cardoso (2001) evidencia os mesmos problemas enfrentados pelos jornalistas durante o sistema de Partido Único, no que se refere à produção do discurso jornalístico. Conforme avança, os media, por pertencerem ao Estado, estavam totalmente ‘nas mãos’ do partido que os usava para transmitir a sua política e a ideologia prevalecente. Eram moldados e tutelados pelos integrantes do governo (Évora, 2001). As críticas feitas contra o partido surgiam a partir dos panfletos, folhetos e pelas cartas que eram partilhadas de forma clandestina. O único jornal que criticava o governo era o Terra Nova, propriedade dos Padres Capuchinhos Católicos (Évora, 2001). Na altura, apenas o Terra Nova se posicionou como voz contracorrente, no entanto, tinha menos capacidade em aguçar a consciência da sociedade. Logo, em 1985, o Estado acabou por proclamar a rádio, a televisão e a imprensa como ferramentas de comunicação. Notava-se claramente o domínio que o governo tinha sobre os veículos de comunicação social e os jornalistas já tinham em mente até onde deveriam ir na matéria informativa.

Júlio Vera-Cruz Martins, jornalista da Rádio de Cabo Verde (RCV), entende que nesse período do partido único houve, sim, atores políticos que controlavam e instrumentalizavam os media, usufruindo da imprensa como órgão auxiliar do poder constituído. Durante o sistema monolítico, não houve a predominância de

uma censura institucionalizada como havia na época do Colonialismo. Registrou-se, sim, uma censura com peculiaridades próprias (Évora, 2018).

Na sua dissertação de mestrado intitulada “O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia”, Silva (s/d) garante que, em Cabo Verde, a Lei de Imprensa de 1987 enuncia, no artigo 12º, que o Estado tem a responsabilidade de guardar para si o exclusivo do trabalho de alguns órgãos de comunicação social (Ferreira, 2002). Ainda, de acordo com o autor, no regime monopartidário, era de uma importância primordial e do absoluto interesse do arquipélago reservar ao Estado o domínio de alguns meios de imprensa, ao qual cabia um papel crucial na informação e educação do povo e na própria formação da opinião pública, mobilizando, assim, a sua força. Caso algum veículo de comunicação social viesse a enfrentar o Estado, este sancionava-o fortemente (Ferreira, 2002). Olhando para as observações de Hallin e Mancini (2010), nota-se que, quando os órgãos de comunicação social são instrumentalizados, com fraca profissionalização, os jornalistas perdem a autonomia, são guiados por interesses particulares e acabam por perder a credibilidade por parte das pessoas, porque o jornalismo tem por finalidade lutar pelo interesse público e não pelo interesse do público (Leite, 2019).

6.2 Narrativas Mediáticas no Multipartidarismo

No que se refere às conceitualizações sobre os regimes multipartidários, Nhanale (2017) diz que estas são baseadas em evidenciar a importância de uma democracia num determinado país, o qual possui governantes eleitos e incorpora um leque de componentes característicos, tais como o respeito pelo exercício das liberdades, um Estado de Direito e a prestação de contas de forma transparente. A partir desses argumentos, pode-se notar que, em relação ao Jornalismo, houve uma enorme mudança no exercício desta profissão. No regime de partido único, os jornalistas eram oprimidos pelos que estavam no poder e, quando faziam entrevistas aos políticos, eram automaticamente questionados sobre as questões que pretendiam colocar. Já no regime pluripartidário, os jornalistas chegam aos atores políticos sem qualquer receio de serem confrontados sobre as perguntas que pretende colocar. Entretanto,

esta situação era impensável no monopartidarismo, uma época em que os profissionais da comunicação social exerciam as suas funções como prestadores de serviço e divulgavam para a sociedade os discursos políticos, sem mudar uma palavra (Leite, 2019).

Nhanale evidencia que o jornalismo evoluiu muito ao longo dos tempos, porém, criou-se à sua volta uma ideia de que é livre, que é importante para a formação da opinião pública e que exerce um poder capaz de influenciar os outros poderes, mas, na realidade, isso não é líquido. O jornalismo deve ser visto como uma profissão limitada por causa das várias influências que têm sofrido, desde as limitações nas suas ações nas sociedades democráticas a partir da convicção de que existe liberdade de imprensa que, ao mesmo tempo, se vê dissolvida pelo facto de que as entidades dos veículos de comunicação, tanto a nível económico, quanto das suas matérias, são influenciadas pelos atores políticos e empresariais.

As pesquisas em torno da relação entre os órgãos de comunicação e os sistemas multipartidários devem ser enquadrados no cenário da constituição das democracias modernas, onde a própria imprensa tem o dever de promover a liberdade de expressão, atuando nas discussões, nas informações e na formação da opinião política. É graças à liberdade de imprensa que os países democráticos possuem um espaço crítico e a livre circulação de opiniões fora do alcance do Estado e das instituições religiosas (Nhanale, 2017).

“(…) usualmente considerada um elemento básico para as sociedades democráticas, que permite aos cidadãos tomarem parte do processo democrático e de formularem opiniões numa base informada sobre a política, sociedade, eventos culturais e desenvolvimento. Isto é somente possível se os media oferecerem uma escolha pluralista de assuntos, visões e vozes, e o seu acesso está universalmente garantido. O pluralismo dos conteúdos mediáticos requer uma participação de uma vasta gama de grupos sociais, incluindo as minorias.” (Nhanale, 2017. P. 104).

“Os jornais são considerados como um espaço crítico, cujos conteúdos encontram-se em lugares públicos onde são objetos de discussões.

Atualmente, a participação dos leitores nas discussões é enorme e se efetua através de cartas, expondo as suas opiniões, como também comentários nas páginas on-line e nas redes sociais mantidas pelos órgãos de comunicação social. A opinião pública acaba por ser um objeto de concorrência com o poder público numa certa sociedade que atua em conjunto por meio do debate publicamente estabelecido” (Nhanale, 2017).

Considerando as premissas de Rodrigues (2001), nota-se, no entanto, que mesmo que os media sejam independentes, cujos princípios estão conectados à garantia da transparência e sendo espelho das várias esferas repartidas no seio social, eles não possuem uma autenticidade ou identidade própria, sendo conduzidos por outros campos sociais, principalmente nas suas funções de expressão pública, no que se refere aos seus discursos. Acabam por ser instrumentalizados pelos poderes políticos, que recorrem aos veículos de comunicação social para divulgarem ou mesmo para validarem as suas decisões (Nhanale, 2017). Isso ilustra que não há uma produção própria no discurso noticioso, mas este irá depender muito do que é dito e feito por outras instituições sociais, como as instâncias da economia, da justiça, da política, entre outros. Os media são dependentes das matérias que as fontes de informação lhes transmitem.

Outra questão importante é a ideia de que não há objetividade no fazer jornalístico visto que os fazedores das notícias tendem a reproduzir as ideias que as instituições, sobretudo, a política considera serem mais relevantes. Isto é, mesmo que os discursos dos veículos de comunicação devam passar pelos filtros dos critérios de noticiabilidade, depende muito do que os outros poderes definirem como importante, “o que acaba permitindo que as posições e interesses dos atores políticos localizados nessas instituições se reflita como discurso reproduzido a partir dos media” (Nhanale, 2017. P. 112). Isso coloca em causa muito das premissas segundo as quais os media constroem uma agenda própria, assente na procura da verdade, arrastando consigo outras agendas operantes na estratosfera social das suas sociedades de inserção.

Neste campo, para Foucault (1979) “os discursos de verdade num meio social são avaliados através do comportamento, de valores e da linguagem que

são sujeitos às relações instituídas de poder. Cada sociedade é diferente, ou seja, cada uma lida com a sua política de verdade, com os discursos que elabora, consome e exerce como verdadeiros, de acordo com a forma que são sancionados, valorizados, legalizados e com o poder daqueles que estão permitidos a dizer” Foucault (1979). O autor afirma que a base da democracia passa pelo próprio Estado, procurando mediar as relações na sociedade. Todavia, esse é um movimento vazio caso não faça passar pelos veículos de comunicação social uma parte de um princípio que, como qualquer outro, funciona como um espaço de abrigo, memória e fortificação de poderes (apud Júnior, 2019).

Nhanale (2017), parafraseando Schudson (2008) e McNair (2009), salienta que a finalidade informativa dos órgãos de comunicação social é a de fazer as pessoas participarem no debate público e se informarem porque os órgãos de comunicação social cumprem uma função primordial no processo de informação, sendo que é através da informação que o público tem a capacidade de criar escolhas racionais e conscientes, principalmente, no que se tange ao processo eleitoral.

Assim sendo, verifica-se que, nos sistemas multipartidários, o trabalho jornalístico é de extrema importância, visto que há uma enorme relação entre o jornalismo e a democracia. De um lado, o jornalismo necessita da democracia para afirmar a sua liberdade e a sua autonomia; do outro, a democracia necessita dos media para assegurar que os cidadãos possam usufruir do acesso às informações e para que possam estar bem informados, proporcionar um maior debate em relação às questões do interesse público e possibilitar a função de watchdog face aos abusos de poder (Stromback, 2005).

Os movimentos sociais dificilmente se fazem fora do quadro de suporte dos aparatos comunicacionais. Desta feita, os media fazem parte dessas mudanças. De um lado, colabora com os movimentos de transformação social através da divulgação de informações, contribuindo para a formação de consciências e produção dos sentidos sociais ao longo do processo de mudança; por outro lado, contribui para que os países avancem com a reposição social depois da queda

de regimes monolíticos, explicando qual é a posição dos poderes, as suas funções e os regimes de direitos e deveres dos cidadãos.

Neste caso, há uma recíproca influência em que os órgãos de comunicação condicionam as transformações no regime e estas transformações também influenciam os órgãos, levando-os a mudar de postura em termos de culturas comportamentais e veiculação das matérias, ampliando o espaço da liberdade de ação, alargando a esfera de atuação e apropriação de um modelo de comunicação democrática face aos novos tempos (Évora, 2018).

Durante e após a transição de regime, a liberdade de imprensa, de expressão do pensamento e de opinião podem cristalizar-se num catálogo de valores. No multipartidarismo o direito à liberdade é um dos direitos cruciais para os cidadãos. É graças à democracia que o espaço de opinião se alarga uma vez que o regime democrático se coloca num quadro de opinião participativa, na medida em que problematiza as questões da sociedade, proporcionando debates, busca soluções e pede responsabilidades. Tudo isto mostra o quão importante papel os media adquirem no fomento do pluralismo político, no quadro da mudança democrática (Évora, 2018). O autor realça ainda que em muitos contextos geográficos a mudança de regime mudou a função dos meios de comunicação social, possibilitando o diálogo entre os interlocutores políticos e a sociedade. A comunicação social coloca à disposição da democracia o programa de debates, o defrontamento de opiniões, o aumento dos conteúdos informativos e o esclarecimento de dúvidas que fazem parte do interesse público, possibilitando assim, um melhor entendimento das propostas de mudança e de temáticas que são do interesse de todos. É através destas regalias que os cidadãos podem opinar e decidir os caminhos que se instituem (Évora, 2018).

Parte II – Pesquisa empírica

7. Recolha de dados

7.1. A Semana e Expresso das Ilhas

O “A Semana” foi, por largos anos, um jornal cabo-verdiano de edição semanal, que por volta de 2005, aderiu também à era da informação digital e passou a ser coadjuvado por um site informativo. (<https://www.asemana.publ.cv>). Atualmente publica as suas notícias apenas em plataformas digitais. Segundo Moreira (2017) foi às bancas pela primeira vez a 26 de abril de 1991. Pertence à empresa Nova Editora, S.A. e o seu nascimento se deu no período da abertura política, surgindo no rescaldo das primeiras eleições pluripartidárias que tiveram lugar a dia 13 de janeiro de 1991. Assim sendo, o jornal A Semana se assumiu-se na sua linha editorial, como semanário independente, que tem como função primordial contribuir para a consolidação do regime democrático, que se iniciou em 1990, pondo termo ao monopólio do estado no domínio da imprensa escrita e audiovisual. Moreira (2017) defende ainda que o A Semana fechou as portas em dezembro de 2016, sobretudo por causa das complicações que se registaram na sua estrutura financeira. Na altura apresentou-se essa descontinuidade como uma mera suspensão, mas, na verdade nunca mais retomou à edição impressa, continuando apenas com as publicações on-line. Também os responsáveis deste projeto alegaram que a razão pela qual terminaram as publicações semanárias foi a acumulação de dívidas junto dos credores e de vários serviços e instituições.

Olhando para as colocações de Moreira (2017) o A Semana, enquanto semanário, sempre foi próximo ao PAICV. Durante todos os anos em que foi publicado, o jornal ‘A Semana’ foi identificado como próximo do PAICV e apesar, ou por causa disso, ocupou os lugares mais cimeiros no jornalismo cabo-verdiano, sendo, durante largos anos, o jornal mais lido em Cabo Verde. O jornal era considerado por Évora (2006) como um dos mais completos em Cabo Verde, porque tinha vários detalhes que o tornava num semanário generalista. Chegaram até a criar suplementos (Moreira, 2017), direcionados a adolescentes

do ensino secundário e a comunidade adolescente e juvenil: ‘A Semaninha’ e revista mensal, oferecida gratuitamente como complemento da edição.

O jornal *Expresso das Ilhas* é, segundo Moreira (2017), o único jornal semanário que ainda se mantém em formato papel com edição às quartas-feiras, desde o dia 01 de março de 2001. Curiosamente, a primeira edição deste semanário coincide com a derrota do MpD, depois ter feito dois mandatos à frente da governação do país. Por este motivo, a autora considera que o jornal nasceu num contexto político algo adverso, no ano em que se completariam dez anos da publicação do *A Semana*.

Assim como o *A Semana* surgiu no rescaldo das derrotas eleitorais do PAICV em 1991, o *Expresso das Ilhas* apareceu no rescaldo das derrotas eleitorais do MpD em 2001.

Para Moreira (2017), desde a sua primeira publicação, o semanário foi catalogado como tendo um viés político muito forte, acompanhando o discurso do MpD, na oposição. Contudo, de acordo o seu estatuto editorial é um jornal de informação, independente dos poderes políticos, orientado por critérios de rigor e seriedade, em defesa de um jornalismo de qualidade e que recusa o sensacionalismo. Quiçá pela forte relação política ao MpD, o jornal *Expresso das Ilhas* ocupou uma posição considerável em termos de preferência.

“(…) “O único caderno fixo do jornal é o dedicado a novas tecnológicas de informação. Não aposta em cadernos permanentes, mas em alguns suplementos pontuais. Uma das últimas apostas do semanário é na redição de alguns clássicos da literatura cabo-verdiana O formato papel, a semelhante dos outros dois semanários é A3 (42x 29,7 cm) e é complementado pela versão on-line”. (Moreira, 2017, p. 63)

Este jornal pertence à empresa media Comunicações, SA e está sediada em Achada de Santo António, ilha de Santiago, Cabo Verde. A empresa defende que o seu propósito, prima por um jornalismo plural e de confiança e que quer estar junto dos cabo-verdianos e dos seus problemas, não fazendo oposição ao Governo, mas dando voz ao povo. Dos dois jornais, apenas o *Expresso das Ilhas* mantém a edição impressa e, complementada com a publicação on-line que é

atualizada diariamente. No que toca ao alinhamento editorial ou secções, o semanário está dividido da seguinte forma: Política, Economia, No Ponto (traz as questões candentes da atualidade, com notícias e análises), Sociedade, Cultura, Mundo, Ciências e Tecnologias e Opinião (Moreira, 2017).

7.2. Metodologia

Para a materialização deste trabalho, conciliamos três elementos metodológicos recomendados para a investigação em Ciências Sociais, que, de resto, estão bem explicitados no Manual de Investigação em Ciências Sociais (Quivy & Campenhoudt, 2005), nomeadamente, a entrevista de profundidade, a análise de conteúdo e a análise do discurso.

Por um lado, entrevistamos os jornalistas para compreender, a partir da visão dos profissionais, a problemática da relação de forças entre o MpD e o PAICV na cobertura jornalística do “5 de julho” e do “13 de janeiro”.

Igualmente entrevistámos o ex-Primeiro-ministro de Cabo Verde e atual Presidente da República, José Maria Neves, e António Ludgero Correia, ex-colunista do jornal A Semana que agora escreve para o Expresso das Ilhas. O objetivo destas entrevistas foi o de obter informações de diversos quadrantes sociais e políticos sobre o que pensam da cobertura jornalística dessas efemérides. Ademais, vale a pena sublinhar que os critérios que incorporam as escolhas dos entrevistados têm a ver, justamente, com o fato de os jornalistas serem agentes que perscrutam e tratam, profissionalmente, estas duas datas históricas e, por outro, quer o antigo primeiro-ministro, José Maria Neves, quer o escritor e analista político, Ludgero Correia, são duas personalidades com profundo conhecimento do lastro histórico e político em que assentam estes dois acontecimentos.

Por outro lado, recorreremos à análise de conteúdo e de discurso. Esta incidirá sobre os vários géneros jornalísticos publicados por esses jornais para assinalar as duas datas, designadamente a notícia, reportagem, o editorial e a entrevista, considerando também que “a escolha das palavras pelos respetivos autores dos textos, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção

do discurso e o seu desenvolvimento serão fontes de informação importantes na construção do nosso conhecimento” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.217).

Relativamente à análise de discurso iremos recorrer ao modelo de análise de Teun A. Van Dijk (2005) para quem a Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de análise que contribui para aprofundar o conhecimento das relações entre discurso, poder e ideologia.

Quando nos referimos a poder no plural, queremos exprimir sobretudo os poderes políticos e económicos, ponderando as suas influências no processo de produção noticiosa nestes semanários.

Ou seja, através de ACD poderemos confirmar ou afirmar sobre a ideologia dos dois jornais. O que se pretende este modelo é perceber a relação entre o discurso dos dois órgãos de informação e os poderes no tratamento noticioso dos dois acontecimentos. Vejamos o que Van Dijk refere sobre a ACD:

“1 A Análise Crítica do Discurso é a adoção de uma perspetiva crítica na produção do saber científico: uma análise de discurso ‘com uma atitude’. Centra-se em problemas sociais e especialmente no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou da dominação” 2 [...] uma das tarefas maiores da investigação sobre os media que se aplica à análise do discurso” (Van Dijk, 2005, pp. 36-63).

Por isso, a utilização da Análise do discurso, certamente é a metodologia mais indicada no sentido de nos permitir identificar os discursos jornalísticos destes semanários, aparentemente óbvios, mas não completamente explorados. Qualquer investigador júnior, como é o nosso caso, ao partir para uma análise de discurso, terá como interesse primeiro saber sobre do que é que o texto fala, o que significa e que implicações tem para os utentes da linguagem. Por isso, a semântica textual é fundamental na análise do discurso pois é a ela que cabe a resposta sobre estas questões. Ela é, ainda muito importante na metodologia de uma investigação como a nossa, porque formula regras de interpretação para as palavras, frases, parágrafos ou discursos globais (Van Dijk, 2005, p. 64).

O período de análise dos jornais concerne a 5 de julho e 13 de janeiro de 2007 e 5 de julho e 13 de janeiro de 2012.

A nossa grelha de análise é constituída por sete variáveis que entendemos serem úteis para a nossa investigação, tendo em conta as características do nosso estudo, obtidas a partir de revisão de literaturas e de alguma observação in loco. De realçar que tomamos como referência outras grelhas já utilizadas em estudos na área de ciências sociais (Pontes, 2002, 2005; Pereira, 1999).

Deste modo, foram identificadas as seguintes variáveis:

- Jornal, que identifica o meio impresso onde foi publicada a peça;
- Ano, que permite identificar o ano em que a notícia foi publicada;
- Dia, que identifica o dia da publicação;
- Título, que possibilita a identificação de cada peça (se está em caixa alta ou apenas em chamada), se faz manchete;
- Tipo de texto, que caracteriza o género jornalístico do artigo;
- Tipo de fonte, que descreve se a peça tem ou não citação de fontes ou se o acontecimento é a fonte, ou seja: se as fontes são oficiais, documentais, especializadas, de figuras ligadas a estes dois acontecimentos históricos, etc.
- Número de fontes, que revela quantas fontes dão origem à notícia.

7.3. Análise de Dados

Neste item analisaremos a cobertura do “5 de julho” e do “13 de janeiro” pelos dois jornais considerando o número de publicações de todos os géneros jornalísticos sobre as duas efemérides, o número de peças de primeira página, os géneros jornalísticos adotados e grau de utilização das fontes de informação para a produção das peças jornalísticas.

As razões substantivas por que foram escolhidos estes dois jornais prendem-se com as seguintes ponderações:

- Neste período foram os dois únicos jornais impressos com sede na Capital do país e mais próximos das fontes que mais influenciavam

agenda mediática a partir da seleção dos temas da atualidade veiculados na rádio e televisão, sendo certo que havia o jornal Notícias, de âmbito mais regional e com sede em S. Vicente;

- As linhas editoriais de ambos dão expressão e prolongam as diferenças político-ideológicas entre os dois partidos numa sociedade bastante polarizada entre o PAICV e MpD;
- Neste quadro têm os seus núcleos de leitores fiéis que sustentam as suas relativamente elevadas taxas de circulação no mercado mediático.
- Ambos exercem o duplo papel de formadores e certificadores de opinião, portanto com grandes impactos político-sociais.

7.4. Número de peças sobre as efemérides

Para a leitura e análise dos dados levantados nos jornais A Semana e o Expresso das Ilhas, o gráfico abaixo (Gráfico 1) que mostra uma comparação o número de publicações diretamente relacionadas com as celebrações das efemérides do *13 de janeiro* e do *5 de julho* publicadas durante os anos 2007 e 2012.

Este gráfico evidencia que num universo de 30 edições, o jornal Expresso das Ilhas divulgou mais matérias sobre o dia 13 de janeiro, com 26 peças, sendo que o A Semana concedeu menor importância a este evento, publicando apenas 4 peças. Isso é de certo modo surpreendente na medida em que o *A Semana* é referenciado como próximo do PAICV, partido político que procura aparentemente minorizar a importância do período de abertura política, destacando quase exclusivamente o *5 de julho* enquanto data marcante da transição revolucionária do colonialismo para a independência ou para o sistema plurinacional Guiné e Cabo Verde.

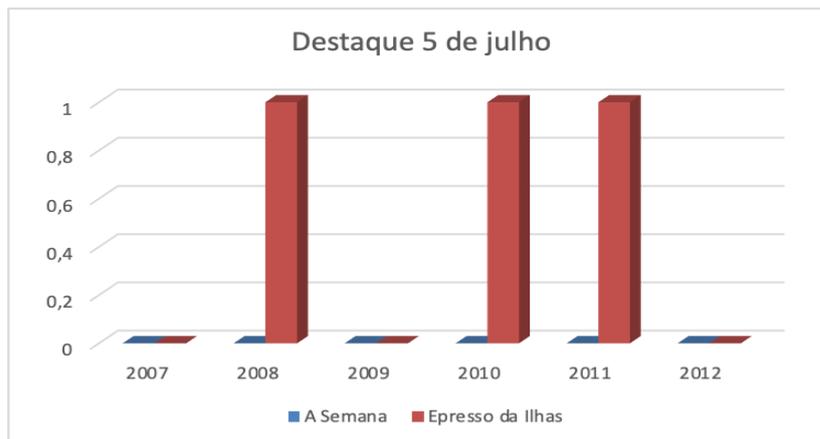


Gráfico 1. Comparação do número de publicações sobre o 13 de janeiro e o 5 de Julho, nos jornais A Semana e Expresso das Ilhas

Em relação ao dia 5 de julho, a Gráfico 2 já mostra que apenas o *Expresso das Ilhas* publicou 3 (três) peças, em 3 (três) anos. No que tange ao *A Semana*, observa-se que o jornal não deu muita importância a esta data e não publicou nem destacou, durante todo esse período, quaisquer temas relacionados com a data da independência.

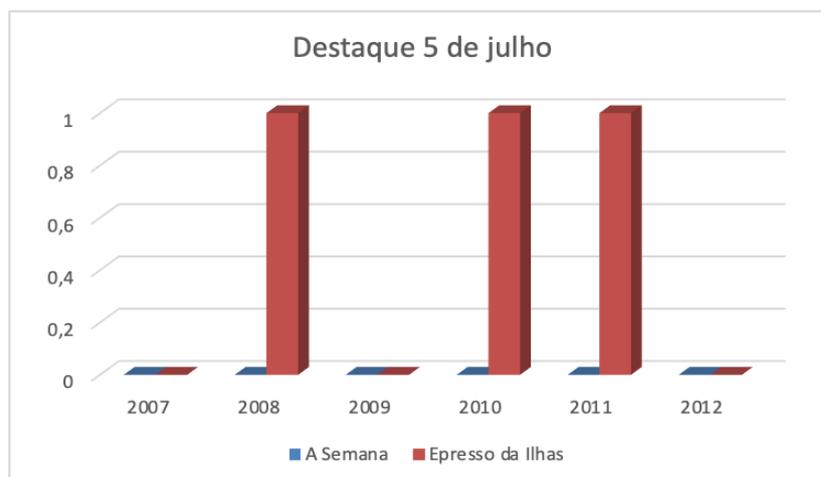


Gráfico 2. Destaque da efeméride 5 de julho na primeira página, pelos jornais “A Semana” e “Expresso das Ilhas”

Entendemos, por isso, que a importância dada pelo *A Semana* neste quesito não se adequa ao simbolismo da efeméride, revelando até uma clara contradição com o seu perfil político-ideológico.

Isto pode ser de certo modo compreendido pela observação de Cunha (2010), segundo a qual o principal fator para que os leitores possam comprar os jornais impressos são os destaques/manchetes que servem para anunciar as

notícias considerando que os jornais “dispostos nas bancas chamam a atenção do cidadão comum, através das manchetes, na sua primeira comunicação com o leitor, imprimindo a sua marca” (Cunha, 2010, p.1)

Nesta perspetiva consideramos aceitável afirmar que a avaliação deste jornal é de que as notícias sobre as celebrações das duas datas históricas não têm conteúdo suficientemente apelativo para atrair a atenção dos leitores, isto é, sem novidades ou sensação.

Em relação aos destaques dos temas relacionados com o “13 de janeiro” e o “5 de julho”, Hermínio Silves considera, entretanto, que os jornais *A Semana* e o *Expresso das Ilhas* dão destaques a essas duas datas. Contudo, frisa que os dois maiores partidos políticos, o MpD e o PAICV, ocupam quase sempre todas as manchetes e a maior parte das páginas das notícias.

Na mesma linha, o subdiretor do jornal *Expresso das Ilhas*, António Monteiro que também disponibilizou-se em falar connosco no quadro desta dissertação, em 13/11/2021, sustenta que ambos os jornais dão destaque às comemorações destas efemérides, porém, o jornal *A Semana* destaca mais as matérias relacionadas com o “5 de julho”, visto que esta data tem sido considerada como um momento exaltante na história de Cabo Verde e o culminar da luta da libertação, sob a égide do PAIGC, ao passo que o *Expresso das Ilhas* dá mais destaque ao “13 de janeiro”, sendo que esta data foi e ainda continua a ser, um marco histórico em Cabo Verde, reportando-se à concretização de uma etapa importante do processo de abertura política e de transição democrática, com a realização das primeiras eleições legislativas pluripartidárias no país.

7.5. Géneros jornalísticos

Em termos de tratamento dos temas relacionados com o 13 de janeiro na Tabela 1 observa-se que das 4 (quatro) matérias publicadas pelo jornal *A Semana*, com conteúdos relacionados com o 13 de janeiro, os géneros utilizados foram a Notícia, com três artigos e uma Reportagem. Editorial e Entrevista não configuram nenhum conteúdo relacionado com essa comemoração.

Tabela 1. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 13 de janeiro pelo jornal “A Semana”

Tabela 1 - 13 de janeiro							
A Semana							
Géneros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Editorial	0	0	0	0	0	0	0
Notícia	1	0	0	1	1	0	3
Reportagem	1	0	0	0	0	0	1
Entrevista	0	0	0	0	0	0	0

Este apuramento leva-nos a considerar que o “A Semana” poderia ter investido mais em trazer, para as suas páginas, a Reportagem e a Entrevista, porque estes géneros permitem que os profissionais da informação trabalhem a dimensão da profundidade na abordagem dos temas que escolhem para desenvolver.

Este entendimento é apoiado na formulação de Moreira (2017) que reitera que o género mais nobre do jornalismo é a reportagem, sendo que, praticamente, obriga o jornalista a aprofundar o seu conhecimento sobre um assunto, ou mesmo um acontecimento, possibilitando uma abordagem muito mais aprofundada das matérias. Para este autor “a reportagem é um espaço apropriado para expor causas e consequências de um acontecimento para o contextualizar e aprofundar, num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento, que emerge o leitor na história” (Sousa, 2004).

Tabela 2. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 13 de janeiro pelo jornal “Expresso das Ilhas”

Tabela 2 - 13 de janeiro							
Jornal Expresso das Ilhas							
Géneros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Editorial	0	0	0	0	1	0	1
Notícia	2	1	4	5	1	0	13
Reportagem	0	1	1	0	0	0	2

Entrevista	2	0	2	1	5	0	10
-------------------	---	---	---	---	---	---	-----------

Sobre o 5 de julho, a Tabela 3 (a seguir) elucida que o “A Semana” dedicou apenas 3 peças ao longo dos 6 anos em análise, isto é, apenas de 2 Notícias e 1 Reportagem e nenhum Editorial ou Entrevista, o que não deixa de ser surpreendente, dadas as suas afinidades político-ideológicas com o partido que protagonizou a luta e a proclamação da Independência.

Tabela 3. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 5 de julho pelo jornal “A Semana”

Tabela 3. O 5 de julho							
Jornal A Semana							
Géneros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Editorial	0	0	0	0	0	0	0
Notícia	1	0	1	0	0	0	2
Reportagem	1	0	0	0	0	0	1
Entrevista	0	0	0	0	0	0	0

Paralelamente, o Expresso das Ilhas ocupou-se das informações relacionadas com o 5 de julho em 9 matérias, isto é, 5 Notícias, 4 Reportagens também sem nenhum Editorial ou Entrevista.

Tabela 4. Resultados da publicação e tratamento, por géneros e em números, de matérias referentes ao 5 de julho pelo “Expresso das Ilhas”

Tabela 4. O 5 de julho							
Jornal Expresso das Ilhas							
Géneros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Editorial	0	0	0	0	0	0	0
Notícia	0	3	0	1	1	0	5
Reportagem	0	0	2	2	0	0	4
Entrevista	0	0	0	0	0	0	0

Em conclusão, salienta-se que os temas sobre o 5 de julho nos dois jornais impressos não foram destacados em consonância com a importância histórica

da efeméride, até porque esta data constitui sempre uma oportunidade para avaliar o percurso de desenvolvimentos e os problemas que mais afetam o país e os cidadãos na celebração de mais um ano de Cabo Verde independente.

7.6. Recurso às fontes

No nosso entendimento, o recurso às fontes, pelos dois jornais, tem importância prática sobretudo porque pode dar uma perspetiva do grau de ligação aos poderes instituídos, com maior ou menor subordinação destes títulos aos interesses e pontos de vista das instituições sobre estes e outros temas, com o real risco de prejudicar uma compreensão mais abrangente e plural do significado dos acontecimentos. É, pois, com esta visão que olhamos para os dados relativos ao recurso às fontes, como elementos mais ou menos influenciadores dos critérios de noticiabilidade dos temas que enformam a cultura mediática e política dos dois jornais.

Em relação às publicações sobre o dia “13 de janeiro” foi apurado que o jornal A Semana utilizou 8 (oito) fontes, 6 (seis) correspondem a Fontes Oficiais e 2 (dois) a Fontes Não Identificadas. Não há nenhuma Fonte Não Oficial, nem especializada e nenhuma Fonte Anónima. Já o *Expresso das Ilhas* trabalhou as informações com base em 33 (trinta e três) fontes, sendo que 26 (vinte e seis) delas foram Fontes Oficiais, 1 (um) Não Oficial, 3 (três) Especializadas, 3 (três) Não Identificadas e nenhuma Anónima. A Tabela final (Tabela 5) discrimina e compara os resultados finais relativos aos dois jornais neste quesito.

Tabela 5. Resultados da recolha de fontes sobre o 13 de janeiro pelo “Expresso das Ilhas”

Fontes sobre 13 de janeiro												
	Sem.	E. I.										
FONTES	2007	2007	2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012
Oficial	6	5	0	1	0	7	0	6	0	7	0	0
Não Oficial	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Especializ.	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
N/ Identif.	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0
Anónima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Em relação ao “5 de julho” o *A Semana* trabalhou sempre sem fontes oficiais e apenas com 1(uma) não identificada. Por seu lado o *Expresso das Ilhas* recorreu a 33 fontes de informação, sendo que 26 (vinte e seis) são fontes Oficiais; 1 (uma) Não Oficial, 1 (uma) Especializada e 3 (três) Não Identificada.

Tabela 6. Tabela de resultados da recolha de fontes sobre o 5 de julho pelo “A Semana”

Fontes sobre 5 de julho												
	Sem.	E. I.										
FONTES	2007	2007	2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012
Oficial	0	0	0	6	0	0	0	10	0	4	0	0
Não Oficial	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Especializ.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N/ Identif.	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Anónima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Da análise feita sobre o tema em análise, pode-se concluir que entre os anos 2007 e 2012, os dois jornais recorreram mais às Fontes Oficiais e, quase sempre, de caráter político.

Conforme observa Santos (2006) fontes oficiais são as favoritas dos jornalistas, que dão mais valor e destaque às notícias que desempenham um papel fundamental na sociedade, tais como: política, economia ou social. O autor acrescenta diz ainda, posteriormente, que a principal razão para preferirem as fontes oficiais é o facto de fornecerem conteúdos suficientes para trabalhar uma peça jornalística, havendo, assim, uma produtividade de informação. (Silva, 2008).

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que a prática editorial dos dois jornais seria mais útil e transparente caso recorresse mais frequente e criticamente às fontes independentes que, por definição, são desvinculadas de relações de subordinação ou de interesses. Importa aqui considerar que fonte é, segundo Sousa (2001), toda e qualquer entidade que tem informações credíveis de serem usadas pelos jornalistas na sua atividade profissional (...) e é um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas”. O mesmo autor remata

que “não existiria investigação jornalística sem fontes de informação. (Sousa, 2001, p. 63).

De acordo com Neves (29/11/2021), os órgãos de comunicação social, sobretudo os órgãos públicos, acabam por reproduzir o debate e os discursos políticos que são feitos. Portanto, isso conforma um tipo de jornalismo um pouco tenso, com laivos de crispação e um pouco criativo nesse sentido.

Já para o Ludgero Correia (08/10/2021), uma das razões de ambos os jornais apostarem só em fontes oficiais tem que ver com o facto de, nessas datas comemorativas, conforme avança, os eventos que são organizados pelo MpD, só comparece gente do MpD e ninguém do PAICV e vice-versa. O colunista argumenta, a este propósito, que, “sendo assim, as fontes entrevistadas pelos jornais serão sempre as que estão à margem do evento organizado pelo MpD ou pelo PAICV”. Quando as informações forem publicadas, dá-se ênfase apenas ao que essas pessoas pronunciam. Isso acaba por monotonizar a peça jornalística e os órgãos de comunicação social acabam por ir à reboque das ideologias dos partidos e não se conseguem afirmar-se como o Quarto Poder”.

O mesmo entrevistado continua, preconizando que “para que isso não aconteça, os media têm que ser mais proactivos, têm que tentar marcar uma agenda e não seguir a de um determinado partido, porque assim vai atrás de uma agenda num sistema bipolarizado” e que “os jornais poderiam optar por publicar peças jornalísticas com conteúdos diferentes, onde poderiam incluir não apenas as fontes oficiais, mais concretamente os políticos, mas também as fontes não oficiais, para que estas se sintam incluídas nestas datas que também são importantes para elas e, assim, fazer com que possam lançar as suas opiniões sobre o assunto, tornando as matérias jornalísticas menos monótonas e mais dinâmicas”.

Para António Sérgio Barbosa (BARBOSA, 2021), o “Expresso da Ilhas” tem uma linha informativa sóbria e na base de factos observados ou comunicados. Os artigos são demasiado longos e politicamente corretos demais para despertar a atenção dos leitores. Mesmo as entrevistas são muito formais, não questionam e nem exploram as contradições.

Já em relação ao jornal *A Semana*, o antigo jornalista do *Voz di Povo*, considera que a realidade é diferente. Na sua perspetiva, o jornal publica, na maior parte das vezes, notícias com base em pseudoacontecimentos, sem muitos factos reais, com poucas fontes, sem enquadramento e sem contraditório, ou seja, dá a sua versão da verdade sem considerar a verdade dos factos, provados e comprováveis. É, por isso, continua aquele jornalista jubilado, mais um instrumento de propaganda em forma de informação jornalística.

Deste modo, Barbosa conclui que tudo isto visa tentar impor versões, sem mediação e apenas com difusão e repetição, faz com que a imprensa, em boa medida, não seja um fator de informação e esclarecimento dos cidadãos e, por isso, mal se pode dizer que ela seja um vetor de democratização das relações políticas e sociais.

Para Hermínio Silves (SILVES, 2021), ambos os jornais têm a mesma linha editorial, só que, observa o antigo jornalista do *A Semana*, a diferença nas abordagens e nas tendências, nota-se na hora de publicar as notícias. Aí percebe-se, claramente, segundo Silves, uma tendência do *Expresso das Ilhas* para defender os interesses do MpD e o *A Semana* a fazer o mesmo, em relação ao PAICV. O nosso entrevistado defende, entretanto: estes exercícios, não tem nada que ver com o campo da ideologia política dos dois jornais, simplesmente, pendem cada um para um partido. Porém, refere aquele jornalista, paradoxalmente, do ponto de vista editorial, são jornais independentes, imparciais e politicamente neutros. Não assumem ser de esquerda ou direita, liberal ou comunista. Uma outra preocupação, são os conteúdos, ao qual, são raras as vezes que ambos os jornais dão espaço para a reportagem, contando a vida das pessoas (cidadãos comuns), os seus dramas e os seus anseios. Ou se fala do Governo, ou se dá voz ao principal partido da oposição. Isso contribui sem a mínima dúvida para o acentuar da bipolaridade em Cabo Verde, um atraso para a democracia que tarda para se consolidar”, enfatiza Hermínio Silves.

António Monteiro (MONTEIRO, 2021), afirma também que os conteúdos informativos dos dois jornais objetos deste estudo, refletem de alguma forma, o

fenómeno da bipolaridade político-partidário, partindo do princípio de que o “prato” forte do jornalismo cabo-verdiano é a política. “Geralmente, as matérias informativas destes jornais, acabam por refletir o fenómeno do bipolarismo” conclui António Monteiro.

Entretanto, José Maria Neves (MARIA NEVES, 2021) expressa a sua opinião, dizendo não ser contra os jornais que expressam o ideário de uma certa sensibilidade político-social e dá o exemplo do jornal Expresso das Ilhas que pode expressar as ideias políticas e ideológicas de uma determinada sensibilidade política em Cabo Verde. Acha isso normal. Todavia, o antigo Chefe do Executivo cabo-verdiano, sublinha: as notícias devem ser imparciais e tem de expressar os factos e a verdade.

De uma maneira geral, Neves considera que se regista no nosso campo mediático uma grande dependência da agenda política e que o jornalismo cabo-verdiano é muito marcado ainda pelo debate político entre os diferentes partidos. Até porque, há um défice enorme do jornalismo investigativo. Por isso, muitas vezes, acriticamente, os veículos de comunicação social, apresentam os pontos de vista de cada um, sem fazer a intermediação, sem moderar o debate, sem moderar os próprios dados e os próprios elementos da questão”, observa o ex-primeiro-ministro, atualmente Presidente da República.

Já António Ludgero Correia, (CORREIA A. L., 2021) considera que, “se analisarmos bem, os jornais Expresso das Ilhas e A Semana não têm nenhuma linha editorial”. Ou seja, segundo Correia, o corpo editorial dos dois jornais é algo pequeno em termos de expressão. Já os artigos de opinião são tirados do Facebook e de outros veículos de comunicação social”.

Considerações finais

Enquanto objeto de estudo, a compreensão é prejudicada por grande falta de estudos científicos, sendo certo que há diversas intervenções de estudiosos e de políticos que dão elementos e pistas para a investigação desta temática em outras direções e com profundidade científica.

As duas datas são geralmente compreendidas como as mais importantes da História de Cabo Verde e são consideradas complementares na medida em que o “5 de julho”, ou seja, a Independência do país, tornou possível o advento do “13 de janeiro”, que consubstanciou a Democracia e a Liberdade de expressão, de imprensa e de crítica política e social sem constrangimentos.

No entanto a resinificação das mesmas não se tem mostrado pacífica na medida em que ambas são objeto de “disputas de paternidade” com a finalidade de as instrumentalizar como elementos de conquista de apoio político e delimitação das fronteiras ideológicas.

Neste quadro, o tratamento das informações sobre as duas efemérides é relativamente condicionado pela proximidade entre os dois principais partidos políticos e os seus correspondentes ao nível da Imprensa, na exata medida em que o discurso político em Cabo Verde reflete o dualismo político e a sua polarização realimenta tensões recorrentes na sociedade ao ritmo das agendas política e social.

Em todo o caso, em matéria de tratamento destas datas não são evidentes fortes influências sobre as agendas editoriais dos dois jornais, embora haja incongruências em relação à menor cobertura que um destes jornais dá à cobertura do “5 de julho”.

A ideologia política do jornalista, de per si, não influencia o seu discurso no exercício da sua profissão. No entanto, o agendamento do órgão em que trabalha acaba por publicar peças jornalísticas ligadas a um determinado partido político.

Verifica-se que há efetiva liberdade de imprensa na generalidade dos órgãos de comunicação social, mas há evidências claras de limitações e condicionalismos tácitos nos media estatais, seja pelo condicionamento das agendas mediáticas, que seguem em paralelo as agendas políticas.

Nos órgãos privados há total exercício da liberdade de imprensa cujas agendas políticas privilegiam os temas de controlo do poder, apesar de não serem aprofundadas as investigações naturalmente articuladas com a profundidade dos factos e a sua análise dando voz ao contraditório e as outras opiniões diferentes.

Durante o tempo da sua publicação em papel, *A Semana* foi, a par com o *Expresso das Ilhas*, um dos jornais com mais ligação e influência dos partidos políticos e as suas linhas editoriais exprimem as diferenças político-ideológicas entre eles numa sociedade muito polarizada.

Existe o sentimento de assédio político-económico dirigido aos jornalistas dos dois órgãos de informação no sentido de influências no tratamento noticioso relativo a dois acontecimentos marcantes na história de Cabo Verde.

A percepção dos entrevistados, segundo a qual cada um dos jornais dá maior ou exclusivo destaque à “sua data” e ignora a outra, é contrariada pelos dados que confirmam que o *Expresso das Ilhas* dá maior cobertura jornalística ao “5 de julho”.

No apuramento global, o *Expresso das Ilhas* é o jornal que dá maior cobertura jornalística às duas datas comemorativas, sendo claras as preocupações e prioridades do *A Semana* em apoiar a governação do PAICV e do *Expresso das Ilhas* em fazer o contraponto crítico da oposição.

Dos elementos recolhidos ficou evidente que, em larga medida, a agenda e os conteúdos dos media reproduzem e realimentam as disputas políticas que potenciam a polarização da sociedade em torno das duas principais forças políticas nacionais.

Nesta perspetiva, uma das derivações do aprofundamento deste trabalho poderia ser um estudo de diagnóstico dos media sob os pontos de vista da liberdade, responsabilidade e qualidade com os seguintes questionamentos iniciais:

Em que medida os diversos poderes influenciam ou condicionam as agendas e os conteúdos dos órgãos da imprensa?

Em que medida os discursos políticos são coincidentes com o tratamento das notícias nos jornais? E o “jornalismo do cidadão” nas redes sociais?

Qual será o nível de iliteracia mediática e como isso é explorado pelos jornais no sentido de promoverem a interpretação ou resinificação dos factos da forma que é conveniente para as suas correntes de opinião?

Que lacunas de informação podem ser identificadas através da leitura das informações veiculadas na comunicação social?

As notícias publicadas dão satisfação às reais necessidades de informação e esclarecimentos dos cidadãos?

Referências bibliográficas

- ABADIA, D. M. (2018). As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974). *Tese de Doutorado*.
- ALMADA, D. H. (2011). A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde.
- ALMADA, D. H. (2011). *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*. Praia: Tipografia Santos.
- AMARAL, I., & Évora, E. (2017). Interfaces da Lusofonia: Lusófonos em Rede no Facebook. *Vol. 7*, pp. 112-128.
- AMARAL, I., & Évora, S. (2017). *Interfaces da Lusofonia: Lusófonos em Rede no Facebook; Universidade Autónoma de Lisboa* (e-ISSN: 1647-7251 ed., Vol. Nº 7). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- AZEVEDO, S. D. (2013). Formação Discursiva e Discurso em Michel Foucault. Obtido de <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>
- BAHIA, J. (1990). As Técnicas do Jornalismo.
- BAKHTIN, M. (2006). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- BAKHTIN, M., & Volochínov, V. N. (1990). BAKHTIN, M; Volochínov, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*.
- BALLE, F. (1987). *Et si la Presse n'Existait Pas?* Paris: Jean-Claude Lattés.
- BARBOSA, A. (29 de Setembro de 2021). Ex Jornalista e editor do jornal "Voz di Povo". (S. N. BORGES, Entrevistador)
- BARTHES, R. (1977). *Elementos da Simiologia*. São Paulo: Cultrix.
- BENVENISTE, É. (1989). *Aparelho Formal da Enunciação, In: Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Edições Pontes.
- BEZERR, J. T. (2017). Análises da implicaturas e a violação das máximas conversacionais na série THE BIG BANG THEORY. *Revista de Letras Juçara*. Caxias, Maranhão: Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Obtido de https://www.academia.edu/43060999/AN%C3%81LISE_DAS_IMPLICATURAS_E_A_VIOLA%C3%87%C3%83O_DAS_M%C3%81XIMAS_CONVERSACIONAIS_NA_S%C3%89RIE_THE_BIG_BANG_THEORY
- BILLIG, M. (2012). *The Notion of Prejudice: Some Rhetorical and Ideological Aspects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOORSTIN, D. J. (2007). *From News-gathering to News-making: A Flood of Pseudo-events*. Obtido de irfan erdogan: <http://www.irfanerdogan.com/dergiweb2008/24/14.pdf>
- BRANDÃO, H. H. (2004). *Introdução à Análise de Discurso*. São Paulo: EdUniCam.
- BRANDI, D. (2017). Evolução dos Estudos de Agendamento: uma explicação sobre a influência da Mídia na Opinião Pública. *Trabalho apresentado no DT 1 Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação*. na Região Nordeste.
- BREED, W. (1955). Social Control in the Newsroom, A Functional Analysis. *Oxford University Press*.
- BREIER, M. V. ((2008)). A Função de Estado em Hobbes. (*Dissertação de Mestrado*).
- CABECINHAS, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história In M. Martins & M. Pinto. & M. Pinto (Eds.), *Comunicação e Cidadania*. (pp. 2685-2706). Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/9222>

- CAMPONEZ, J. C. (2010). Fundamentos de Deontologia do Jornalismo - A Auto-regulação Frustradas dos Jornalistas Portugueses. *Tese de doutoramento em Letras área de Ciências da Comunicação (Ética e Deontologia da Comunicação)*.
- CANALE, M. (1983). *From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy*. In J. C. Richard, & R. W. Schmidt. (L. a. Communication, Ed.) London: Longma.
- CARDOSO, H. (1993). *O Partido Único em Cabo Verde: um Assalto á Esperança*. Praia: Edições Sílabo.
- CASTRO, D. (2014). *Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakato*. Rio Grande do Sul.: Universidade Federal de RGDS. Obtido de <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/46390/32217>
- CENTENO, S. (1998). *O Contexto Jurídico dos Media em Cabo Verde*. São Paulo: INDE.
- CHAPARRO, C. M. (1994). *Pragmáticas do Jornalismo*. São Paulo: Suumus Editorial.
- CHAPARRO, C. M. (1998). *Sotaques d'Áquém e d'Além Mar: Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém: Edições Sorteio.
- CHARRAUDEAU, P. (2006). *O Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHARRAUDEAU, P. (2006). *O Discurso das Mídias*. São Paulo.
- COHEN, B. (1963). *The Press and Foreign Policy*. N.J.: Princeton University Press.
- CORNU, D. (1999). *Jornalismo e Verdade: Para uma Ética da Informação* (Instituto Piaget ed.). Lisboa.
- CORREIA, A. L. (8 de 10 de 2021). Membro Fundador do Partido (PCD), ex-colunista do A Semana e atual Colaborador do Expresso das Ilhas . (S. N. BORGES, Entrevistador)
- CORREIA, J. C. (1995). O Poder do Jornalismo e a Mediatização do Espaço Público. Obtido de <http://bocc.ubi.pt/pag/jcorreia-poder-jornalismo.html>
- COUTINHO, A. N. (2013). A Construção da Militância Editorial: Disputas por Hegemonia em Discursos de Editoriais da Mídia Impressa nas Eleições Presidenciais de 2010. (*Tese de Doutoramento*).
- CRATO, N. (1992). *Comunicação Social: A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.
- CUNHA, D. S. (2010). Manchetes, títulos e suas formas de expressão: uma pesquisa histórica pelos uivos impressos, idiotas da objetividade e outros modos de ver. *Monografia*. Obtido de Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2975/1/DCUNHA.pdf>
- CZEPEK, A., & Hellwig, M. (2009). *Press Freedom and Pluralism in Europe: Concepts and Conditions*. Intellectbook.
- DAYAN, D. K. (1999). *A História em Directo: os Acontecimentos Mediáticos na Televisão*. Coimbra: Coimbra: Minerva.
- DIONÍSIO, J. E. (2013). Agendamento dos Meios: A relação entre a construção da agenda e a saliência das notícias em Portugal. (*Dissertação de Mestrado*). Obtido de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8295/1/master_joao_rijo_dionísio.pdf
- ERICSON, R., & Beranek, P. &. (1989). Negotiating Control A Study of News Sources.
- ÉVORA, R. (2001). A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde. (*Dissertação de Mestrado*). Obtido de <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/292/1/2001%20Roselma%20Evora.pdf>
- ÉVORA, S. L. (2002). *O Jornalismo Sedentário: Tendências na Comunicação Social Cabo-verdiana*. in Epifânio, R.: *Tabula Rasa*. Lisboa: Tabula Rasa.
- ÉVORA, S. L. (2005). As Fontes Jornalísticas na Televisão Cabo-verdiana: Os "Definidores Primários" das Discussões. . *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Obtido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf>

- ÉVORA, S. L. (2010). Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa: Análise da Situação Cabo-verdiana entre 1999 e 2009. (*Tese de Doutoramento*).
- ÉVORA, S. L. (2011). *Concentração dos Media e Liberdade de Imprensa*. Coimbra: Minerva.
- ÉVORA, S. L. (2012). *Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa: Para Compreender o Jornalismo e a Democracia em Cabo Verde*. Cidade da Praia: Biblioteca Nacional de Cabo Verde.
- ÉVORA, S. L. (2022). *Mudanças Tecnológicas e Negócios Jornalísticos: Estudo da Economia dos Media em Cabo Verde entre 2001 e 2021*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- ÉVORA, S. L., & Cidade da Praia. ISE Editorial, P. (2018). *Comunicação Social e Cidadania*. Madrid: ISE Editorial.
- FERNANDES, C. A. (2005). *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas.
- FERREIRA, I. (2002). FERREIRA, I.L. (2002) *Transições Políticas em África: Mal-estar no Jornalismo Cabo-verdiano, Prestação de Contas do Governo aos Cidadãos através dos Media*. Lisboa: Spleen & Inde.
- FERREIRA, V. (2020). *Régis Debray e os Estudos do Discurso: contribuições midiológicas para o conceito de suporte discursivo*. UFRJ, *Régis Debray e os Estudos do Discurso: contribuições midiológicas para o conceito de suporte discursivo*. UFRJ, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FIDALGO, J. (2006). O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas. (*Tese de Doutoramento*).
- FILGUEIRA, C. H., & Nohlen, D. (1994). *Prensa y Transición Democrática*.
- FONSECA, J. C. (22 a 27 de Setembro de 1997). Os Partidos Políticos e a Sociedade Civil em Cabo-Verde. Ciclo de Debates. *Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*, pp. 1-9, 1/9.
- FOUCAULT, F. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. (. (1996). *Vigiar e Poder: História da Violência nas Prisões*. Rio de Janeiro: s. Editora Vozes.
- FOUCAULT, M. (1971). *A Ordem do Discurso*. Paris: Callimard.
- FOUCAULT, M. (1999). *Estratégia de Poder*. Perpétua de Mogoda, Barcelona: A & M Gráficos.
- FREITAS, A. F. (1999). Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso. (*Dissertação de Mestrado*). Obtido de Disponível em: bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalístico.pdf
- FUKUYAMA, F. (1999). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.
- FUNCUBERTA, M. (1999). *A Notícia Pistas para Compreender o Mundo* (Editorial Notícias ed.). Lisboa.
- GONÇALVES, J. B., & Sipriano, B. F. (2013). Enunciação e Interação: Diálogo entre a Teoria Bakhtiniana e a Pragmática. *DATA: Revista de Humanidades*, 28(2). Obtido de <https://doi.org/10.5020/23180714.2013.28.2.153-165>
- GOVERNO DE CABO VERDE. (s.d.).
- GOVERNO-GERAL DE CABO VERDE. (15 de maio de 1850). Boletim Oficial do Governo-geral de Cabo Verde. (G. d. Portugal, Ed.) *BOLETIM OFICIAL*(2), p. 736. Obtido em 24 de Abril de 2022
- GREGOLIN, M. R. (1995). Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações. *ALFA - Revista de Linguística*, 39(ISSN: 1981-5794.). Obtido de <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>
- GREGOLIN, M. R. (2021). Análise do Discurso: Entornos do Sentido. *Laboratório Editorial*.

- GUERRA, V. M. (2009). A análise do discurso de linha francesa e a pesquisa nas ciências humanas. *Anais de Sciencult*, 11, pp. Anais de Sciencult, v.11, nº 1. Obtido de <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3274/3247>
- GUIMARÃES, J. M. (2006). *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola Séculos XIX e XX*. Lisboa: África Debates.
- HALL, S. e. (1978). *Policing the Crisis*. London: Macmillan.
- HALLIN, D. e. (Sistemas de Media Estudo Comparativo Três Modelos de Comunicação e Política). HALLIN, D. e Mancini, P. (2010) *Sistemas de Media Estudo Comparativo Três Modelos de Comunicação e Política*. Lisboa: Livros horizonte.
- HOBBS, T. (1994). *Leviatã ou Matéria: Forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- HUNTINGTON, S. (1994). *A Terceira Onda: Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática.
- ILTEC. (2019). Diversidade linguística na Escola Portuguesa. Obtido de Disponível em: https://area.dge.mec.pt/gramatica/pdf_texto-narrativo_analise.pdf
- JÚNIOR, D. F. (2019). Nós fizemos uma eleição...": regularidades e memórias de erros pela lente da Rede Globo. (*Tese de Pós-graduação em Linguística*). Obtido de <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11701/Tese%20Du%c3%adlio%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- KEANE, J. (1991). *The Media and Democracy*. New York: Polity Press.
- KEANE, J. (1991). *The Media and Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- KEANE, J. (2002). *Os Media e a Democracia*. Lisboa: Temas e Debates. Lisboa.
- KRITSCH, R. (2011). Elementos da política e da teoria do Estado em De o espírito das leis de Montesquieu. *Revista Espaço Acadêmico*(10 (117), pp. 23-31. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/277061977_Elementos_da_politica_e_da_teororia_do_Estado_em_De_o_espirito_das_leis_de_Montesquieu
- LAJE, N. (LAJE, N. (1982) Ideologia e técnica da notícia. Vozes. Petrópolis de LAJE, N. (1982) Ideologia e técnica da notícia. Vozes. Petrópolis de 1982). *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis: Vozes.
- LAJE, N. (2014). *Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas*. São Paulo: Pauta Geral - EEstudos em Jornalismo. Obtido de <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>
- LEITE, M. L. (1977). *O jornalismo no processo de democratização de Moçambique: continuidade ou ruptura?* Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/11291>
- LOCKE, J. (. (1977). *An Essay Concerning Human Undertanding*. Oxford: Oxford University Press.
- LOPES, A. C. (2011). Atos de fala e ensino do português como língua materna: algumas reflexões. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/47877>
- LOPES, J. V. (1999). O Estado e a transição para democracia na África Lusófona. *Revista Anais*, , Vol. 1 (1), pp. 33-47.
- MACARINGUE, I. E. (2021). Doutor e Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Estudos Pós-Coloniais e Análise Crítica do Discurso.
- MACÁRIO, J. C. (2018). Jornalismo e Análise do Discurso: Dialogismo bakhtiniano entre a voz do jornalista e a voz do jornal na era da Multiparcialidade e Mídias Alternativas (Dissertação de Mestrado), Centro Universitário de Tiradentes, Maceió, 2018. (*Dissertação de Mestrado*). Obtido de http://sotepunit.br/wp-content/uploads/2019/08/2018_Jornalismo-e-analise-do-discurso-dialogismo-bakhtiniano-entre-a-voz-do-jornalista-e-a-voz-do-jornal-na-era-da-multiparcialidade-e-midias-alternativas.pdf

- MACHADO, M. B., & JACKS, N. (2020). O discurso jornalístico. *Programa de Pós-Graduação em Comunicação*. Obtido de <https://doceru.com/doc/x1xcnes>
- MAFFESOLI, M. (1998). *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MANALVO, N. (2019). *Carlos Veiga - O rosto da mudança em Cabo Verde*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- MARIA NEVES, J. (29 de 11 de 2021). (S. N. BORGES, Entrevistador)
- MARQUES, F. E. (2017). *As contradições entre a liberdade de expressão e a liberdade de informação* (Universidade Federal do Maranhão ed.). Maranhão. Obtido de <https://docplayer.com.br/12864353-As-contradicoes-entre-a-liberdade-de-expressao-e-a-liberdade>
- MATHIEN, M. (1992). *Les Journalistes et le Système Médiatique*. Paris: Hachette Supérieur. Obtido de https://www.persee.fr/docAsPDF/reso_0751-7971_1993_num_11_57_1035.pdf
- MAZZOLA, R. B. (2009). Materialidades da linguagem: análise do discurso e a semiologia barthesiana. IV Sead - Seminário de estudos em análise do discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso. *Seminário de estudos em análise do discurso*. Obtido de <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/RenanBelmonteMazzola.pdf>
- MCCHESENEY, R. W. (2000). Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times. The New Press, New York. *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*.
- MCCOMBS, M. E., & SHAW, D. L. (1972). The Agenda-setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*(36), pp. 176, 187.
- MCLUHANN, M. (1990). *Aldea Global*. Barcelona: Gedisa.
- MCLUHANN, M., & QUENTIN, F. (1967). *The Medium is the Massage: An Inventory Of Effects*. New York: Bentam Books.
- MCNAIR, B. (2009). *Journalism and Democracy*. New York: Routledge.
- MENDES, M. C., SOUSA, & al., e. (2020). *A noção do acontecimento à luz da análise do discurso, da semântica, do acontecimento e da semiótica tensiva*. Scielo. Obtido de <https://www.scielo.br/j/ld/a/GcZTLb6qHCg7fwRSxryg9HM/abstract/?lang=pt>
- MESQUITA, M. (2003). *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Minerva. Obtido de [https://doi.org/10.17231/comsoc.7\(2005\).1221](https://doi.org/10.17231/comsoc.7(2005).1221)
- MONTEIRO, A. (13 de 11 de 2021). Diretor-Adjunto do jornal Expresso das Ilhas. (S. N. BORGES, Entrevistador)
- MONTESQUIEU, C.-L. S. (1748). *O Espírito das Leis*. França.
- Moreira, A. (2020). *Cabo Verde: Formas embrionárias de resistência ao poder colonial*. Obtido de Educação e Ensino de História: <https://antoniocv.wordpress.com/2020/05/01/1-cabo-verde-formas-embrionarias-de-resistencia-ao-poder-colonial1/>
- MOREIRA, F. B. (2006). *Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo*. Rio Grande do Sul: UGRGS. Obtido de Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7773>
- MUSSALIN, F., & BENTES, A. (2001). *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez.
- NAVARRO, P. (2006). *Entre a aventura do discurso e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. Estudos do Texto e do Discurso*. S. Carlos: Claraluz.

- NEVES, H. H. (2017). *A informação económica na imprensa cabo-verdiana: estudo de caso dos jornais A Semana, Expresso das Ilhas Expresso das Ilhas e A Nação*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.21/8046>
- NHANALE, E. C. (2017). O jornalismo e a democracia em Moçambique: a cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana. (*Tese de Doutoramento*). Obtido de <https://www.tesisenred.net/handle/10803/456269#page=1>
- O'BOYLE, L. (1968). The Image of the Journalist in France, Germany and England 1815-1848, in *Comparative Studies. Society and History*, X(3).
- O'DONNELL, G. (outubro de 1994). Los Economistas Saben Más? 1994, IV, pp. 117-122.
- OLIVEIRA, J. N. (OLIVEIRA, J. N. (1998) A Imprensa Cabo-Verdiana: 1820-1975; Edição Fundação Macau. Macau, 1998 de OLIVEIRA, J. N. (1998) A Imprensa Cabo-Verdiana: 1820-1975; Edição Fundação Macau. Macau, 1998 de 1998). *A Imprensa Cabo-Verdiana: 1820-1975*. Macau, 1998: Fundação Macau.
- ORLANDI, E. P. (1998). *A Leitura e os Leitores Possíveis*. Campinas: Campinas.
- ORLANDI, E. P. (2003). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes.
- PEDRO, E. R. (1997). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.
- PINTO, M. (. (PINTO, M. (2000) Fontes Jornalísticas: Contributo para o Mapeamento do Campo. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294). Fontes Jornalísticas: Contributo para o Mapeamento do Campo. *Cadernos do Noroeste, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294(277-294)*. Obtido em 2000
- PONTE, M. C. (2002). Quando as Crianças São Notícia: Contributo para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral.
- PONTE, M. C. (2002). Quando as Crianças São Notícia: Contributo para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral - 1970-2000. *Tese de Doutoramento*.
- PONTE, M. C. (2002). Quando as Crianças São Notícia: Contributo para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral - 1970-2000. *Tese de Doutoramento*, p. 9.
- PONTE, M. C. (2002). Quando as Crianças São Notícia: Contributo para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral - 1970-2000. (*Tese de Doutoramento*).
- Querido, J. (2011). *Um demorado olhar sobre Cabo Verde*. Lisboa: CHIado Books.
- QUERIDO, J. (2011). *Um demorado olhar sobre Cabo Verde*. Lisboa: CHIado Books.
- QUIVY, R., & CAMPENHOULDT, L. (QUIVY R. e Campenhoudt L.V. (2005) Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva. Lisboa de QUIVY R. e Campenhoudt L.V. (2005) Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva. Lisboa de 2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RODRIGUES, A. D. (2001). *Estratégias da Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- RODRIGUES, A. D. (2002). *Delimitação, Natureza e Funções do Discurso Mediático*; in: Mouillaud, M. e Porto, S. D. (org.). *O Jornal: Da Forma ao Sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ROSSI, C. (1996). *O que é Jornalismo?* São Paulo: Brasiliense.
- RUELLAN, D. (1997). *Les Pro' du Journalisme De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes, France: Presses Universitaires de Rennes.
- SAFIRE, W. (1980). *Political Dictionary*. Ballantine Books, New York. New York: Ballantine Books.

- SALLE, C. (2010). *A tradição da Liberdade - Grandes Obras do Pensamento Liberal*. European Liberal Forum asbl.
- SANTOS, A. C., & RODRIGUES, S. G. (2013). Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos. Obtido de <https://www.scielo.br/j/alfa/a/StfCbMGM3DHqwkL7j7KZhS/abstract/?lang=pt>
- SANTOS, C. C., & LIMA, G. O. (jan-jun de 2013). Entre tapas e beijos: sujeito e enunciação em Benveniste e Pêcheux análises em episódios sobre lampião. *Revista do mestrado em Letras Linguagem - Discurso e Cultura*, 4(n.1).
- SANTOS, J. R. (SANTOS, J. R. (1992) O Que é a Comunicação? Difusão Cultural, Lisboa de 1992). O Que é a Comunicação? Difusão Cultural, Lisboa de 1992). *O Que é a Comunicação?* Lisboa: Difusão Cultural.
- SANTOS, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.
- SANTOS, R. (1998). *Os Novos Media e o Espaço Público*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, R. (2006). *A Fonte Não Quis Revelar*. Porto: Campo das Letras.
- SCHRAMM, W. (1971). The Process and Effects of Mass Communication.
- SCHUDSON, M. (2008). News and Democratic Society: Past Present, and Future. *The Hedgehog Review, Summer*, pp. 7- 21.
- SERRANO, E. (1999). Jornalismo e elites do poder. Obtido de <http://bocc.ufp.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>
- SILVA, A. C. (1997). O processo Cabo-Verdeano de transição para a democracia. (*Tese de Mestrado*).
- SILVA, S. P. (2008). Fontes de informação nas notícias: a queda da ponte Entre-os-Rios nos jornais Público e Jornal de Notícias. (*Trabalho de Conclusão de Curso*). Obtido de Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61008743.pdf>
- SILVES, H. (17 de 10 de 2021). Ex-Jornalista do jornal A Semana e Diretor do Jornal Online Santiago Magazine. (S. N. BORGES, Entrevistador)
- SOUSA, H. (2006). Comunicação, Economia e Poder.
- SOUSA, J. (2002). Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.
- SOUSA, J. P. (2022). Elementos de jornalismo impresso. *Elementos de jornalismo impresso*. Obtido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- SOUSA, L. H. (2014). Os limites do poder político em John Locke. Obtido de https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10018/1/2014_LuisHenriqueDaCruzSousa.pdf
- STROMBACK, J. (2006). Four Models of Democracy and Their Normative Implications for Journalism. *Journalism Studies*, 6(3), pp. 331-345.
- TOCQUEVILLE, A. (2005). Da Democracia na América. 1. Obtido de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804534/mod_resource/content/0/tocqueville_a-democracia-na-america-vol-1.pdf
- TRAQUINA, N. (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Veja.
- TRAQUINA, N. (2002). *O que é Jornalismo?* Lisboa: Quimera.
- TRAQUINA, N. (2004). *Porque as Notícias São como São*. Florianópolis: Editora Insular.
- TRAQUINA, N. (2005). A Tribo jornalística - Uma Comunidade Interpretativa Transnacional.
- VALE, A. R. (VALE, A. R. O. Formação discursiva: um conceito ainda em debate. UEPB/UFPE de VALE, A. R. O. Formação discursiva: um conceito ainda em debate. UEPB/UFPE de 2009). *Formação discursiva: um conceito ainda em debate*. Recife: UEPB/UFPE. Obtido de http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009_vol_2/PDF-

- VOL2/Microsoft%20Word%20-%20Alfredina%20Rosa%20Oliveira%20do%20Vale.pdf
- VAN DIJK, T. (1997). Political Discourse and Racism: Describing Others in Western Parliaments; in: Riggins, Stephen Harold, e.d. *The Language and Politics of Exclusion: Others in Discourse. Communication and Human Values*, 24,, pp. .31 - 64.
- VAN DIJK, T. (VAN DIJK, T. (1997) Semântica do Discurso e Ideologia, in Pedro, E.: Análise Crítica do Discurso Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional. Caminho, Lisboa de VAN DIJK, T. (1997) Semântica do Discurso e Ideologia, in Pedro, E.: Análise Crítica do Discurso Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional. Caminho, Lisboa de 1997). *Semântica do Discurso e Ideologia, in Pedro, E.: Análise Crítica do Discurso Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*. Lisboa: Caminho, Lisboa.
- VAN DIJK, T. (1997). Semântica do Discurso e IWHITE, D. M. The Gate-Keeper: A Case Study in The Selection of News. *Journalism Quarterly*, 27 (4), pp. 383-396.
- VAN DIJK, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurs*. Porto: Campos das Letras. doi:<https://xdocz.com.br/doc/discurso-noticia-e-ideologiapdf-dokmmw27kjny>
- VAN DIJK, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. . Porto: Campo das Letras. Obtido de <https://xdocz.com.br/doc/discurso-noticia-e-ideologiapdf-dokmmw27kjny>
- VAN DIJK, T. (Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Campos das Letras, Porto). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso. Tese de Doutorado*, p. 26.
- VAN DIJK, T., & KINTSCH, W. (1983). *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- VAN DIJK, T., & KINTSCH, W. (1983). *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- WOLF, M. (WOLF, M. (1999) Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa de WOLF, M. (1999) Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa de 1999). *Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa*. Lisboa: Editorial Presença.
- WOLF, M. (2002). *Teorias da Comunicação: Mass Media, Contextos e Paradigmas - Novas Tendências, Efeitos a Longo Prazo e o Newsmaking*. Editorial Presença, Lisboa. Lisboa: Editorial Presença.
- WOLTON, D. (1997). *Pensar a Comunicação*. Lisboa: Difel.
- ZELIZER, B. (2009). *Journalists as Interpretive Communities*. Oxford: Routledge.

ANEXO



Figura 1. Primeira página do A Semana, destacando a vitória de José Maria Neves nas legislativas de 2011



Figura 2. Primeira Página do Expresso das Ilhas do 13 de Janeiro, instituído como Dia da Democracia e da Liberdade

Apêndice

Entrevista no âmbito do trabalho académico em Ciências da Comunicação – Especialidade em informação e Jornalismo na Universidade do Minho

**Tema: O 5 de julho e o 13 de Janeiro na Imprensa Cabo-verdiana:
Cobertura Jornalística no A Semana e no Expresso das Ilhas**

...//...

**Entrevista feita ao ex-jornalista e editor do Voz di Povo,
António Sérgio Barbosa**

Pergunta 1: Que leitura faz das duas efemérides: “5 de Julho de 1975” e o “13 de Janeiro de 1991”, do ponto de vista histórico-político?

Resposta 1

São duas datas cruciais ou determinantes da História de Cabo Verde enquanto país ou comunidade autónoma e culturalmente diferenciada em relação aos demais países, sendo certo que já era uma Nação antes da instalação do Estado. Acredito que não há uma visão generalizada que avalie estas datas como algo que faz parte de um processo histórico que vai conhecendo novos desenvolvimentos à medida da crescente complexidade das relações sociais e políticas e do aumento e intensidade das demandas e pressões sociais. Na minha opinião elas deveriam servir para avaliar o caminho percorrido no sentido de diagnosticar a situação atual e projetar novas etapas corrigindo os erros e dando continuidade ao que se fez bem.

Pergunta 2: Para si, qual é o significado histórico-político dessas duas datas, na formação da identidade cabo-verdiana?

Resposta 2

Em relação ao 5 de julho acredito que os cabo-verdianos manifestam orgulho pelo facto de pertencerem a uma comunidade autónoma, dona do seu destino. Digamos, um claro sentido de pertença a uma comunidade politicamente organizada. Uma clara consciência de si mesmo. Este é o ponto principal de apoio para a interação política, económica e cultural dos cabo-verdianos com os outros povos. Reconhecendo as diferenças, mas valorizando o muito que une as pessoas e de todas as condições, em todos os países.

Pergunta 3: Os partidos políticos – PAICV e MPD reclamam a paternidade destas datas históricas. O PAICV considera patrono da independência de Cabo Verde e o MPD, por seu turno, reclama o 13 de janeiro, como conquista próprio. Que interpretação faz destas posições?

Resposta 3:

É um facto. A valoração das duas datas por parte da generalidade dos cidadãos exprime uma certa dose de subjetividade e egocentrismo, muito por causa da animosidade política e partidária que separa duas conceções de regime político no quadro de um sistema democrático que se pode considerar ser bem aceite por quase toda as pessoas.

Na verdade, há uma parte da sociedade que se revê num regime político mais pontuado por discursos sobre a igualdade com ênfase em políticas de apoio social visando combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais. Este grupo alimenta-se do clássico discurso de esquerda, valorizando os ideais da Luta de Libertação e os discursos moldados por uma ideologia e uma prática política esquerdista e africanista, enquanto a outra parte coloca ênfase no modelo de economia liberal e com uma clara separação de poderes, de pendor mais europeu.

Por esta razão pode-se dizer que as duas datas quase que disputam a primazia em termos de importância e alimentam uma rivalidade pouco racional, certamente com o patrocínio dos partidos e/ou das figuras políticas mais destacadas. Razão disso é de ordem prática na medida em que a polarização das ideias e paixões é o motor da luta política, o acesso ao poder.

Pergunta 4: Por ocasião das comemorações dessas efemérides, costuma ler os jornais? Quais?

Resposta 4

Na verdade, não. Aliás, nada de diferente em relação a outros períodos. Normalmente a celebração de uma das datas deveria trazer alguma informação, debate ou reflexão sobre algum aspeto da vida nacional, mas tudo o que se publica tem a ver com a realização dos eventos e com discursos de ocasião que não informam, nem esclarecem. Aliás, os discursos parece que se destinam a gerar reações contrárias de ataque político e até pessoal do que para construir uma base comum de entendimento.

Pergunta 5: Conhece as linhas editoriais do Expresso das Ilhas e do A Semana? Qual é a sua opinião acerca das mesmas?

Resposta 5:

As linhas editoriais, embora publicitadas, não despertam grande atenção na medida em que entre o que se proclama e se faz há uma diferença abismal. É mais para cumprir a lei. Neste quadro a melhor análise deve ser feita por via da observação das práticas editoriais. Neste âmbito há uma grande diferença entre os dois títulos. O Expresso das Ilhas tem uma linha informativa sóbria e na base de factos observados ou comunicados. A crítica, quanto a mim justificada, é que os artigos são demasiado longos e politicamente corretos demais para despertar a atenção dos leitores. Mesmo as entrevistas são demasiadas formais e questionam nem exploram as contradições. Já em relação ao A Semana a realidade é diferente. O jornal faz notícias mesmo sem factos e na base de pseudo-acontecimentos. Na maior parte das vezes sem factos reais, sem fontes, sem enquadramento e sem contraditório. Dá a sua versão da verdade e nada mais. É por isso um instrumento de propaganda em forma de informação jornalística.

Pergunta 6: Acha que os conteúdos informativos destes jornais refletem, de alguma forma, o fenómeno da bipolaridade político-partidário em Cabo Verde?

Resposta 6:

Com certeza. Refletem este pensamento social que alimenta os debates políticos que por sua vez realimentam esta disposição antagónica entre os cidadãos. A tentativa de imposição de versões, sem mediação e apenas com difusão e repetição, faz com que a imprensa, em boa medida, não seja um fator de informação e esclarecimento dos cidadãos e por isso mal se pode dizer que ela seja um vetor de democratização das relações políticas e sociais.

Pergunta 7: Qual é a análise que faz destes dois semanários, no que concerne à cobertura jornalística do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 7:

A análise mais aparente é que os dois órgãos se mantêm fiéis às suas práticas editoriais e a diferença no tratamento das notícias resultam naturalmente da diferença do nível editorial e cultural das suas redações.

Pergunta 8: Considera que os discursos jornalísticos proferidos por estes jornais refletem as suas ideologias político-partidárias?

Resposta 8

Penso que refletem sobretudo o alinhamento de ideias no quadro do combate político-partidário, com alguns elementos de ordem ideológica que podem ser considerados positivamente. O que está em causa, penso eu, são sobretudo interesses imediatos, aliados ao comodismo de divulgar sem investigar ou analisar.

Pergunta 9: Na sua perspetiva quais são os fatores endógenos e exógenos que, de certa forma, condicionam a liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 9:

Na minha opinião não se coloca em Cabo Verde o problema da “liberdade de imprensa” no sentido em existem políticas públicas ou até do poder económico que limitem essa liberdade. Em termos mais ou menos parecidos há de facto uma autocensura que certamente deriva da pressão social e familiar de um meio tão pequeno e em que todos nós nos conhecemos, direta ou

indiretamente. Um fator crucial que se relaciona com a liberdade de imprensa é a falta de acesso às informações. Por um lado, não há sensibilidade nem boa vontade de os poderes públicos e a administração facultarem as informações, pois aí está, funciona a autocensura do funcionário que não sabe se deve dar ou não dar as informações. Daí o facto de as notícias terem uma só versão, sem confirmação ou cruzamento de informações. Isto resulta na pobre qualidade da imprensa, sendo evidente a falta de enquadramento e desenvolvimento. Isto coloca em pauta sobretudo a Qualidade da Imprensa que impede o livre acesso dos cidadãos a informações verdadeiras, corretas, confirmadas e úteis para a formação de uma opinião pública informada, primeiro grande pilar da democracia, no meu entender.

Pergunta 10: De que forma os poderes político-económicos exercem as suas influências nos semanários Expresso das Ilhas e A Semana, a ponto de limitar a liberdade dos jornalistas, na cobertura do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 10:

Não creio que os poderes públicos tenham interesse em condicionar o tratamento informativo sobre a celebração destas datas. O que se passa é que cada órgão, ou jornalista, reproduz naturalmente e sem coação, nem ameaça, a sua forma de interpretar as situações em função dos seus interesses de grupo.

Pergunta 11: Considera que a relação de proximidade que caracteriza a sociedade cabo-verdiana, particularmente, entre os jornalistas e os políticos pode refletir no discurso jornalístico e, conseqüentemente, na liberdade de imprensa?

Resposta 11:

Com certeza que sim. Aliás, o grande problema da informação jornalística tem precisamente a ver com proximidade social e pessoal entre os políticos, alvos das avaliações ou críticas, por mais justas e justificadas que possam ser. Esta situação é que com mais força determina a autocensura. Mesmo sem riscos

anunciados é muito incómodo confrontar alguém que seja familiar ou amigo próximo.

Pergunta 12: A predominância de agenda política sobre a agenda pública (Agenda setting) tem, de certa forma, condicionada a liberdade de imprensa nesses dois jornais?

Resposta 12:

Na minha opinião não condiciona a liberdade de imprensa, mas condiciona a escolha das matérias a tratar. Pela sua carga emocional e de confrontação os factos políticos criados são mais apelativos para os consumidores de informação e deste modo a imprensa nem sequer tenta alterar ou equilibrar a importância dos temas. Entre uma notícia importante, mas que não tenha uma dose de paixão ou contradição e outra menos importante, mas carregada de contradição ou confrontação, a escolha para a chamada de atenção para esta última até porque a maioria das pessoas detesta pensar sobre o que ouve ou lê. O primeiro impacto emocional determina o seu juízo sobre qualquer questão. Por esta razão é muito frequente a contradição entre os títulos e o corpo dos artigos sem que isso aparentemente causa qualquer reclamação por parte do leitor. O caso é para dizer que estamos mesmo na sociedade da desinformação e não da informação como erroneamente postulam os especialistas e professores.

Pergunta 13: Acha que devido à precariedade do mercado da comunicação social cabo-verdiano, os jornalistas destes órgãos sentem-se obrigados a sacrificar o exercício da liberdade de imprensa, para salvaguardar os seus postos de trabalho?

Resposta 13:

Não creio que a questão se coloque nestes termos. O mercado de trabalho é curto e pobre e por isso não comporta um corpo redatorial que se disponha a trabalhar com critérios mais exigentes na medida em que isso afeta a produção bruta de notícias. Na perspectiva de se abdicar da liberdade de imprensa, penso que não haverá jornalistas em vantagem até porque as suas atuações não podem ser avaliadas antecipadamente. Penso que seja uma falsa questão para desviar

a atenção em primeiro lugar da falta de qualidade da informação e depois da falta de responsabilidade das chefias das redações que aprovam tudo sem questionar as graves falhas em relação à confirmação e avaliação da verdade dos factos e da justeza das considerações ou opiniões que deturpam o carácter da notícia.

Pergunta 14: Que mecanismos de regulação, autorregulação e heteroregulação existem para garantir o exercício da liberdade de imprensa e de expressão em Cabo Verde?

Resposta 14:

Mais uma vez a questão fundamental é a qualidade da imprensa e não a liberdade dos jornalistas para tratarem as notícias até violando as regras básicas da notícia. É um facto que qualquer chamada de atenção sobre a má qualidade de uma peça noticiosa gera logo uma acusação de atentado à liberdade de imprensa.

Mas, sobre a liberdade de imprensa há uma questão fundamental da qual pouco se fala precisamente por implicar, não uma ação deliberada, mas antes uma omissão ou falta de zelo dos agentes públicos. Trata-se do acesso à informação. Na verdade, este acesso é dificultado por mil e uma razões (burocrática, legais, de falta de tempo, de desconhecimento dos processos, da hesitação do agente que teme pela não aprovação da chefia, por má vontade e antipatia do agente, por algum tipo de inconveniência ou porque simplesmente não há paciência para atender aos pedidos). Uma lei específica para facilitar o acesso às informações oficiais, responsabilizando os agentes pelo não cumprimento das suas obrigações, seria algo a pensar coletivamente e à luz dos princípios consagrados, da experiência de outros países e do direito comparado.

Este incremento à liberdade de imprensa, neste caso por via da facilitação do acesso às informações, tem de ter contrapartidas reais e objetivamente exigíveis. Em primeiro lugar, o dever de sigilo em relação a certas informações em off e que não devam ser publicadas por não serem relevantes para o caso, e por isso não lesam o direito à informação por parte dos cidadãos, mas poderem resultar em danos para a colectividade ou para particulares.

Será sempre importante vincar que a liberdade de imprensa, de informação ou de expressão, tem como destinatários principais os cidadãos que devem ser corretamente informados.

Pergunta 15: Por tudo o que já falamos, considera que existe a total liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 15:

Acho que seria de evitar colocar a questão numa consideração tão absoluta. O que é liberdade total? Há regras muito básicas que não são cumpridas pela imprensa e neste quadro faria mais sentido falar-se em abuso de liberdade de imprensa. Seria bom considerar que a liberdade de imprensa não é propriamente para o jornalista, mas sim para dotá-lo de condições para fazer uma informação objetiva e respeitando as normas profissionais, deontológicas e legais que afinal são fatores de uma informação de qualidade – com factos relevantes, fontes credíveis e diversificadas, contraditório, principalmente, 13 de janeiro.

Entrevista feita ao jornalista e diretor-adjunto do semanário Expresso das Ilhas, António Monteiro

Pergunta 1: Que leitura faz das duas efemérides: “5 de Julho de 1975” e o “13 de Janeiro de 1991”, do ponto de vista histórico-político?

Resposta 1:

Do ponto de vista histórico e cronologicamente falando o “5 de Julho de 1975” foi o dia da proclamação conclusiva da independência de Cabo Verde, o dia em que o país passou a pertencer ao concerto das nações, como Estado independente. O “13 de Janeiro de 1991”, o “Dia da Liberdade e Democracia”, assinala o dia das primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, depois de 15 anos de regime de partido único instaurado com o advento da independência nacional. Qual o significado das duas datas do ponto de vista histórico-político? Aqui quase que sou obrigado a vestir a ingrata pele de historiador, já que escassos são os estudos históricos sobre a nossa história recente, ou seja, sobre

o Cabo Verde independente. Como escreve Humberto Cardoso (Editoriais-2019), “Aparentemente o interesse oficial tem privilegiado estudos sobre a escravatura e manifestações de resistência contra o poder colonial e até a busca de quilombos escondidos no interior das ilhas”. Para Cardoso, esta preferência reflete a preocupação com o reforço da historiografia oficial da luta pela independência nacional. “A situação mantém-se 28 anos após o 13 de Janeiro e a adoção da Constituição de 1992”, comenta o autor citando Gramsci, “porque a guerra ideológica não foi ganha pelo novo regime democrático”. Tentando ser minimamente objetivo, num terreno minado ideologicamente, diria que a proclamação da independência nos trouxe a “libertação, que não a liberdade” (Baltasar Lopes). Ou seja, passamos de 48 anos de regime salazarista para mais 15 de partido único, período durante o qual a dignidade da pessoa humana não tinha respaldo constitucional.

"Nesse quadro jurídico-político", conforme se justifica no preâmbulo da Lei aprovado pelo Parlamento, em Julho de 2019, que estabelece uma pensão financeira às vítimas de tortura em São Vicente (1977) e Santo Antão (1981) "era natural que os abusos contra cidadãos cabo-verdianos indefesos, incluindo prisões arbitrárias, espancamentos, violação do domicílio e torturas, sucedessem aqui e ali, sem qualquer possibilidade efetiva, aliás, de apelo ou reparação jurídica". É de realçar que o diploma foi aprovado com 43 votos a favor, 40 do MpD e 3 da UCID. O PAICV teve 22 votos contra e uma abstenção.

Relativamente ao “13 de Janeiro, de 1991” convém intercalar o seguinte raciocínio – se a independência nacional foi seguramente o culminar da luta de libertação, não deixa de ser também uma opção. Países como Martinica, Guadalupe, Reunião, Maiote, a Guiana Francesa e Canárias, Açores e Madeira não optaram pela independência, mas sim pela liberdade e democracia desde muito cedo. Martinica – país natal de Aimé Césaire, um dos pais da Negritude, cuja obra é marcada pela defesa de suas raízes africanas – constitui um caso interessante e até certo ponto surpreendente, pois o autor do contundente livro "Discurso sobre o colonialismo ", onde tece dura crítica ao colonialismo e ao racismo europeu, optou pela ligação do seu país à metrópole França com o estatuto de região administrativa. Aliás, o político Césaire foi mais longe, tendo

sido, em 1946, o relator da lei que elevava à categoria de Departamentos Franceses várias das suas colónias ultramarinas.

Portanto, a independência, tributária do conceito estado-nação, que já teve seus dias de glória, foi uma opção, entre várias outras. Vejamos que o próprio conceito de soberania tem sofrido uma evolução silenciosa como o atestam a criação de grandes blocos continentais ou regionais como a União Europeia, ou a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) nos quais os estados abdicam da parte da sua soberania em prol de interesses mais amplos.

Já o “13 de Janeiro, de 1991” marca o advento da II República e a subsequente Constituição de 1992, cujo princípio da dignidade da pessoa humana e da alternância política são fundamentos basilares.

Pergunta 2: Para si, qual é o significado histórico-político dessas duas datas, na formação da identidade cabo-verdiana?

Resposta 2:

Bom, eu acho que as duas datas não têm absolutamente nada a ver com a identidade cabo-verdiana que se formou alguns séculos antes da independência em 1975, ou do “13 de Janeiro de 1991” como dão conta as nossas tradições, a nossa música e literatura.

Pergunta 3: Os partidos políticos – PAICV e MPD reclamam a paternidade destas datas históricas. O PAICV considera patrono da independência de Cabo Verde e o MPD, por seu turno, reclama o 13 de Janeiro, como conquista próprio. Que interpretação faz destas posições?

Resposta 3:

Acho que quando as duas datas tombarem na História, ou seja, quando os protagonistas das duas datas já não estiverem entre nós, haverá uma reconciliação com a nossa história recente, pois a outra já foi escrita por Senna Barcelos, António Carreira, entre outros. Até aí, continuaremos com a guerra ideológica que até agora não foi ganha pelo novo regime democrático, pois a gesta da luta da libertação nacional nas matas da Guiné e dos seus heróis e o

núcleo essencial da ideologia do regime anterior continuam a ser ensinados nas escolas e inculcido nas crianças desde a mais tenra idade.

Pergunta 4: Por ocasião das comemorações dessas efemérides, costuma ler os jornais? Quais?

Resposta 4:

Sim, por razões profissionais, leio todos os jornais tanto em formato papel como os digitais.

Pergunta 5: Conhece as linhas editoriais do Expresso das Ilhas e do A Semana? Qual é a sua opinião acerca das mesmas?

Resposta 5:

Sim, cheias de boas intenções.

Pergunta 6: Acha que os conteúdos informativos destes jornais refletem, de alguma forma, o fenómeno da bipolaridade político-partidário em Cabo Verde?

Resposta 6:

Partindo do princípio de que o prato forte do jornalismo cabo-verdiano é a política, necessariamente os conteúdos informativos destes dois jornais acabam por refletir o fenómeno da bipolaridade.

Pergunta 7: Qual é a análise que faz destes dois semanários, no que concerne à cobertura jornalística do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 7:

Conforme a conotação, acho que os dois jornais dão maior destaque a uma das efemérides. Dois exemplos:

5 de Julho, momento histórico

Entretanto, o 5 de julho de 1975 tem sido considerado como um momento exaltante na história de Cabo Verde. Foi o culminar da luta da libertação, sob a égide do PAIGC, conduzido pelo seu principal fundador e líder, Amílcar Lopes

Cabral... Honra à memória dos heróis e mártires da luta da libertação nacional, é o que desejam muitos patriotas cabo-verdianos.

(A Semana, 05 Julho de 2020)

"É preciso aprimorar a democracia em Cabo Verde"

O 13 de Janeiro de 1991 foi um marco histórico em Cabo Verde. E como em tudo, há um antes e um depois daquele dia "D" (D de democracia). No âmbito das comemorações da emblemática efeméride, o Expresso das Ilhas conversou com quatro personalidades que viveram a data sob diferentes perspetivas. Nesta entrevista, Bartolomeu Varela, então dirigente do PAICV, fala dos antecedentes, da data e dos 30 anos de democracia em Cabo Verde.

(Expresso das Ilhas, 13 de Janeiro de 2021)

Pergunta 8: Considera que os discursos jornalísticos proferidos por estes jornais refletem as suas ideologias político-partidárias?

Resposta 8:

Há esta conotação ideológica.

Pergunta 9: Na sua perspetiva quais são os fatores endógenos e exógenos que, de certa forma, condicionam a liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 9:

Como acima referi, em Cabo Verde a liberdade de imprensa está plasmada na Constituição de 1992 e os únicos fatores que condicionam a liberdade de imprensa são de ordem financeira.

Pergunta 10: De que forma os poderes político-económicos exercem as suas influências nos semanários Expresso das Ilhas e A Semana, a ponto de limitar a liberdade dos jornalistas, na cobertura do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 10:

Não vejo como os poderes político-económicos limitam a cobertura do 5 de julho e do 13 de Janeiro.

Pergunta 11: Considera que a relação de proximidade que caracteriza a sociedade cabo-verdiana, particularmente, entre os jornalistas e os políticos pode refletir no discurso jornalístico e, conseqüentemente, na liberdade de imprensa?

Resposta 11:

Esta relação de proximidade não condiciona apenas o discurso jornalístico, mas também o exercício de todas as classes profissionais cabo-verdianas. Um bom exemplo é a falta do número exigido pela lei de inspetores judiciais. No relatório de 2019 sobre a situação da justiça do Conselho Superior de Magistratura Judicial, lê-se, por exemplo, que o quadro de efetivos deste serviço [inspeção], “desde há mais de uma década, vem sendo assegurado por um único Inspetor Judicial e um Secretário, o que se revela manifestamente insuficiente”.

Pergunta 12: A predominância de agenda política sobre a agenda pública (Agenda setting) tem, de certa forma, condicionado a liberdade de imprensa nesses dois jornais?

Resposta 12:

Acho que não.

Pergunta 13: Acha que devido à precariedade do mercado da comunicação social cabo-verdiano, os jornalistas destes órgãos sentem-se obrigados a sacrificar o exercício da liberdade de imprensa, para salvaguardar os seus postos de trabalho?

Resposta 13:

Acho que aqui deve haver um equilíbrio no que se cede e no que se dá, pois, a precariedade do mercado é transversal a todas as classes.

Pergunta 14: Que mecanismos de regulação, autorregulação e heteroregulação existem para garantir o exercício da liberdade de imprensa e de expressão em Cabo Verde?

Resposta 14:

Em Cabo Verde temos a ARC (Autoridade Reguladora para a Comunicação Social), temos a AJOC (Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde), a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista que garantem o exercício da liberdade de imprensa e de expressão.

Pergunta 15: Por tudo o que já falamos, considera que existe a total liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 15:

Falando uma banalidade: tudo é relativo. Comparando com o período de partido único que vigorou até 1990, existe hoje, em Cabo Verde, maior liberdade de imprensa. É certo que o jornalista não pode ter a sua própria agenda e escrever apenas sobre aquilo que bem entender. Como cada jornal, ou órgão de comunicação tem a sua linha editorial, o jornalista, em princípio, deverá optar por trabalhar num órgão de comunicação que mais se aproxima das suas convicções e dos seus princípios deontológicos. É aqui que entra o aspeto financeiro que condiciona a total liberdade de imprensa em Cabo Verde. Por um lado, devido à exiguidade do mercado de trabalho, o jornalista não tem muito por onde escolher e de preferência optará por trabalhar num órgão público por lhe conferir melhores perspetivas financeiras e de carreira. Por outro lado, os proprietários dos órgãos de comunicação social, falo aqui essencialmente dos privados, travam uma luta desigual contra os órgãos públicos que têm os recursos financeiros assegurados pelo Estado e para complicar as contas praticam dumping no negócio publicitário, restando pouca coisa para os privados. Portanto, eu diria que o que tem impedido a total liberdade de imprensa em Cabo Verde são os recursos financeiros sobretudo dos órgãos privados que via de regra se veem acantonados numa ilha, ou cidade, por não poderem cobrir todo o país o que permitiria mais pluralidade, mais liberdade de imprensa e de expressão.

Entrevista ao Diretor do Santiago Magazine, Hermínio Silves

Pergunta 1: Que leitura faz das duas efemérides: “5 de Julho de 1975” e o “13 de Janeiro de 1991”, do ponto de vista histórico-político?

Resposta 1:

São eventos distintos, mas similares, na medida em que marcam de forma indelével a história política e social de Cabo Verde. Se o 5 de julho rompe com o regime submissivo do colonialismo, o 13 de Janeiro libertou os cabo-verdianos do jugo do regime do partido único, opressão e censura. Não há em Cabo Verde nenhuma data com tamanho peso nas mudanças positivas que ocorreram no país a nível político e social, como o 5 de julho e o 13 de Janeiro.

Pergunta 2: Para si, qual é o significado histórico-político dessas duas datas, na formação da identidade cabo-verdiana?

Resposta 2:

Creio que a identidade cabo-verdiana já estava formada muito antes dessas datas. Aliás, é o cabo-verdiano e o seu orgulho que originou a luta pela libertação do regime colonial. E foi o cabo-verdiano e a sua resiliência que – recusando vergar ante ditadura do partido único – trouxeram a democracia e liberdade a um povo sofredor, mas lutador desde a escravatura. Na verdade, a formação da identidade cabo-verdiana começou a engendrar-se no dia que um escravo se rebelou. Quer o 5 de Julho, quer o 13 de Janeiro são datas que nasceram da identidade já formadas do cabo-verdiano, enquanto povo autónomo e que pensa pela sua própria cabeça.

Pergunta 3: Os partidos políticos – PAICV e MPD reclamam a paternidade destas datas históricas. O PAICV considera patrono da independência de Cabo Verde e o MPD, por seu turno, reclama o 13 de Janeiro, como conquista próprio. Que interpretação faz destas posições?

Resposta 3:

Compreendo a posição dos dois partidos que se veem paternalistas do 5 de julho (PAICV) e o 13 de Janeiro (MpD), porquanto um esteve na frente da luta pela independência nacional, e o outro conquistou as primeiras eleições democráticas realizadas no arquipélago. De qualquer forma, acho descabido

essa “basófia” por desconsiderar toda uma nação que, unida, ganhou a guerra colonial e votou em massa promover a alternância política, dando vitória ao MpD em 1991.

Pergunta 4: Por ocasião das comemorações dessas efemérides, costuma ler os jornais? Quais?

Resposta 4:

Todos os jornais existentes na praça. Por dever de ofício e por necessidade de conhecimento. Neste momento apenas o Expresso das Ilhas imprime, os outros jornais estão apenas em versão digital.

Pergunta 5: Conhece as linhas editoriais do Expresso das Ilhas e do A Semana? Qual é a sua opinião acerca das mesmas?

Resposta 5:

Pode parecer estranho, mas os dois jornais que questiona têm linhas editoriais idênticas. O problema é na hora de publicar notícias e aí percebe-se uma tendência do Expresso das Ilhas para defender os interesses do MpD e o A Semana a fazer o mesmo em relação ao PAICV. Não tem nada a ver com ideologia política, simplesmente pendem cada um para um partido. Entretanto, paradoxalmente, do ponto de vista editorial (em teoria) são jornais independentes, imparciais e politicamente neutros. Não assumem ser de esquerda ou direita, liberal ou comunista.

Pergunta 6: Acha que os conteúdos informativos destes jornais refletem, de alguma forma, o fenómeno da bipolaridade político-partidário em Cabo Verde?

Resposta 6:

Sem dúvida. É completamente explícito esse dado. O espaço que é dado aos outros partidos e à sociedade civil é ínfimo. Os dois partidos da orelha do poder, MpD e PAICV, ocupam, quase sempre, todas as manchetes, todos os destaques e maior parte das páginas de notícias. Basta ver que, raro são reportagens a contar a vida das pessoas, os seus dramas, os seus anseios. Ou

se fala do Governo ou se dá voz ao principal partido da oposição. Isso contribui sem a mínima dúvida para o acentuar da bipolaridade em Cabo Verde, um atraso para a democracia que tarda para se consolidar.

Pergunta 7: Qual é a análise que faz destes dois semanários, no que concerne à cobertura jornalística do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 7:

Neste especto, tal como tinha referido todos dão destaque a essas duas datas, mas nota-se com facilidade singela que o Expresso das Ilhas dedica mais páginas ao 13 de Janeiro e o A Semana dá maior ênfase ao dia da independência nacional.

Pergunta 8: Considera que os discursos jornalísticos proferidos por estes jornais refletem as suas ideologias político-partidárias?

Resposta 8:

Indiretamente, já respondi a essa questão no ponto 5. Mas, volto a afirmar: esses jornais não têm ideologia política, têm sim tendência para defender os partidos da sua simpatia. Aliás, este é um problema dos próprios partidos que, apesar de filiados em correntes políticas diferentes, têm a mesma base de pensamento.

Pergunta 9: Na sua perspectiva quais são os fatores endógenos e exógenos que, de certa forma, condicionam a liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 9:

A pequenez do país, onde todos se conhecem, inibe muitas vezes o jornalista de publicar ou investigar determinados assuntos para não ferir a um amigo, conhecido ou conhecido de amigo. Isto leva à autocensura. Por outro lado, há uma certa pressão implícita de entidades governamentais sobre os órgãos de comunicação social públicos, mas que sinceramente não vejo nos privados.

Pergunta 10: De que forma os poderes político-económicos exercem as suas influências nos semanários Expresso das Ilhas e A Semana, a ponto de limitar a liberdade dos jornalistas, na cobertura do 5 de julho e do 13 de Janeiro?

Resposta 10:

Não vejo isso em nenhum destes jornais.

Pergunta 11: Considera que a relação de proximidade que caracteriza a sociedade cabo-verdiana, particularmente, entre os jornalistas e os políticos pode refletir no discurso jornalístico e, conseqüentemente, na liberdade de imprensa?

Resposta 11:

Sim, na liberdade para contar estórias e investigar certos assuntos. Mas não propriamente no discurso jornalístico, que, havendo coragem e independência para relatar factos, não será beliscado.

Pergunta 12: A predominância de agenda política sobre a agenda pública (Agenda setting) tem, de certa forma, condicionada a liberdade de imprensa nesses dois jornais?

Resposta 12:

Obviamente e isso enfraquece a qualidade dos jornais que dão mais relevância aos partidos, políticos e suas agendas (salvo raras exceções os telejornais abrem sempre com notícias de atividades dos governos ou conferencias de imprensa dos partidos da oposição) do que à sociedade.

Pergunta 13: Acha que devido à precariedade do mercado da comunicação social cabo-verdiano, os jornalistas destes órgãos sentem-se obrigados a sacrificar o exercício da liberdade de imprensa, para salvaguardar os seus postos de trabalho?

Resposta 13:

Já aconteceu, jornalistas (sector privado) se silenciarem para não defraudarem os donos dos jornais. Nos órgãos públicos é escandalosamente

pior, ou seja, autocensura global, a ponto de mesmo tendo matéria para noticiar passam para os jornais privados porque assumem não poderem trabalhar determinada peça. Caso contrário perdem seus empregos.

Pergunta 14: Que mecanismos de regulação, autorregulação e heteroregulação existem para garantir o exercício da liberdade de imprensa e de expressão em Cabo Verde?

Resposta 14:

A criação da ARC veio ajudar bastante e há o trabalho que vem sendo feito com alguma responsabilidade pela AJOC no sentido de garantir que os jornalistas tenham liberdade para trabalhar sem pressão e sem opressão. Os mecanismos de regulação existentes são eficazes, imperfeitos amiúde, mas eficazes.

Pergunta 15: Por tudo o que já falamos, considera que existe a total liberdade de imprensa em Cabo Verde?

Resposta 15:

Acho que não, mas estamos no caminho para alcançar esse patamar de liberdade de imprensa, ainda que seja moderada. Entretanto, reconheço que o nível de autocensura, que atrapalha o trabalho da imprensa, não chega a um nível que me leve a considerar que não há liberdade de imprensa em Cabo Verde. Há sim, o problema está, como já disse, na autocensura, seja por razão laboral, seja por relação próxima com os protagonistas de alguma estória reportável.

II. Guião de Entrevista à Classe Política

Entrevista feita ao ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente da República de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves

Pergunta 1: Como é que sintetiza a importância das datas 5 de julho e 13 de Janeiro?

Resposta 1:

Eu acho que essas datas não são comparáveis, 5 de julho é o dia a independência, é o dia da ruptura com a subjugação, com a dominação colonial, e aqui temos a dimensão da liberdade enquanto não subjugação, e abre-se caminho para que o cabo-verdiano começasse a escrever o seu destino com as suas próprias mãos. Portanto, aqui ganha-se a nacionalidade, no sentido trabalhado por Habermas, portanto, uma comunidade constituinte e que pode estabelecer as regras da organização do poder e estabelecer catálogo dos direitos, das liberdades, etc. E, com o desenvolvimento institucional e político do país, aberto após o 5 de julho de 1975, desembocamos no período de transição para a democracia. A transição para a democracia leva a eleições plurais, com a participação de vários partidos políticos e a criação de condições para termos efetivamente uma democracia representativa e termos a construção de pilares essenciais de um estado do direito democrático.

O dia 13 de Janeiro é o dia que simboliza esse momento de transição para a democracia com a realização das primeiras eleições multipartidárias abrindo um caminho para uma nova constituição de 1992, que é efetivamente uma constituição fundacional do Estado de direito democrático em Cabo Verde. Portanto, não são datas que devem ser colocadas em oposição, são datas extremamente importantes, e o 13 de Janeiro decorre de 5 de julho, na linha que o desenvolvimento político constitucional é contínuo e que vai havendo diferentes etapas desse processo desde a independência até 13 de Janeiro e depois as sucessivas mudanças que aconteceram após esta data.

Pergunta 2: Tendo em conta a forma e os conteúdos das mensagens relacionadas com as comemorações das duas datas, como é que definiria a identidade político-cultural do cabo-verdiano em termos de valores e princípios éticos e deontológicos que emergem das práticas jornalísticas?

Resposta 2:

Acho que os dois jornais, A Semana e o Expresso das Ilhas desde o início expressam claramente duas sensibilidades políticas que estão em confronto para impôr um determinado sentido relativamente às datas e relativamente aos papéis dos diferentes protagonistas. Então, desde o início, o PAICV foi identificado como partido da independência, 5 de julho, e o MpD o partido da democracia e da liberdade, 13 janeiro. Enquanto, os dois partidos estavam em confronto para imporem um sentido em relação a essas datas e em relação a importância política desses protagonistas no processo político, os jornais acabaram por refletir essa clivagem e essa disputa político-ideológica, eu acho que o que imerge nesse tratamento nos dois órgãos é essencialmente as posições políticas e ideológicas dos dois principais protagonistas políticos. Até porque a disputa política em Cabo Verde, ela é muito polarizada e quando é assim, o debate tende a ser pobre. Portanto, Mews falava do excesso da razão, portanto, aqui cada um procura ter razão em excesso. Cada protagonista procura ter razão em excesso, o que vejo é cada um dos órgãos a expressarem sentimentos, princípios, valores, de determinadas sensibilidades políticas. É claro que esse debate entre os dois jornais ele é importante, porque permite-nos ler o que está em confronto na constituição da Nação política cabo-verdiana. E, não necessariamente, os princípios e os valores da Nação cabo-verdiana. Pensando nos órgãos públicos de comunicação social, no dia 13 de Janeiro convidam gente ligada ao MpD para comentar na Televisão, e no dia 20 janeiro convidam gente ligada à comunidade da pátria. Como se tivéssemos dois Cabo Verdes.

Pergunta 3: Considera que os discursos dos jornais refletem as ideologias e as diferenças político-partidárias?

Resposta 3:

Claro, isto reflete claramente, por isso no meu discurso de posse, eu disse há um só Cabo Verde, a sua história e os seus protagonistas, e é nessa linha que devemos depois ver que valores e que princípios emergiram desses debates e cada vez mais considerar que o 13 de Janeiro é uma data plural, de todos como o 5 de julho é também uma data plural. Agora, devo chamar a atenção pelo

seguinte, as datas históricas começam por ser desacordos, dissensos e vão se institucionalizando. Mesmo as datas que resultam da revolução, o 25 de abril em Portugal, num primeiro momento é de desacordo, nem todos estarão de acordo e nem todos apoiam o 5 de julho também, a início não é uma data consensual, as pessoas deixaram o país, algumas pessoas eram contra a independência e gradualmente a independência foi se institucionalizando. E hoje é uma data consensual, o 5 de julho, assim como isso vai acontecer com o 13 de janeiro, e no caso de Cabo Verde, temos é uma oposição entre as duas datas, que são importantes, oposição que tem mais a ver com a bipolarização política e o confronto entre os dois principais partidos do arco de poder em Cabo Verde. Cada um querendo apropriar-se mais de uma determinada data, para impor o sentido do papel de cada um no processo histórico contemporâneo cabo-verdiano.

Pergunta 4: No seu ponto de vista, o discurso que tem sido utilizado pela comunicação nessas datas é um discurso neutro ou um discurso de militância?

Resposta 4:

Não tenho nenhum preconceito em relação aos jornais ou aos órgãos de comunicação social que expressam o ideário de uma determinada sensibilidade político-social. Por exemplo, o jornal Expresso das Ilhas pode expressar as ideias políticas e ideológicas de uma determinada sensibilidade política em Cabo Verde. Desde que, as notícias sejam na medida do possível imparciais, mas há toda a opinião do jornal, dos editoriais, dos artigos de opiniões, que podem estar mais perto de uma determinada sensibilidade política onde que nós encontraremos os espaços de entendimento. Pode haver vários jornais expressando-se sensibilidade política diferentes, desse confronto, desse debate é que emerge os princípios, os valores, as pontes para o entendimento e para o consenso. As notícias têm que ser imparciais, tem que expressar os factos, a verdade, mas há opiniões, editoriais, quando a opinião de próprios jornais, de cada editorial, pode estar mais perto de uma determinada sensibilidade política, mas é desse confronto dos diferentes órgãos é importante haver pluralismo,

haver liberdade de expressão e cada órgão poder expressar as suas opiniões e as suas ideias.

Pergunta 5: Acha que a Comunicação Social cabo-verdiana já conquistou maturidade para criar o seu próprio enquadramento de questões com elevado grau de ideologização como o 5 de julho e o 13 de Janeiro ou incorporam a interpretação dos políticos?

Resposta 5:

O jornalismo cabo-verdiano ainda é muito marcado pelo debate político entre os diferentes partidos, mas vejo, por exemplo, os editoriais e artigos do Expresso das Ilhas demonstram alguma maturidade e autonomia de análise em relação ao próprio partido político ou maioria, em relação aos quais estão mais próximos. Percebe-se uma autonomia na análise e no debate de determinadas questões, mas globalmente, acho que ainda há uma grande dependência da agenda política e o jornalismo cabo-verdiano é muito marcado ainda pelo debate político entre os diferentes partidos, até porque há uma deficiência grande do jornalismo de investigação. E como não há este tipo de jornalismo, muitas vezes acriticamente os órgãos apresentam os pontos de vista de cada um, sem fazer a intermediação, sem moderar o debate, sem moderar os próprios dados, os próprios elementos da questão.

Pergunta 6: A leitura que os políticos dão a essas efeméres é algo cristalizado nos partidos políticos, passando de geração em geração, ou depende da circunstância de quem lidera os partidos em cada momento?

Resposta 6:

Eu acho que há alguma cultura dos partidos políticos, a grande questão é que os dois partidos políticos que se instalaram efetivamente, que são partidos do arco do poder, que nasceram em momentos sísmicos da política pública nacional, os outros partidos depois em outros momentos não ficaram. E então há alguma cultura política e também porque o campo político é muito bipolarizado, e às vezes a discussão é feita de modo tenso, crispado, há, todavia, uma cultura política dizia-se que vai constituindo nos dois principais partidos,

que refletem os momentos e os contextos do surgimento desses partidos, um muito mais ligado a ideia da democracia e o outro mais ligado na ideia da independência. Então, quase que o debate se faz em duas linhas paralelas, do confronto de tensão sem nunca tentarem convergir para o entendimento. Os jornais acabam por expressar os debates. Os próprios discursos políticos acabam por considerar como dados essa clivagem no campo político. E isso, acaba por refletir nos nomes dos partidos também refletem esses momentos, um é Partido Africano para a Independência e o outro é o Movimento para a Democracia. Agora, considero que já há com o crescimento, uma maior maturidade, maior seriedade, já há perspectivas de uma maior moderação dessa discussão e desse debate.

Pergunta 7: Quando o tema é a liberdade de imprensa, o foco das atenções situa-se normalmente ao nível do poder político e económico. Como avalia o peso destes fatores em relação aos conteúdos das peças de informação e análise respeitantes às duas efemérides? Há algum tipo de censura a registar?

Resposta 7:

Não há censura institucionalizada em Cabo Verde, mas há algum medo, porque o Estado aqui em Cabo Verde é que nem um “polvo”, o Estado penetra em todas as fissuras da sociedade. E isso cria alguma dependência de quase tudo em relação ao Estado. Temos uma sociedade excessivamente estatizada, isso inibe o debate por causa do medo existente e inibe a participação, mas muitas vezes também em Cabo Verde os poderes constituídos não são muito dados a crítica, há uma análise mais autónoma e mais independente. O jogo político é tão tenso, disputado, que qualquer análise que fuja ao parâmetro normal de um determinado partido é visto como uma ameaça, ataque, e com certeza, que isso mesmo não havendo censura imita a ação dos jornalistas acaba por criar um ambiente de medo.

Pergunta 8: Entende que o tecido económico cabo-verdiano tem permitido aos profissionais de comunicação amplitude de liberdade para o tratamento

de assuntos marcadamente ideológicos como o 5 de julho e o 13 de Janeiro com equidistância?

Resposta 8:

Eu acho que há várias limitações, o mercado aqui é muito pequeno, a viabilização de qualquer órgão de comunicação social exige um esforço gigantesco, portanto, aqui a comunicação social privada é quase um trabalho missionado, porque não há muitas condições para qualquer órgão privado se impôr, na imprensa escrita, na rádio e na televisão, a nível da rádio difusão é mais fácil, também temos agora as redes sociais que podem ser aproveitadas mas como o mercado é muito pequeno, não há muitas alternativas em termos de publicidade, quase tudo é incomenda do Estado, aqui não há muitas condições económicas e financeiras para que os jornais ou os órgãos de imprensa, sobretudo, os privados ganhem em termos de autonomia, mesmo os órgãos públicos são muito condicionados pela ação do governo. Isso acaba sempre por criar algum medo, criar constrangimentos e antes de se escrever um artigo ver se choca, este ou aquele se cria problemas, se amanhã tem publicidade de tal empresa, se fizer uma investigação relativamente a uma empresa, o que é que poderá acontecer se for uma empresa grande, perderei as possibilidades de acesso a publicidade, etc. Aqui numa sociedade pequena em termos de conhecimento os constrangimentos são enormes.

Pergunta 9: No seu ponto de vista, há um nível de liberdade de imprensa que permite aos órgãos de comunicação social fazer um tratamento com total equidistância na cobertura das atividades no âmbito do 5 de julho e do 13 de janeiro?

Resposta 9:

De uma forma genérica há liberdade de imprensa, não podemos dizer que não há aqui a liberdade imprensa ou liberdade de expressão, mas é claro que as pessoas ficam muito condicionadas pela discussão política, e os órgãos de comunicação social, sobretudo, os órgãos públicos, acabam por reproduzir o debate político que é feito e os discursos políticos que são feitos. Portanto, fica

um jornalismo também um pouco tenso, um pouco crispado, um pouco criativo nesse sentido.

Pergunta 10: Em relação às práticas editoriais, como é que considera a relação entre “liberdade de imprensa” e responsabilidade dos jornais e jornalistas tendo em conta o respeito pela verdade e confrontação das versões e opiniões?

Resposta 10:

Alguns cientistas brasileiros que falam do custo de participação, e se repararmos em Cabo Verde os indicadores sobre a democracia em déficie e outros indicadores podemos ver que em vários domínios estamos bem, muito bem às vezes, mas temos sempre notações mais baixas no campo da participação e na verdade em Cabo Verde os custos de participação são muito elevados para todos. E isso, é da responsabiliadae do sistema como um todo, envolvendo todos os partidos. Então, acho que isso acaba por condicionar a liberdade de expressão dos jornalistas em diferentes órgãos de comunicação social.

Pergunta 11: O debate sobre a imprensa é normalmente dominado pela ideia de liberdade de imprensa. No entanto há a questão da qualidade da imprensa s pela ideia de liberdade de imprensa e não colocam ou qualidade da imprensa”?

Resposta 11:

Globalmente, em Cabo Verde há liberdade de imprensa nos diferentes indicadores de várias instituições, nós estamos sempre há frente, tivemos até no top 10 da liberdade de imprensa, isso é claro, depende dos critérios que foram estabelecidos para a avaliação, não há ninguém preso, não há nenhum processo no tribunal, não há assassinado dos jornalistas. As questões extremas não existem, mas se pensarmos na qualidade da imprensa e de expressão em Cabo Verde, acho que a pequenez do país faz-nos ser a sociedade que em termos de conhecimento a participação ser muito elevados, uma sociedade civil muito

estatizada, acaba sempre por condicionar a liberdade de criação dos diferentes órgãos.

Pergunta 12: Falando sobretudo das questões de ordem política, como é que avalia a qualidade e utilidade das mensagens - informações, comentários ou análises veiculados na imprensa cabo-verdiana?

Resposta 12:

Acabam por criar, há artigos aqui que depende muito dos mensageiros, de quem escreve os artigos de opinião, de quem dá a sua opinião, também para influenciar tem alguma legítimidade intelectual reconhecida em torno político, em todo o campo intelectual e político, mas eu penso que há vários artigos que acabam por formar opinião, provocar debate aqui no país.

Pergunta 13: A liberdade de imprensa é objeto de avaliação por parte das organizações internacionais que dão pontuações e isto constitui elemento dos debates políticos internos. Conhece os critérios relativos a esta avaliação? Considera que esses critérios são objetivos e ajustados à situação social e política do país? Isto é sobre jornalismo ou sobre política?

Resposta 13:

Eu acho que, esses indicadores são importantes, mas muitas vezes não refletem a realidade, porque muitos deles são critérios estabelecidos há muitos anos que são elaborados a partir de casos extremos, então não conseguem captar os casos normais. Chegam a Cabo Verde há um conjunto de indicadores, eles dizem que 100% livre, porque não tem nenhum jornalista preso, nenhum jornalista foi assassinado, não há nenhuma queixa crime contra nenhum órgão de comunicação social e há liberdade de greve, de manifestação, etc.. Então pegam 4 ou 5 itens que são situações extremas, Cabo Verde não tem problemas, então são 100%, mas quando um cabo-verdiano pega nessas avaliações, diz Cabo Verde foi avaliado com a nota máxima nesse determinado quesito, dizem não, isso não é possível. Então, eu acho que o grande problema tem haver com os indicadores que não expressam a realidade dos diferentes países, são indicadores que não estão atualizados, e aqui nesse caso, o desvio padrão é

enorme, mas esses indicadores não têm conto o desvio padrão. São importantes, interessantes, porque acabam por chamar a atenção para determinados aspetos, mas seriam indicadores que deveriam ser renovados anualmente, discutidos anualmente para se poder captar de forma mais clara a situação efetiva de cada país.

Entrevista feita a um dos fundadores do Partido da Convergência Democrática (PCD), ex-colunista do A Semana e o atual colaborador do Expresso das Ilhas, Dr. António Ludgero Correia

Pergunta 1: Como é que sintetiza a importância das datas 5 de julho e 13 de Janeiro?

Resposta 1:

São duas grandes etapas do percurso da Nação cabo-verdiana, a conquista de autodeterminação da independência e a conquista da liberdade pode conduzir a democracia. É pena que a maioria das pessoas vêem isso com vista de sectores determinados da sociedade ou de gerações. É um processo que já se começa com a Nação, que não eram senhores do nosso destino, mas chegamos a conclusão que o grande sonho não estava realizado, e continuámos nesta luta. Hoje, há pessoas que se apropriam da independência, da conquista da liberdade, mas acontecerá certamente para frente algo muito notório que outros grupos da nossa sociedade, no entanto, são conquistas do povo cabo-verdiano sobre as lideranças diferentes e em momentos diferentes quer 5 julho, quer o 13 de janeiro. 5 de julho não é uma conquista única, é a conquista do povo cabo-verdiano sobre a liderança do PAIGC que não tem como herdeiro apenas o PAICV, aliás veja-se essa composição dos demais partidos que nós temos. Todo mundo passou no momento múltiplo PAIGC, aliás os próprios iniciais do PAIGC falavam num programa maior de um programa mínimo. Um programa maior é para todos os cabo-verdianos é o programa maior cujo a independência seria de pura ação em que o movimento PAIGC passa a ser partido PAIGC que não se consolidou, em que de facto ficariam apenas aqueles que quisessem militar de facto os estatutos mais envolvente e mais credível de

um partido político. Em relação ao 13 de Janeiro eu acho que hoje a dialética não é tanto entre o 5 de julho e o 13 de janeiro. Mas entre 13 de Janeiro e o 20 de janeiro porque repara a independência também passados mais de 45 anos sobre a independência, hoje é propriedade de todos nós. Apropriamos da independência e acho que não há divisões agora dessa independência. Todo mundo diz que valeu a pena, todo mundo está de acordo. Surge um problema grande e acho que a dialética maior é entre o 13 de Janeiro e o 20 de janeiro. Aí sim, aí que em várias comemorações em 13 de Janeiro não vai em comemorações de 20 de janeiro e vice-versa. É uma estupidez. Não sei se reparou o doutor Jorge Carlos Fonseca, enquanto presidente da república tentou juntar as coisas, fazer uma Semana da democracia. O 13 de Janeiro para o MpD e o 20 de janeiro para o PAICV, tentou que 13 de Janeiro houvesse uma Semana da democracia e espero que esse presidente da república continue com essa ideia e nada como um dia depois do outro. Acho que o tempo acabara por mitigar essas diferenças e haverá uma Semana da democracia de todos os cabo-verdianos, dentro daquilo, sempre projeto de conquista e de autodeterminação de independência, democracia, liberdade e progresso.

Pergunta 2: Tendo em conta a forma e os conteúdos das mensagens relacionadas com as comemorações das duas datas, como é que definiria a identidade político-cultural do cabo-verdiano em termos de valores e princípios éticos e deontológicos que emergem das práticas jornalísticas?

Resposta 2:

Eu creio que a gente não devia ter sibilar o jornalista, temos é o cabo-verdiano, a sociedade cabo-verdiana é como é, e é claro que não poderia ser diferente da sociedade cabo-verdiana, porque os jornalistas vêm destes muros e alimentam-se da sociedade cabo-verdiana e se há gente bem, gente torta, gente definida, e daí que sai no jornalismo haverá um pouco de tudo isso. Agora a questão é que há de facto uma tentativa de grupos se apropriarem de uma determinadas datas, determinados símbolos, determinadas coisas e que faz com que outras pessoas sigam acriticamente o processo das lideranças e acabam vindo essa situação. Eu acho que entre essas duas datas, acho que a

comunicação social tem feito um bom trabalho, porque nenhum jornal se recusa a tratar de temas em relação a 13 de janeiro, ou 20 de janeiro ou o 5 de julho. Embora, apesar que o 5 de julho já não tem donos, ou nós todos somos donos do 5 de julho, e não há muita diferença. Maior diferença reflete-se agora em o 13 de Janeiro e 20 de janeiro.

Pergunta 3: Considera que os discursos dos jornais refletem as ideologias e as diferenças político-partidárias?

Resposta 3:

Em princípio o que deveria diferir entre um jornal e o outro, são os editoriais. Eu creio que, por exemplo, o editorial do jornal Expresso das Ilhas não reflete o ponto de vista do governo do MpD, e muitas das vezes vai lá e vergasta o governo, vergasta o partido, e isso é bom, isso é notável, porque a ideia é que o jornal pode ter, os proprietários dos jornais próximos ao MpD, mas a ideia não é ser uma caixa de ressonância do partido. Agora uma coisa é um partido na situação de um partido na oposição, a tendência é que se um jornal, os jornais não pertençam os partidos, têm uma gênese complicada. Se reparar bem A Semana é praticamente a herdeira do Tribuna. E a Tribuna era um jornal do PAIGC e quando o PAICV vai para a oposição e surge A Semana, vem tudo diferente. O Jorge Araújo, que foi o primeiro diretor do jornal, não foi em cantigas. Quando o Tribuna acaba, há um hiato, em que depois surge o A Semana que se pensava que fosse seguir as pisadas do Tribuna, mas fez diferente, mas não deixa de mostrar que está combatendo esta situação. Mas repara que não é apenas o A Semana que herda o Tribuna. Fernando Monteiro, se tornou a imagem do Expresso das Ilhas e que tempos depois foi para o A Nação, vem do Tribuna, e era uma peça fundamental do Tribuna.

Se verificar nenhum dos jornais tem uma linha editorial, mesmo o Expresso das Ilhas tem uma linha editorial para cada número bem trabalhada, mas que não dão mótuo para esse jornal. Porque o corpo editorial destes jornais é uma coisa pequena de expressão. O jornal vem com um editorial que é do jornal, mas os artigos de opinião são repescados do facebook e são repescados de outros órgãos de comunicação e não tem uma identidade, e a identidade se resume à

linha editorial, mas o resto são enlatados e vão entrando e gente que vai elaborando, cada um tentando formar opinião, mas se reparar hoje, acho que o jornal que está com maior circulação em papel é o Expresso das Ilhas, tem colaboradores que entram e que não são só do MpD.

Pergunta 4: Entende que o tratamento que a Comunicação Social dá a essas duas datas espelha a afinidade política que os principais partidos do arco do poder em Cabo Verde têm com cada uma delas?

Resposta 4:

O que acontece nestas datas é uma coisa curiosa, se há um evento organizado pelo MpD só vai a gente do MpD e não vai ninguém do PAICV. As pessoas que têm alguma verticalidade, podem dar sensação de pensar Cabo-Verde e não defender a ideologia do partido A ou do partido B. Então o que é que a comunicação social pode fazer se os eventos, as notícias já vêm com esta estigma. Se há um evento na Assembleia protagonizado pelo MpD, e quer ouvir as pessoas à margem do evento, só encontram pessoas do MpD com quem falar. O número seguinte de jornal que sair, seja online ou em papel, vai ter apenas o que essas pessoas pensam, e é complicado. Acho que a comunicação social vai no barulho, vai a reboque e indo a reboque não consegue se afirmar como 4º poder, mas isso é um outro problema, é uma conquista. Eu acho que assim como nós cabo-verdianos conquistamos a independência, a liberdade, e vamos ter que conquistar a concretização da constituição, todos nós sonhamos que um dia seja realidade, seja o Cabo Verde real, o Cabo Verde constitucional, seria a mesma coisa. Aí o sonho de um jornalismo seja o 4º poder é uma conquista que os jornalistas têm que fazer e é martelando todos os dias, e não contar com vitórias sempre. Haverá sempre revezes e não há lutas que no final foram, e uns continuam sendo vitoriosos e tendo revezes por meio.

Pergunta 5: Os dois principais partidos políticos reclamam a paternidade destas datas históricas e isto constitui um fator acrescido da bipolarização e até de uma certa dicotomia amigo/inimigo, normalmente com pouca adesão aos factos. Qual poderia ser o papel, a missão, os valores e princípios da

prática editorial dos jornais em Cabo Verde, ou seja, o que é não se faz e deveria ser feito?**Resposta 5:**

Se os jornais não andassem a reboque dos acontecimentos, às vezes até andam à reboque, porque você tem um evento e você convida um jornal e este não pode ir porque não tem viaturas, não tem isto, não tem aquilo, não vai. E, quando nós sabemos que as boas práticas andam a caça das notícias, e andam a caça dos eventos, mas nós andamos em reboque de um convite de se as coisas tiverem bem organizadas e aí acaba de facto sendo apenas um instrumento que os outros usam. Agora, teria é que tentar ser mais proativo, tentarem marcar uma agenda e não seguir a agenda desse partido, porque vai atrás de uma agenda num sistema bipolarizado, você vai aos bulandos, hora está aqui, hora está aí, e dando notícias que as pessoas acham que você está fabricando ou que você está querendo destacar, mas é a notícia que houver trabalha sobre, mas não é o outro lado que as pessoas aqui esperam que os jornais comentem, opinem, mas isso não é o papel do corpo do editorial. Você faz notícias, isso não impede que você tenha secções, com intervenções barbalizadas que até sobre a notícia que vem na página 2, você vai discutir, aprofundar, secar na página 8, mas só que quando é notícia, assim são os factos. As leituras podem acontecer, mas os jornais têm limitações várias, a publicidade por aqui é exígua, a venda do papel não cobre nada, acho que nem cobre as despesas da sua própria impressão. Então é complicado, até que os órgãos tenham meios próprios, dependam menos de patrocinadores, vivem e precisam da publicidade para viver, mas não tem que estar na completa dependência de quem publicita. Porque repare, fala-se muito dos órgãos de comunicação social estatais, porque a dependência existe em relação. Imagina um grande cliente da publicidade, se você meche ao, denúncia em relação a algumas práticas desse cliente e se você se atreve a comentar isso, você perde essa publicidade, e aí é esse instrumento que vai guiar as suas pretensões da independência. A independência se constrói com um órgão, constrói-se com uma certa independência financeira, como estrutura de reta guarda, permite perder um grande cliente e ter respeito dos demais, porque se não ao tentar manter um grande cliente, acaba por perder

respeito dos demais e até do público-alvo dos seus leitores. É uma luta forte que só terá um que ganhe no final, mas só poderá respirar fundo, tentar ser o 4º poder e agir como tal no dia em que tiver alguma independência financeira, algum capital.

Pergunta 6: Como é que avalia essa vinculação do 5 de julho com o PAICV e o 13 de Janeiro com o MpD?

Resposta 6:

Hoje não é tanto o 13 de Janeiro e o 5 de julho, mas sim entre 13 e o 20 de janeiro, mas tem haver com esta história de que nós não queremos ver a nossa história como um contínuo, como um processo que vem dos tempos escravagista, passa pela revolta de Ribeirão Manuel, passa pela luta da independência, conquista da liberdade, a busca pelo desenvolvimento. Nós estamos nisso tudo em etapas bem separados. Há os protagonistas do Ribeirão Manuel, há os protagonistas da independência, há os protagonistas da conquista da liberdade, há os protagonistas do desenvolvimento. Aliás, já há os protagonistas do país do rendimento médio e isso são diversas etapas. Quem esteve na revolta do Ribeirão Manuel, problemas de ciclo de vida, fisiologia, não podia estar na independência e da liberdade. No dia em que tivermos a ideia de que as conquistas são do povo cabo-verdiano e que estamos num processo que ainda não teve fim, entenderemos que essas datas tem um dom único, o povo cabo-verdiano. Que as lideranças, muito bem, obrigado, como dizia Cabral, viveram a respetiva época, tentar selar a dívida com o seu povo, ótimo, mas não tem direito a mais crédito nenhum, aliás esta história de pagar pensão da liberdade da pátria a que se dedica.

Pergunta 7: Acha que a Comunicação Social cabo-verdiana já conquistou maturidade para criar o seu próprio enquadramento de questões com elevado grau de ideologização como o 5 de julho e o 13 de Janeiro ou incorporam a interpretação dos políticos?

Resposta 7:

A Semana é um projeto que surge a correr com aquela ternura com que o Inocêncio queria eliminar o PAICV, era preciso urgente ter um jornal. Depois, o Expresso das Ilhas surge num momento em que o MpD precisa aliciar a caça do próximo do partido, tentar ter um espaço próprio para reproduzir as suas ideias, porque a comunicação social estatal começou a deitar as “galinhas de fora” alinhando com um certo lado, mas alinhando eles como sujeitos. “Eu vou alinhar com este”. Isto não estava nos planos de nenhum deles. A forma como surgiram leva que de facto tenha sido um esforço de alguns carolas, os donos da empresa que criaram A Semana dão os tostões que meteram lá. É preciso que os jornais comecem com um projeto firme, com capital, com contactos, já com viabilidade. Qualquer empresa que você vai criar, você vai fazer um estudo de viabilidade económica, os jornais não fazem isso. O A Nação resolve subir o jornal papel para 200\$ sem nenhum estudo, e acho que as vendas caíram a pico. Enquanto que os jornais não tiverem os substratos financeiros próprios, se não tiverem um projeto com gente que quer a afirmação do jornalismo da comunicação social, como o 4º poder, que sabe que pode perder questões valentes no princípio e para depois ganhar mais, enquanto não houver projetos com esta gênese, andarão sempre em cordas bambas, quando não há uma transferência de tesouro todos levam as mãos a cabeça, porque não se consegue comprar papel se o governo ter a isenção do papel, Deus nos acuda. Há jornais que são impressos lá fora, fora do país. Eu tenho por mim que dá uma certa consistência no corpo do jornal, ter aquele dia do fecho do jornal, todo mundo atento o que é que vai sair daqui, se já está tudo pronto, se vai sair isto ou aquilo, aquele clima com beatas de cigarros, com chávenas de café, isso cria um espírito de corpo no jornal que os nossos jornais não têm hoje. É claro que, hoje a composição é tudo no computador, nos logótipos, mas falta um clima de corpo, uma cultura de corpo.

Pergunta 8: Quando o tema é a liberdade de imprensa, o foco das atenções situa-se normalmente ao nível do poder político e económico. Como avalia o peso destes fatores em relação aos conteúdos das peças de

informação e análise respeitantes às duas efemérides? Há algum tipo de censura a registar?**Resposta 8:**

Alguém já disse muitos anos atrás que não é censura, é auto-censura, as pessoas se autocensuram, porque às vezes a tomada de uma posição, a vinculação de uma notícia que é inconveniente. Eu lembro dos tempos dos jornais, ainda era a Voz do Povo, ao qual, surgiu a ideia de que a notícia que Trovoada tinha fugido de São Tomé, tinha passado no Sal a caminho de europa, ele quis publicar, deu um toque no primeiro-ministro, não publique isso, mas no tempo nem havia tanta internet, as redações dos jornais tinham contactos, tinham o tedex e tinham coisas que vinham chegando e você não pode publicar essa coisa, publicou e foi demitido. E isto vem no ano 90 e as coisas não melhoraram muito. Você pesa e subpesa antes de publicar, mas ninguém, mesmo que não te peçam, tu adivinhas, antecipas a reação que podem ter, não queres estar por aí em encrencas e não avanças. Os jornalistas adivinham o que as pessoas não querem que seja escrita e publicada porque não querem encrencas. Esta questão tem muito mais a ver com a autocensura do que a censura institucionalizada ou vinda de cima. Então, nesses eventos as pessoas já sabem o que é que o MpD e o governo do MpD, ou que o governo do PAICV conforme for o momento, o que é que eles gostariam que fosse publicada. As pessoas devem ter consciência do papel que têm da importância do papel deles na sociedade.

A autocensura repercute, influencia na liberdade de imprensa, os jornalistas se auto-boicotam, e isso é grave, porque se o boicote vem de fora você pode combater a parte que vem de dentro e a origem do boicote. Hoje as coisas estão melhorando muito. Durante muito tempo tivemos jornalistas tarimbeiros e que fizeram umas notícias e que fizeram umas coisas e foram nomeados jornalistas do corpo editorial, mas se começassem a surgir jornalistas formados e gentes com carteira profissional, eles podiam ser postos nos escanteios, mas têm a preocupação em manter o emprego. O jornalista que trabalha num jornal preocupa-se em manter o emprego não tem muita margem de manobra. O que enquadra a liberdade, não é o poder económico, não é o

poder político, é a sobrevivência do fulano. E aí também esses laços comestíveis que o jornalista se referia são terríveis, porque uma coisa é você ter a sua vida organizada, e dizer que não faria isso e a outra coisa é ter fulano que tem em casa alguém que está esperando o leite e o pão para o filho e sabe que se for aí com ousadias o menino vai a escola sem comer.

Pergunta 9: No seu ponto de vista, há um nível de liberdade de imprensa que permite aos órgãos de comunicação social fazer um tratamento com total equidistância na cobertura das atividades no âmbito do 5 de julho e do 13 de janeiro?

Resposta 9:

Acho que há espaço para fazerem isso, em relação ao 5 de julho acho que já não há problemas. Mas, nós temos problemas sérios aqui em levantar bem alto os nossos heróis, acho que todas as sociedades se prezam, tem que promover os seus heróis, não se pense que os heróis que conhecemos, Nelson Mandela, entre outros, têm os seus papéis. E temos que levantar os nossos heróis e colocá-los lá em cima para servirem de exemplos.

Eu acho que o 5 de julho já não é um campo de batalha, e o 13 de Janeiro é uma data importante, mas é uma data que não existiria sem o 5 de julho, se não fossemos independentes, aliás, nós conquistamos a independência e não conquistamos a liberdade ao mesmo tempo, e foi momentos depois para isso. A independência foi a condição necessária para a gente almejar a liberdade e a democracia. A condição necessária e suficiente para Cabo Verde ter o seu desenvolvimento é conquistar a independência, a liberdade e colocar todo mundo numa luta difícil, mas não é difícil de transformar o país real num país constitucional. Nós temos um sonho enorme, que se realizado temos um Cabo Verde dos nossos sonhos.

Pergunta 10: Em relação às práticas editoriais, como é que considera a relação entre “liberdade de imprensa” e responsabilidade dos jornais e jornalistas tendo em conta o respeito pela verdade e confrontação das versões e opiniões?

Resposta 10:

Acho que a liberdade de imprensa de uma forma mais cruzaiça é o jornalista poder dizer o que vai na alma sem medo de represálias. E agora há um ambiente propício para que ele faça isso, dizer o que vai na alma, sem medo de represálias. Estamos a falar de um jornalista que trabalha num órgão, que publica notícias não pode esconder notícias (Volumes). Agora um jornalista que vai a uma entrevista, vai com uma entrevista fechada. Vamos supor que tens 17 perguntas e uma das respostas que você recebe do entrevistado não cai no gosto e passa para a pergunta seguinte, eu acho que aí, ele não está, não se sente livre pode questionar, porque a ideia de 17 é chegar a um certo funil, um certo objetivo. Se uma das questões não for bem respondida. Você vai entrevistar um primeiro-ministro, por exemplo, e você vai com 10 perguntas, e você faz uma pergunta e a resposta é meia vazia, você passa para a oitava sem repisar, isso é jornalismo fazemos de conta, tem muito a ver com a verdade que o fulano quer mostrar, mas a questão está aí, se você repisar a questão, o seu editor vai bloquear o que você escrever, aí o problema já é seu. Você faz a pergunta e leva, se o editor da secção não gostar, o órgão terá problemas de liberdade, mas você, jornalista, fez a sua parte.

Pergunta 11: O debate sobre a imprensa é normalmente dominado pela ideia de liberdade de imprensa. No entanto há a questão da qualidade da imprensa s pela ideia de liberdade de imprensa e não colocam ou qualidade da imprensa’?

Resposta 11:

Os parâmetros que têm sido utilizados para medir a liberdade de imprensa, qualidade do jornal, são padrões definidos lá fora, é universal, o padrão que se utiliza para os Estados Unidos se utiliza para a União Europeia e com certeza para Cabo Verde. Estamos em estágios de desenvolvimento diferente, estágios de democracia, estágio até da prática jornalística. E os nossos jornais são “crianças” ao pé de um Times ou de um New York Times ou os próprios jornais portugueses são todos novos, mas mais velhos que a nossa conclusão. E os jornais se forjaram nas redações, nesse clima de café, beata de cigarros, e é

claro que isso aqui há uma certa cultura. E há aqui uma questão da avaliação que acaba tendo distorções, porque um instrumento serve para avaliar os jornais e a liberdade de imprensa nos EUA necessariamente ao ser transposto, etc., mas acaba por de facto conduzindo as distorções, mas o fundamental, eu acho que tem haver, a qualidade é fundamental.

As pessoas às vezes não têm muito a cultura geral, as pessoas estão muito sibiladas, ninguém quer cultivar de uma forma geral, mas você precisa, porque chegam coisas de todos os lados.